



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 011 SEXTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º (Vago)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹⁴⁾</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB ⁽²²⁾</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima ⁽¹⁵⁾</p> <p>Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado ⁽³⁾</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Participativa (PP/PSB/PPS) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB ⁽¹⁸⁾</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira ^(16,19) José Medeiros ^(11,17) João Capiberibe ^(1,12)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira ^(16,19)</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe ^(1,12)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros ^(11,17)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB ^(7,8)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁶⁾ Eduardo Amorim ⁽⁵⁾ Marcelo Crivella ^(2,4)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor ^(7,8)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi ⁽⁶⁾</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim ⁽⁵⁾</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella ^(2,4)</p>	<p style="text-align: center;">PT - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Humberto Costa - PT ⁽²⁰⁾</p>	<p style="text-align: center;">PDT - 6</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Acir Gurgacz - PDT ⁽¹⁰⁾</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota ⁽⁹⁾</p>
<p style="text-align: center;">PCdoB - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Vanessa Grazziotin - PCdoB ⁽²¹⁾</p>		

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2015	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	5
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	5
1.2.1.1 – Requerimentos	
Nº 44/2015, de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando criação de Comissão Temporária destinada a analisar a crise hídrica brasileira	5
Nº 45/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação	6
1.2.1.2 – Arquivamento	
Arquivamento da Denúncia nº 1/1997	6
1.2.1.3 – Proposta de Emenda à Constituição	
Nº 11/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que <i>altera os §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo</i>	7
1.2.1.4 – Ofício do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	
Nº 168/2015, na origem, encaminhando o resultado da Eleição de 2014 ao Senado Federal naquele Estado	14
1.2.1.5 – Projeto de Lei do Senado	
Nº 29/2015, de autoria do Senador João Capiberibe, que <i>regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1º, 8º, j, 10º, c, 15º e 16º, §§ 3º e 4º da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências</i>	14
1.2.1.6 – Projeto de Decreto Legislativo	
Nº 4/2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que <i>susta o Decreto nº 8.395, de 28 de janeiro de 2015, que “altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação, e o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível”</i>	29
1.2.2 – Oradores	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Destaque à importância estratégica da Petrobras para o País; e outro assunto.	31
SENADOR RICARDO FERRAÇO, como Líder – Defesa da PEC que insere a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	33
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre o cenário político do País.....	36
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Críticas aos recentes projetos encaminhados pelo Governador do Paraná à Assembleia Legislativa do Estado relacionadas a aumento de impostos e alterações na Previdência estadual; e outro assunto.....	42
SENADOR DÁRIO BERGER – Considerações acerca dos temas que serão prioridade durante o mandato de S. Ex.ª.	45
SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com o desemprego nos polos petroquímico e naval do Estado do Rio Grande do Sul decorrentes da crise na Petrobras.	49
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Considerações sobre o projeto de lei apresentado por S. Ex.ª que regulamenta dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica.	51
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Registro do transcurso de 10 anos do homicídio da missionária Dorothy Stang, no Pará; e outros assuntos.	53
SENADOR GLADSON CAMELI – Comentários relativos à crise na Petrobras; e outros assuntos.....	54
SENADOR RAIMUNDO LIRA – Defesa de uma reforma política que concorra para o fortalecimento da democracia brasileira.....	56
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA, como Líder – Críticas à gestão do Governo Federal	59
SENADOR VALDIR RAUPP – Considerações acerca da Portaria nº 443/2014, do Ministério do Meio Ambiente, a qual dispõe sobre as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção; e outro assunto.	66

SENADOR <i>RANDOLFE RODRIGUES</i> , como Líder – Críticas às Medidas Provisórias nºs 664 e 665/2014, por considerar que restringem os direitos trabalhistas; e outros assuntos.....	69
SENADOR <i>JOSÉ MEDEIROS</i> , como Líder – Comentários sobre a crise na Petrobras; e outro assunto.....	71
1.2.3 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR <i>DONIZETI NOGUEIRA</i> - Registro de artigo intitulado "Dois janeiros", da revista Carta Capital; e outro assunto.....	75
1.3 – ENCERRAMENTO.....	81

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação	82
Bancadas dos Partidos	83
Por ordem alfabética	84

3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 85

4 – LIDERANÇAS..... 86

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 87

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	89
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	91
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	91
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	92
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	94
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	96
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	97
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	99
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	101
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	103
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	103
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	104

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	104
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	105
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	106
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	106
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	106
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	107
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	108
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	109
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	111
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	112
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	113
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	114

CONGRESSO NACIONAL

8 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	115
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	121
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	121
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	122
CMCLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	123
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	123

9 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	124
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	125
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	126

Ata da 8ª Sessão, Não Deliberativa, em 12 de fevereiro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Gladson Cameli, da Srª Ana Amélia, dos Srs. João Capiberibe e Elmano Férrer.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 10 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há Expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2015

REQUEIRO, nos termos dos arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja constituída Comissão Temporária, composta de nove membros titulares e igual número de suplentes, assegurada a participação de pelo menos um membro de cada região do País e de cada Estado do Sudeste, com prazo de funcionamento de noventa dias, para traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, podendo, para tanto, requerer informações, realizar audiências públicas e diligências externas – especialmente no Sudeste do país, região atualmente mais afetada por esse problema –, bem como praticar outros atos que julgue necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.

Justificação

O Brasil vive hoje uma crise hídrica sem precedentes, que afeta particularmente a Região Sudeste do País. De fato, vivemos o pior período úmido registrado desde 1930, em 84 anos de monitoramento das chuvas na região.

Como se sabe, as consequências dessa estiagem são as piores possíveis, não apenas para a população que ali vive – 42% dos brasileiros – dependente de água, mas também para o País, como um todo, uma vez que dependemos fortemente de geração de energia de fonte hidrelétrica.

Cerca de 70% dos reservatórios necessários para garantir nosso abastecimento estão justamente na Região Sudeste, hoje duramente afetada pela falta de chuvas.

Além disso, o sistema elétrico brasileiro é praticamente todo interligado e um pouco mais de 66% da sua capacidade de geração vem de fontes hidrelétricas.

Apesar de desnecessário, é preciso repisar que a escassez de energia, assim como a de água, tem profundo impacto não somente na vida pessoal dos cidadãos, mas também na economia nacional. As atividades produtivas sofrem: faltam água para a irrigação e energia para tocar a indústria, entre outros graves problemas, justamente na parte mais populosa e mais produtiva do Brasil.

Nenhuma dessas três regiões metropolitanas, que convivem com a possibilidade de decretar rodízio de água nos próximos meses, inaugurou um novo manancial ou represa de grande porte nos últimos 22 anos. Isso apesar de, ao longo dessas duas décadas, o número de habitantes do Rio, de São Paulo e de Belo Horizonte ter aumentado 16,5%, passando de 17,1 milhões para 19,9 milhões, sem contar os municípios vizinhos.

O grande problema, portanto, é a falta de construção e manutenção de sistemas adequados de abastecimento e de reservação de água por simples imprevidência ou por outras razões ainda mais condenáveis. Lamentavelmente esse é o caso das principais regiões metropolitanas do País: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Espera-se que, ao final dos trabalhos da Comissão, o Senado Federal disponha de um conhecimento sistematizado sobre o assunto e, dessa forma, possa contribuir de maneira ainda mais abalizada para a solução desse grave problema e para a promoção de políticas públicas necessárias para o setor.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2015. – Senador **Jorge Viana**.

(À publicação.)

REQUERIMENTO N° 45, de 2015

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES:

Qual a justificativa para a suspensão de novos contratos de financiamento concedidos com recursos do FIES?

O que motivou essa decisão?

Qual a previsão de abertura do sistema para novos contratos?

O Ministério tem estimativa de quantos alunos tentaram solicitar adesão ao Programa e não obtiveram sucesso?

O Ministério tem estimativa de quantos alunos deixarão de frequentar a universidade em função dessa medida?

O Ministério tem estudos sobre o impacto dessa medida para os alunos que já pagaram suas matrículas mas que, sem o Programa, não têm condições de seguir cursando o ensino superior?

Justificação

A imprensa vem publicando, frequentemente, matérias mostrando que o programa do governo federal que financia cursos de graduação em universidades particulares, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), esteve fora do ar no final de 2014 e só foi reaberto nos últimos dias de janeiro deste ano.

Por decisão do governo, o sistema, após reaberto, não está aceitando novos cadastros, apenas renovação de contratos. O ministro da Educação afirmou na última semana que o sistema do FIES só será reaberto para novos contratos depois de concluída negociação do MEC com as instituições particulares de ensino superior em função das novas regras publicadas pelo ministério no fim de dezembro.

Como o MEC não está aceitando novos cadastros, os calouros de faculdades de todo o país, que contam com esse programa de financiamento para pagar suas matrículas e as primeiras mensalidades – muitas delas já em atraso – estão começando as aulas com dívidas.

Em função disso, também estão com dúvidas se poderão continuar seus cursos pois, sem o financiamento, esses estudantes não têm como arcar com o pagamento das próximas mensalidades.

Assim, o objetivo deste requerimento é buscar do Ministério da Educação um posicionamento concreto sob a atual situação do Programa e, assim, poder oferecer aos alunos que contam com o financiamento uma solução para esse drama que vem sendo tratado pelo governo com, no mínimo, desprezo e falta de sensibilidade.

Para um governo que, no dia da posse, anunciou como seu lema o slogan “Brasil, pátria educadora”, sinalizando prioridade para a educação nos próximos quatro anos, e que, diz, pretende tratar a educação como “prioridade das prioridades”, esse descaso mostrado com os estudantes que precisam do FIES para continuar seus estudos é, no mínimo, pedir para não ser levado a sério.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2015. – Senador **Cássio Cunha Lima**, LÍDER DO PSDB.

(À Mesa para decisão)

ARQUIVAMENTO

Em atendimento à decisão da Presidência do Senado Federal, a **Denúncia n° 1, de 1997**, vai ao Arquivo.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**(*) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 11, DE 2015**

Altera os §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 14.

.....
.....
.....

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são facultativos.

§ 2º Não podem se alistar como eleitores os menores de dezesseis anos, os estrangeiros e, durante o período de serviço militar, os conscritos.

.....
..” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às eleições que se realizarem após decorrido um ano de sua vigência.

(*) Avulso refeito em 13/02/2015 para fazer constar as assinaturas dos Senadores à matéria.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Constituição trata de um tema que há tempos vem sendo objeto de discussão, especialmente nas ocasiões em que se cogita a realização de uma reforma política: a adoção do voto facultativo.

Em proposição anterior, a PEC nº 14, de 2003 (que, embora tenha recebido relatório favorável na CCJ, foi arquivada em razão do término da legislatura), registramos que nos inclinamos pela corrente que acredita na maturidade e na politização do povo brasileiro, que não mais necessita de imposição legal para o perfeito cumprimento de sua obrigação eleitoral. Por esta razão, entendemos que seria um contrassenso pretender coagi-lo ao cumprimento de um dever cívico.

Cabe lembrar que nosso entendimento reflete a opinião da maioria da população brasileira. Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha nos dias 7 e 8 de maio de 2014 revelou que 61% dos eleitores são contrários ao voto obrigatório e 34% a favor.

Ademais, o voto facultativo é comumente adotado nas maiores democracias do mundo contemporâneo, porquanto parte-se do princípio de que o voto é uma faculdade, um direito, o fruto de sua liberdade de escolha.

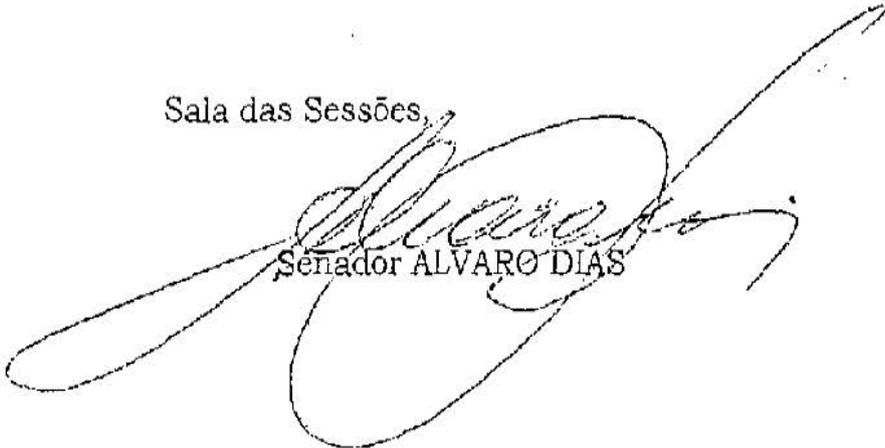
Hoje, no entanto, o voto obrigatório no Brasil estimula os altos índices de abstenção, votos brancos e nulos, bem como os votos desprovidos de convicção, em que o eleitor escolhe qualquer candidato tão-somente com o objetivo de cumprir sua obrigação jurídica de votar e de escapar das sanções legais. Para se ter ideia, de acordo com dados divulgados no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral, no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014, 19,4% dos eleitores não compareceram às urnas, 3,09% votaram em branco e 4,67% anularam o voto.

Portanto, iniciada a nova legislatura, e recomeçado o debate em torno da reforma política, acreditamos que este é o momento de nos empenharmos na aprovação do voto facultativo. Afinal, a decisão sobre ir ou não às urnas deve caber ao cidadão e não ao Estado. A consequência certamente será positiva para a consolidação de nossa democracia e para o exercício consciente da cidadania, visto que competirá aos próprios partidos

e candidatos convocarem os eleitores, por meio de propostas sólidas e debates qualificados, a participarem do processo eleitoral e decidirem sobre o futuro de nossas instituições políticas.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição.

Sala das Sessões,

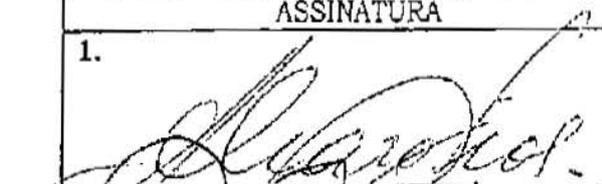
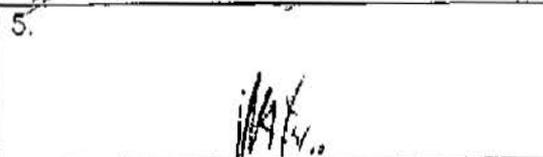
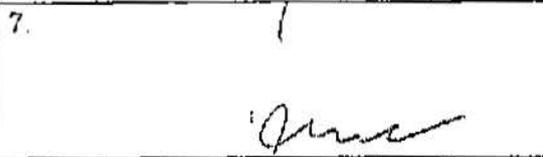
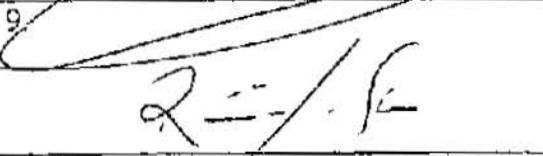
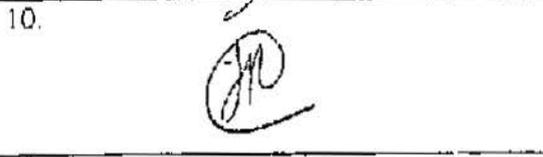


Senador ALVARO DIAS

FOLHA DE ASSINATURAS

PEC Nº 11, DE 2015
(Do Senador Alvaro Dias e outros)

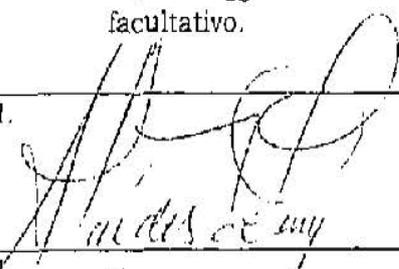
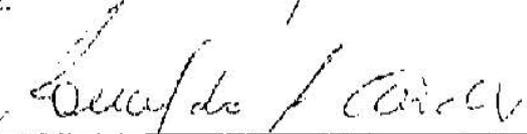
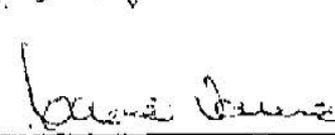
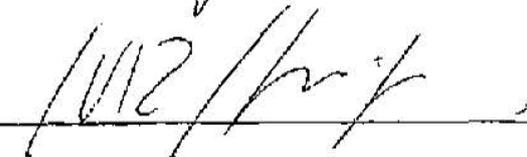
Altera os §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo.

ASSINATURA	NOME
1. 	ALVARO DIAS
2. 	CASSIO CUNHA LIMA
3. 	Aloysio N. PEREIRA
4. 	PAULO ROBERTO COSTA
5. 	ANTONIO ANASTASIA
6. 	Luiz Antonio (LUIZ ANTONIO DE FATIMA)
7. 	PAULO GUEDES
8. 	PAULO GUSTAVO
9. 	ROMÁRIO FARIA
10. 	REGUFFE

FOLHA DE ASSINATURAS

PEC Nº 11, DE 2015
(Do Senador Alvaro Dias e outros)

Altera os §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo.

11.		Alvaro Dias
12.		Aécio Neves
13.		ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
14.		Aloysio Nunes
15.		CAMARGO ALBUQUERQUE
16.		FERNANDO BEZERRA
17.		RANDOLFE
18.		JOSÉ MEDEIROS
19.		Davi Alcolumbre
20.		Marco Aurélio

FOLHA DE ASSINATURAS

PEC Nº 11, DE 2015
(Do Senador Alvaro Dias e outros)

Altera os §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo.

21.	MASMO MAIA	
22.	SUAO CARREPIRE	
23.	VALDIR RAUPP	
24.	OTTO MUECA	
25.	HELIO JOSÉ	
26.	CRISTOVAN	
27.	WALTER ZANZI	
28.	Ricardo Ferraz	
28.		
30.		

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....

.....

**CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS POLÍTICOS**

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II - facultativos para:
 - a) os analfabetos;
 - b) os maiores de setenta anos;
 - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

.....

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

OFÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Ofício TRE/SP nº 168/2015

São Paulo, 16 de janeiro de 2015

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 202, do Código Eleitoral, encaminho a Vossa Excelência o resultado da Eleição ao Senado Federal, conforme Relatório de Retotalização das Eleições 2014, realizado em 18-12-2014, constante da mídia em anexo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração. – **Antônio Carlos Mathias Coltro**, Presidente.

PROJETO DE LEI DO SENADO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2015**

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, j, 10, c, 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre bens, direitos e obrigações relativos:

I – ao acesso ao patrimônio genético do País, bem de uso comum do povo encontrado em condições **in situ**, inclusive as espécies domesticadas e populações espontâneas, ou mantido em condições **ex situ**, desde que encontrado em condições **in situ** no território nacional, na plataforma continental, no mar territorial e na zona econômica exclusiva;

II – ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, relevante à conservação da diversidade biológica, à integridade do patrimônio genético do País e à utilização de seus componentes;

III – ao acesso à tecnologia e à transferência de tecnologia para a conservação e a utilização da diversidade biológica;

IV – à exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;

V – à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado, para conservação e uso sustentável da biodiversidade;

VI – à implementação de tratados internacionais sobre patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado dos quais o Brasil seja signatário.

§ 1º O acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado será efetuado sem prejuízo dos direitos de propriedade material ou imaterial que incidam sobre o patrimônio genético ou sobre o conhecimento tradicional associado acessado ou sobre o local de sua ocorrência.

§ 2º O acesso ao patrimônio genético existente na plataforma continental observará o disposto na Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993.

Art. 2º Além dos conceitos e das definições constantes da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, consideram-se para os fins desta Lei:

I – patrimônio genético – informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos;

II – conhecimento tradicional associado – informação ou prática de povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético;

- III – conhecimento tradicional associado de origem não identificável – conhecimento tradicional associado em que não há a possibilidade de vincular a sua origem a, pelo menos, um povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional;
- IV – povos indígenas – as coletividades de origem pré-colombiana, que se distinguem no conjunto da sociedade e entre si, com identidade e organização próprias, cosmovisões específicas e especiais em relação com a terra que habitam.
- V – comunidade tradicional – grupo culturalmente diferenciado, que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social, e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição;
- VI – provedor de conhecimento tradicional associado – povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional que detém e fornece a informação sobre conhecimento tradicional associado para o acesso;
- VII – consentimento prévio informado – consentimento formal, previamente concedido por povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional segundo os seus usos, costumes e tradições ou protocolos comunitários;
- VIII – protocolo comunitário – norma procedimental dos povos indígenas ou comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais que estabelece, segundo seus usos, costumes e tradições, os mecanismos para o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios de que trata esta Lei;
- IX – acesso ao patrimônio genético – pesquisa ou desenvolvimento tecnológico realizado sobre amostra de patrimônio genético;
- X – acesso ao conhecimento tradicional associado – pesquisa ou desenvolvimento tecnológico realizado sobre conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético que possibilite ou facilite o acesso ao patrimônio genético, ainda que obtido de fontes secundárias tais como feiras, publicações, inventários, filmes, artigos científicos, cadastros e outras formas de sistematização e registro de conhecimentos tradicionais associados;
- XI – pesquisa – atividade, experimental ou teórica, realizada sobre o patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, com o objetivo de produzir novos conhecimentos, por meio de um processo sistemático de construção do conhecimento que gera e testa hipóteses e teorias, descreve e interpreta os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis;
- XII – desenvolvimento tecnológico – trabalho sistemático sobre o patrimônio genético ou sobre o conhecimento tradicional associado, baseado nos procedimentos existentes, obtidos pela pesquisa ou pela experiência prática, realizado com o objetivo de desenvolver novos materiais, produtos ou dispositivos, aperfeiçoar ou desenvolver novos processos para exploração econômica;
- XIII – cadastro de acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado – instrumento declaratório obrigatório das atividades previstas no art. 12 desta Lei;
- XIV – remessa – transferência de amostra de patrimônio genético para instituição localizada fora do país com a finalidade de acesso;
- XV – Rastreabilidade: habilidade de rastrear, documentar e verificar cronologicamente a história e os locais de acesso, manipulação e uso de patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados, incluindo as transferências efetuadas, as aplicações realizadas e os agentes responsáveis em território nacional ou estrangeiro;
- XVI – autorização de acesso ou remessa – ato administrativo que permite, sob condições específicas, o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e a remessa de patrimônio genético, nos casos previstos no art. 13 desta Lei;
- XVII – usuário – pessoa natural ou jurídica que realiza acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ou explora economicamente produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;
- XVIII – produto – produto intermediário ou produto final;
- XIX – produto final – produto cuja natureza não requer nenhum tipo de processo produtivo adicional;
- XX – produto intermediário – produto cuja natureza é a utilização em cadeia produtiva para o desenvolvimento de outro produto intermediário ou de produto final;
- XXI – notificação de produto: instrumento declaratório que antecede o início da atividade de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio ge-

nético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o usuário declara o cumprimento dos requisitos desta Lei;

XXII – acordo de repartição de benefícios: instrumento jurídico de natureza transacional que antecede o início da atividade de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual deve constar a qualificação as partes, o objeto e as condições para repartição de benefícios;

XXIII – acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e usuários, com a participação dos órgãos oficiais de defesa dos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais, tendo em vista a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da exploração econômica oriunda de acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;

XXIV – atestado de regularidade de acesso – ato administrativo pelo qual o órgão competente declara a regularidade do cadastro de que trata o inciso XII do art. 2.º e faculta o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, nos termos do art. 225, § 1.º, II, da Constituição Federal; e

XXV – termo de transferência de material – instrumento firmado entre remetente e destinatário para remessa ao exterior de uma ou mais amostras contendo patrimônio genético acessado ou disponível para acesso, que indica, quando for o caso, se houve acesso a conhecimento tradicional associado e que estabelece o compromisso de repartição de benefícios de acordo com as regras previstas nesta Lei.

XXVI – atividades agrícolas: atividades de produção, processamento e comercialização de alimentos, fibras, energia e florestas plantadas.

XXVII – condições **in situ**: condições em que o patrimônio genético existe em ecossistemas e habitats naturais, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas características distintivas próprias, incluindo as que formem populações espontâneas;

XXVIII – espécie domesticada ou cultivada: espécie em cujo processo de evolução influenciou o ser humano para atender suas necessidades;

XXIX – condições **ex situ**: condições em que o patrimônio genético é mantido fora de seu habitat natural;

XXX – população espontânea: população de espécies introduzidas no território nacional, ainda que domesticadas, capazes de se autoperpetuarem naturalmente nos ecossistemas e habitats brasileiros;

XXXI – material reprodutivo: material de propagação vegetal ou de reprodução animal de qualquer gênero, espécies ou cultivo proveniente de reprodução sexuada ou assexuada;

XXXII – envio de amostra: envio de amostra que contenha patrimônio genético para a prestação de serviços no exterior como parte de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na qual a responsabilidade sobre a amostra é de quem realiza o acesso no Brasil;

XXXIII – Agricultor tradicional: agricultores definidos na Lei 11.326/2006 ou no Decreto 6.040/2007;

XXXIV – variedade tradicional local ou crioula – variedade proveniente de espécie que ocorre em condição **in situ**, ou mantida em condição **ex situ**, composta por grupo de plantas dentro de um táxon no nível mais baixo conhecido, com diversidade genética desenvolvida ou adaptada por povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional, incluindo seleção natural combinada com seleção humana no ambiente local, que não seja produto de melhoramento conduzido pelo sistema formal ou científico;

XXXV – raça localmente adaptada ou crioula – raça proveniente de espécie que ocorre em condição **in situ**, ou mantida em condição **ex situ**, representada por grupo de animais com diversidade genética desenvolvida ou adaptada a um determinado nicho ecológico e formada a partir de seleção natural ou seleção realizada adaptada por povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicionais.

Parágrafo único. Considera-se parte do patrimônio genético existente no território nacional, para os efeitos desta Lei, o microrganismo que tenha sido isolado a partir de substratos do território nacional, do mar territorial, da zona econômica exclusiva ou da plataforma continental.

Art. 3º O acesso ao patrimônio genético existente no País ou ao conhecimento tradicional associado para fins de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico e a exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo desse acesso somente serão realizados mediante cadastro ou autorização e notificação, e serão

submetidos à fiscalização, restrições e repartição de benefícios nos termos e nas condições estabelecidos nesta Lei e no seu regulamento.

Parágrafo único. São de competência da União a gestão, o controle e a fiscalização das atividades descritas no **caput**, nos termos do disposto no inciso XXIII do **caput** do art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao patrimônio genético humano.

Art. 5º É vedado o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado para práticas nocivas ao meio ambiente, à reprodução cultural e à saúde humana e para o desenvolvimento de armas biológicas e químicas.

CAPÍTULO II

Das Competências e Atribuições Institucionais

Art. 6º Fica criado, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGen, órgão colegiado, de caráter deliberativo, normativo, consultivo e recursal, responsável por coordenar a elaboração e a implementação de políticas para a gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e da repartição dos benefícios.

§ 1º O CGen é formado por representação de órgãos e entidades da Administração Pública Federal que detêm competência sobre as diversas ações de que trata essa Lei com participação máxima de 50% (cinquenta por cento) e a representação da sociedade civil em no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos membros, assegurada a paridade entre:

- I – setor empresarial;
- II – setor acadêmico;
- III – povos indígenas;
- IV – comunidades tradicionais; e
- V – agricultores tradicionais.

§ 2º Compete também ao CGen:

- I – estabelecer:
 - a) normas técnicas;
 - b) diretrizes e critérios para elaboração e cumprimento do Acordo de Repartição de Benefícios;
 - c) critérios para a criação de banco de dados para o registro de informação sobre patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;
- II – acompanhar, em articulação com órgãos federais, ou mediante convênio com outras instituições, as atividades de:
 - a) acesso e remessa de amostra que contenha o patrimônio genético; e
 - b) acesso a conhecimento tradicional associado;
- III – deliberar sobre:
 - a) as autorizações de que trata o art. 13;
 - b) o credenciamento de instituição nacional que mantém coleção ex situ de amostras que contenham o patrimônio genético; e
 - c) o credenciamento de instituição nacional para ser responsável pela criação e manutenção da base de dados de que trata o inciso IX;
- IV – atestar a regularidade do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado de que trata o Capítulo IV desta Lei;
- V – registrar o recebimento da notificação do produto ou material reprodutivo e a apresentação do Acordo de Repartição de Benefícios, nos termos do art. 15;
- VI – promover debates e consultas públicas sobre os temas de que trata esta Lei;
- VII – funcionar como instância superior de recurso em relação à decisão de instituição credenciada e aos atos decorrentes da aplicação desta Lei, na forma do regulamento;
- VIII – estabelecer diretrizes para aplicação dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, a título de repartição de benefícios;
- IX – criar e manter base de dados relativos:
 - a) aos cadastros de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado e de remessa;

- b)** às autorizações de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado e de remessa;
- c)** aos instrumentos e termos de transferência de material;
- d)** às coleções **ex situ** das instituições credenciadas que contenham amostras de patrimônio genético;
- e)** às notificações de produto acabado ou material reprodutivo;
- f)** aos acordos de repartição de benefícios;
- g)** aos atestados de regularidade de acesso; e
- h)** aos protocolos comunitários.

X – cientificar órgãos federais de proteção dos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais sobre o registro em cadastro de acesso a conhecimentos tradicionais associados;

XI – aprovar seu regimento interno.

§ 2º Regulamento disporá sobre a composição e o funcionamento do CGen.

§ 3º O CGEN criará Câmaras Temáticas e Setoriais, com a participação paritária do Governo e sociedade civil, sendo esta representada pelos setores empresarial, acadêmico, representantes de povos indígenas, representantes de comunidades tradicionais e representantes de agricultores tradicionais, para subsidiar as decisões do Plenário.

Art. 7º A Administração Pública Federal disponibilizará ao CGen, na forma do regulamento, as informações necessárias para a rastreabilidade das atividades decorrentes de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, inclusive as relativas à exploração econômica oriunda desse acesso.

CAPÍTULO III

Da Proteção ao Conhecimento Tradicional Associado

Art. 8º Ficam protegidos por esta Lei os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético de povos indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais contra a utilização e exploração ilícita e outras atividades lesivas.

§ 1º O Estado reconhece o direito de povos indígenas, de comunidades tradicionais ou de agricultores tradicionais de decidir sobre o uso de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País, nos termos desta Lei e do seu regulamento.

§ 2º O conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético de que trata esta Lei integra o patrimônio cultural brasileiro e poderá ser depositado em banco de dados ou outra modalidade de depósito, conforme dispuser o regulamento ou legislação específica.

§ 3º As disposições desta Lei não poderão ser interpretadas de modo a obstar a preservação, o intercâmbio, a utilização e o desenvolvimento de conhecimento tradicional e do patrimônio genético a ele associado de povos indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais, ficando tais atividades isentas das obrigações desta Lei.

§ 4º O Estado reconhece que os instrumentos de mercado não os únicos indicadores que permitem promover a proteção e o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais associados e que a precificação desses pode ser prejudicial para sua proteção e reprodução.

§ 5º O Estado compreende que a perda de conhecimentos tradicionais associados está muitas vezes relacionada a ações antrópicas não sustentáveis, predatórias, como a de acumulação econômica por despossessão.

§ 6º O Estado reconhece a reparação histórica pelo uso de conhecimentos tradicionais associados enquanto direito constituído e que a prática da biopirataria faz parte da história econômica, tecnológica e do sucesso mercadológico de empresas nacionais e multinacionais dos ramos de farmacêutico, nutracêuticos, de defensivos agrícolas, entre outros.

§ 7º O Estado reconhece a fragilidade dos instrumentos efetivos de fiscalização, inclusive tecnológicos, do uso indevido, atual ou futuro, dos conhecimentos tradicionais associados inclusive daqueles oriundos dos acelerados desenvolvimentos tecnológicos de aplicação nas áreas biotecnológicas, de engenharia genética, de biologia sintética e de nanotecnologia nos territórios nacional internacional.

§ 8º O Estado reconhece que parte substancial das espécies da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados oriundos de países megadiversos, inclusive do Brasil, estão guardados em coleções públicas de antigas potências coloniais, que as coleções nacionais são menores e menos abrangentes que essas e que não possui capacidade de fiscalização do uso potencial dessas desse material catalogado.

§ 9º O Estado reconhece que os detentores de conhecimentos tradicionais associados podem proteger esses de transformação em produto mercadológico, negando o acesso a eles.

§ 10º O Estado reconhece que o sistema internacional de proteção dos direitos sobre propriedade intelectual, sobretudo através do tratado internacional Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio celebrado no seio da Organização Mundial do Comércio não reconhece a Convenção sobre Diversidade Biológica, inclusive no que diz respeito à proteção dos conhecimentos tradicionais associados, colocando em risco quaisquer esforços de controle em nível internacional dos usos indevidos desses e de biopirataria institucionalizada.

§ 11º O Estado reconhece que determinados instrumentos de proteção dos conhecimentos tradicionais associados se baseiam na aceitação pelo mercado da implementação de um biocomércio ético e na adoção de boas práticas voluntárias.

§ 12º O Estado reconhece que parte relevante das empresas comerciais que entram no sistema nacional de gestão do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados possui tão somente interesse de propaganda e mercadológico, em usar a imagem da natureza e dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Art. 9º O acesso ao conhecimento tradicional associado está condicionado à obtenção do consentimento prévio informado.

§ 1º A comprovação do consentimento prévio informado deverá ocorrer segundo os protocolos comunitários de povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais.

§ 2º No caso de inexistência de um protocolo comunitário, o processo de obtenção de consentimento prévio informado deve se dar mediante procedimento acordado e documentado entre os provedores e os usuários.

§ 3º A obtenção de consentimento prévio e informado deve ser comprovada mediante termo assinado ou outro instrumento estabelecido no protocolo comunitário.

§ 4º O acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável, a ser comprovado pelo usuário, independe de consentimento prévio informado.

§ 5º O acesso ao patrimônio genético de variedade tradicional local ou crioula ou à raça localmente adaptada ou crioula para atividades agrícolas compreende o acesso ao conhecimento tradicional associado não identificável que deu origem à variedade ou à raça e não depende do consentimento prévio do povo indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional que cria, desenvolve, detém ou conserva a variedade ou raça.

Art. 10 Aos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais que criam, usam, desenvolvem, detém ou conservam conhecimento tradicional associado são garantidos os direitos de:

- I – ter reconhecida sua contribuição para o desenvolvimento e conservação de patrimônio genético, em qualquer forma de publicação, utilização, exploração e divulgação;
- II – ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional associado em todas as publicações, utilizações, explorações e divulgações;
- III – perceber benefícios pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, nos termos desta Lei;
- IV – participar, de forma equitativa, do processo de tomada de decisão sobre assuntos relacionados ao acesso a conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios decorrente desse acesso, na forma do regulamento;
- V – impedir terceiros de:
 - a) acessar, utilizar, realizar testes, pesquisar ou explorar economicamente seu conhecimento tradicional associado em desacordo com esta Lei;
 - b) divulgar, transmitir ou retransmitir dados ou informações que integrem ou constituam conhecimento tradicional associado em desacordo com esta Lei;
- VI – usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;
- VII – conservar, manejar, guardar, produzir, trocar, desenvolver, melhorar e vender material reprodutivo que contenha patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, sementes e outros materiais de propagação e de reprodução vegetal e animal conservados e manejados em sistemas agrícolas locais e tradicionais, e de acordo com as normas locais e os seus usos, costumes e tradições; e;
- VIII – acessar as coleções **ex situ** de recursos genéticos de instituições geridas com recursos públicos, bem como todas as informações associadas aos mesmos;

§1º. Para os fins desta Lei, qualquer conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético será considerado de natureza coletiva, ainda que apenas um indivíduo de povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional o detenha.

§2º O patrimônio genético mantido em coleções *ex situ* em instituições nacionais geridas com recursos públicos e as informações a eles associadas poderão ser acessadas pelos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais, na forma do regulamento.

CAPÍTULO IV

Do Acesso, da Remessa e da Exploração Econômica

Art. 11. Ficam sujeitas às exigências desta Lei e de seu regulamento e às normas técnicas e diretrizes estabelecidas pelo CGen, quando realizadas por pessoa natural, nacional, ou pessoa jurídica, pública ou privada, nacional ou sediada no exterior, as seguintes atividades:

- I – acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;
- II – remessa para o exterior de amostras de patrimônio genético; e
- III – exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado realizado após a vigência desta Lei.

§1º. É vedado o acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado por pessoa natural estrangeira e por pessoa jurídica estrangeira não associada a instituição nacional.

§2º. A remessa para o exterior de amostra de patrimônio genético depende de assinatura do termo de transferência de material, na forma prevista pelo CGen.

Art. 12. Deverão ser cadastradas as seguintes atividades:

- I – acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado dentro do País realizado por pessoa natural ou jurídica nacional, pública ou privada; e
- II – envio de amostra que contenha patrimônio genético por pessoa jurídica nacional, pública ou privada, para prestação de serviços no exterior como parte de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico.

§ 1º O cadastro de que trata este artigo terá seu funcionamento definido em regulamento.

§ 2º O cadastro de que trata este artigo deverá ser aprovado pelo CGen mediante atestado de regularidade previamente ao início das atividades previstas nos incisos I e II do caput.

§ 3º São públicas as informações constantes do banco de dados de que trata o inciso IX, do artigo 6º, ressalvadas aquelas que possam prejudicar a preservação da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, bem como as atividades de pesquisa ou desenvolvimento científico ou tecnológico ou as atividades comerciais de terceiros, podendo ser estas informações serem disponibilizadas mediante autorização do usuário

Art. 13. As seguintes atividades poderão, a critério da União, ser realizadas mediante autorização prévia, na forma do regulamento:

- I – acesso ao patrimônio genético por pessoa jurídica sediada no exterior associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada; e
- II – acesso ao patrimônio genético realizado no exterior por pessoa natural ou jurídica nacional, pública ou privada;
- III – remessa de amostra de patrimônio genético para o exterior com a finalidade de acesso, nas hipóteses dos incisos I e II do **caput**.

§1º As autorizações de acesso e de remessa podem ser requeridas em conjunto ou isoladamente.

§ 2º No caso de remessa de amostra de patrimônio genético para o exterior, a responsabilidade da amostra ou material remetido será solidária entre o remetente e a destinatária.

§ 3º A autorização para remessa de amostra do patrimônio genético para o exterior depende da informação do uso pretendido, observados os requisitos do regulamento.

Art. 14. A conservação **ex situ** de amostra do patrimônio genético encontrado na condição **in situ** deverá ser realizada preferencialmente no território nacional.

Art. 15. Para a exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado serão exigidas:

- I – a notificação do produto ou material reprodutivo junto ao CGen; e
- II – a apresentação do Acordo de Repartição de Benefícios.

§ 1º No caso de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, o Acordo de Repartição de Benefícios deverá ser celebrado entre o usuário e o CGen, em até trezentos e sessenta e cinco dias, contados da notificação do produto

§ 2.º No caso de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado, o Acordo de Repartição de Benefícios deverá ser celebrado entre o usuário e o provedor e será apresentado ao CGen no ato da notificação do produto ou material reprodutivo.

CAPÍTULO V

Da Repartição de Benefícios

Art. 16 Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições **in situ** ou ao conhecimento tradicional associado, ainda que produzido fora do País, serão repartidos, de forma justa e equitativa.

§ 1º Estará sujeito à repartição de benefícios o fabricante do produto ou o produtor do material reprodutivo, independentemente de quem tenha realizado o acesso anteriormente.

§ 2º A repartição de benefícios incidirá de forma não-cumulativa, compensando-se o que for devido para cada produto intermediário até o produto final.

§ 3º Ficam isentos da obrigação de repartição de benefícios, nos termos do regulamento, os agricultores tradicionais e suas cooperativas, com receita bruta anual igual ou inferior ao limite máximo estabelecido no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

§ 4º Caso o produto ou material reprodutivo não tenha sido produzido no Brasil, o importador, subsidiária, controlada, coligada, vinculada ou representante comercial do produtor estrangeiro em território nacional ou em território de países com os quais o Brasil mantiver acordo com este fim responde solidariamente com o fabricante do produto ou do material reprodutivo pela repartição de benefícios.

§ 5º Na ausência de acesso a informações essenciais à determinação da base de cálculo de repartição de benefícios em tempo adequado, nos casos a que se refere o § 4º, a União arbitrará o valor da base de cálculo de acordo com a melhor informação disponível, considerando o percentual previsto nesta lei ou em acordo setorial, garantido o contraditório.

Art. 17. Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado para atividades agrícolas serão repartidos sobre a comercialização do material reprodutivo, ainda que o acesso ou a exploração econômica se dê por meio de pessoa física ou jurídica subsidiária, controlada, coligada, contratada, terceirizada ou vinculada, respeitado o disposto no § 4º do artigo 16.

§1º A repartição de benefícios, prevista no caput, incidirá de forma não-cumulativa, compensando-se o que for devido para cada produto intermediário até o produto final.

§2º Fica isenta da Repartição de Benefícios a exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético de espécies introduzidas no território nacional pela ação humana, ainda que domesticadas, exceto:

- I – as que formem populações espontâneas que tenham adquirido características distintivas próprias no País; e
- II – variedade tradicional local ou crioula ou à raça localmente adaptada ou crioula.

Art. 18. A repartição de benefícios decorrente da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado de origem identificável poderá constituir-se nas seguintes modalidades:

- I – monetária; ou
- II – não monetária, incluindo, entre outras:
 - a) projetos para conservação ou uso sustentável de biodiversidade em unidades de conservação de domínio público, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade;
 - b) projetos para proteção e manutenção de conhecimentos, inovações ou práticas de povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares detentores do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado;
 - c) transferência de tecnologias, que seja relevante para a conservação e uso sustentável da biodiversidade;
 - d) capacitação de recursos humanos em temas relacionados à conservação e uso sustentável do patrimônio genético e à proteção dos [ou] conhecimento tradicional associado, inclusive para a construção de protocolos comunitários

Art. 19. Quando a modalidade escolhida for a repartição de benefícios monetária decorrente da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, será devida uma parcela de um por cento da receita líquida anual obtida com a exploração econômica, ressalvada a hipótese de redução para até meio por cento prevista no art. 20.

Art. 20. Em casos excepcionais, com o fim de garantir a competitividade do setor contemplado, a União, poderá, a pedido do interessado, conforme o regulamento, celebrar acordo setorial que permita reduzir o valor da repartição de benefícios monetária para até meio por cento da receita líquida anual obtida com a exploração econômica do produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado de origem não identificável.

§ 1.º. Nos casos de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável, os órgãos oficiais de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais deverão aprovar a celebração do acordo setorial previsto no **caput**.

§ 2.º. Nos casos de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a patrimônio genético, o órgão oficial de conservação da biodiversidade deverá aprovar a celebração do acordo setorial previsto no **caput**.

Art. 21. Nas modalidades de repartição de benefícios não monetárias decorrentes de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriunda de acesso a patrimônio genético, a repartição de benefícios deverá ser equivalente a cem por cento do previsto para a modalidade monetária, conforme os critérios definidos pelo CGen.

Art. 22. Quando o produto ou material reprodutivo for oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado de origem não identificável, a repartição de benefícios se dará na modalidade monetária, no montante de um por cento da receita líquida anual, a ser depositado no Fundo Nacional de Repartição de Benefícios.

Art. 23. Quando o produto ou o material reprodutivo for oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado que seja de origem identificável, o provedor de conhecimento tradicional associado terá direito de receber benefícios mediante Acordo de Repartição de Benefícios.

§ 1º. No caso do **caput**, presume-se, para efeitos dessa Lei, a existência de outros detentores do mesmo conhecimento tradicional associado.

§ 2º. A repartição entre usuário e provedor será negociada de forma justa e equitativa entre as partes, atendendo a parâmetros de clareza, lealdade e transparência nas cláusulas pactuadas, que deverão indicar condições, obrigações, tipos e duração dos benefícios de curto, médio e longo prazo.

§ 3º. Além do Acordo de Repartição de Benefícios celebrado diretamente com o provedor, o usuário deverá depositar no Fundo Nacional de Repartição de Benefícios uma parcela correspondente a metade daquela prevista no art. 19 [ou art. 20] desta Lei, a título de repartição de benefícios com os demais detentores do mesmo conhecimento.

§ 4º. No caso do **caput**, a repartição de benefícios terá a duração de no mínimo o tempo de exploração econômica do produto ou material reprodutivo.

§ 5º. A repartição de benefícios gerados a partir do acesso ao conhecimento tradicional associado que seja de origem identificável não poderá ser inferior a meio por cento da receita líquida anual obtida com a exploração econômica do produto ou material reprodutivo.

Art. 24. O Acordo de Repartição de Benefícios deverá indicar e qualificar com clareza as partes, que serão, no caso de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a:

I – patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado de origem não identificável:

- a) a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente; e
- b) aquele que explora economicamente produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional não identificável;

II – conhecimento tradicional associado de origem identificável:

- a) o provedor de conhecimento tradicional associado;
- b) aquele que explora economicamente produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado;
- c) como interveniente, o órgão oficial de defesa dos direitos de povos indígenas ou comunidades tradicionais, conforme o caso.

§ 1º. Adicionalmente ao Acordo de Repartição de Benefícios, o usuário deverá depositar o valor estipulado no § 3º do art. 23 no FNRB quando explorar economicamente produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a conhecimento tradicional associado de origem identificável.

§ 2º A repartição de benefícios decorrentes da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado dispensa o usuário de repartir benefícios referentes ao patrimônio genético.

Art. 25. São cláusulas essenciais do Acordo de Repartição de Benefícios, sem prejuízo de outras que venham a serem estabelecidas em regulamento, as que dispõem sobre:

- I – produtos objeto de exploração econômica;
- II – prazo de duração;
- III – modalidade de repartição de benefícios;
- IV – direitos e responsabilidades das partes;
- V – direito de propriedade intelectual;
- VI – rescisão;
- VII – penalidades; e
- VIII – foro no Brasil.

CAPÍTULO VI

Das Sanções Administrativas

Art. 26. Considera-se infração administrativa contra o patrimônio genético ou o conhecimento tradicional associado toda ação ou omissão que viole as normas desta Lei e do regulamento.

§ 1º Sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis, as infrações administrativas serão punidas com as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – apreensão:
 - a) das amostras que contêm o patrimônio genético acessado;
 - b) dos instrumentos utilizados na coleta ou no processamento do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado acessado;
 - c) dos produtos derivados de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado; ou
 - d) dos produtos obtidos a partir de informação sobre conhecimento tradicional associado.
- IV – suspensão da venda do produto ou material reprodutivo derivado de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;
- V – embargo da atividade específica relacionada à infração;
- VI – interdição parcial ou total do estabelecimento, atividade ou empreendimento;
- VII – suspensão de atestado ou autorização de que trata esta Lei; ou
- VIII – cancelamento de atestado ou autorização de que trata esta Lei.

§ 2º Para imposição e gradação das sanções administrativas, a autoridade competente observará:

- I – a gravidade do fato;
- II – os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação referente ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado;
- III – a reincidência; e
- IV – a situação econômica do infrator, no caso de multa.

§ 3º As sanções previstas no § 1º poderão ser aplicadas cumulativamente.

§ 4º As amostras, os produtos e os instrumentos de que trata o inciso III do § 1º terão sua destinação definida pelo CGen.

§ 5º A multa de que trata o inciso II do § 1º será arbitrada pela autoridade competente, por infração, e pode variar:

- I – de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), quando a infração for cometida por pessoa natural; ou
- II – de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), quando a infração for cometida por pessoa jurídica, ou com seu concurso.

§ 6º Verifica-se a reincidência quando o agente comete nova infração no prazo de até cinco anos contados do trânsito em julgado da decisão administrativa que o tenha condenado por infração anterior.

§ 7º O regulamento disporá sobre o processo administrativo próprio para aplicação das sanções de que trata esta Lei, assegurado o direito a ampla defesa e contraditório.

§ 8º Aplicam subsidiariamente a esta Lei as disposições da Lei 9.605/1998.

Art. 27. Os órgãos federais competentes exercerão a fiscalização, a interceptação e a apreensão de amostras que contêm o patrimônio genético acessado, de produtos ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, quando o acesso ou a exploração econômica tiver sido em desacordo com as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. 28. São órgãos competentes para a fiscalização das infrações contra o patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, no âmbito de suas respectivas competências e na forma do regulamento:

- I – o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e
- II – o Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.

§ 1º O exercício da competência de fiscalização de que trata o caput pelo Comando da Marinha ocorrerá no âmbito de águas jurisdicionais e da plataforma continental brasileiras, em coordenação com o IBAMA.

§ 2º Quando as infrações envolverem conhecimento tradicional associado, o IBAMA, no exercício da competência prevista no caput, poderá atuar em articulação com os órgãos oficiais de defesa dos direitos dos povos indígenas, povos ou comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.

CAPÍTULO VII

Do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios e do Programa Nacional de Repartição de Benefícios

Art. 29. Fica instituído o Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios – FNRB, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de preservar, valorizar e promover o uso sustentável do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados.

Art. 30. O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição, organização e funcionamento do Comitê Gestor do FNRB.

Parágrafo único. A gestão de recursos monetários depositados no FNRB destinados a povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais se dará com a sua participação, de forma majoritária.

Art. 31. Constituem receitas do FNRB:

- I – dotações consignadas na Lei orçamentária anual e seus créditos adicionais;
- II – doações;
- III – valores arrecadados com o pagamento de multas administrativas aplicadas em virtude do descumprimento desta Lei;
- IV – recursos financeiros de origem externa decorrentes de contratos, acordos ou convênios, especialmente reservados para as finalidades do Fundo;
- V – contribuições feitas por usuários de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado para o Programa Nacional de Repartição de Benefícios;
- VI – valores provenientes da repartição de benefícios; e
- VII – outras receitas que lhe vierem a ser destinadas.

§ 1º Os recursos monetários depositados no FNRB decorrentes da exploração econômica de produto, ou material reprodutivo oriundo de acesso a conhecimento tradicional associado serão destinados exclusivamente em benefício dos detentores de conhecimentos tradicionais associados.

§ 2º Os recursos monetários depositados no FNRB decorrentes da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a patrimônio genético proveniente de coleções *ex situ* serão parcialmente destinados em benefício dessas coleções, na forma do regulamento.

§ 3º O FNRB poderá estabelecer instrumentos de cooperação, inclusive com estados, municípios e o Distrito Federal.

Art. 32. Fica instituído o Programa Nacional de Repartição de Benefícios – PNRB, com a finalidade de promover:

- I – conservação da diversidade biológica;
- II – recuperação, criação e manutenção de coleções **ex situ** de amostra do patrimônio genético;
- III – prospecção e capacitação de recursos humanos associados ao uso e à conservação do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;
- IV – proteção, promoção do uso e valorização dos conhecimentos tradicionais associados;

- V – implantação e desenvolvimento de atividades relacionadas ao uso sustentável da diversidade biológica, sua conservação e repartição de benefícios;
- VI – fomento a pesquisa e desenvolvimento tecnológico associado ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado;
- VII – levantamento e inventário do patrimônio genético, considerando a situação e o grau de variação das populações existentes, incluindo aquelas de uso potencial e, quando viável, avaliando qualquer ameaça a elas;
- VIII – apoio aos esforços dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais no manejo sustentável e conservação de patrimônio genético;
- IX – conservação das plantas silvestres;
- X – desenvolvimento de um sistema eficiente e sustentável de conservação **ex situ** e **in situ**, e desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas para essa finalidade com vistas a melhorar o uso sustentável do patrimônio genético;
- XI – monitoramento e manutenção da viabilidade, do grau de variação e da integridade genética das coleções de patrimônio genético;
- XII – adoção de medidas para minimizar ou, se possível, eliminar as ameaças ao patrimônio genético;
- XIII – desenvolvimento e manutenção dos diversos sistemas de cultivo que favoreçam o uso sustentável do patrimônio genético;
- XIV – elaboração e execução dos Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos ou Comunidades Tradicionais; e
- XV – a construção de protocolos comunitários em benefício de povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais
- XVI – outras ações relacionadas ao acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados, conforme o regulamento.

§ 1.º – O Programa Nacional de Repartição de Benefícios deverá conter componentes especificamente voltados para a conservação e utilização sustentável da agrobiodiversidade, e incluir ações, políticas e programas destinados a:

- I – promover e apoiar as iniciativas e atividades de agricultores tradicionais, gestão e conservação local dos recursos da agrobiodiversidade;
- II – promover e apoiar as iniciativas e atividades dos agricultores tradicionais de conservar *in situ* os parentes silvestres de espécies cultivadas e de espécies silvestres usadas para produção de alimentos, dentro e fora de áreas protegidas;
- III – ampliar a base genética dos cultivos agrícolas e aumentar a gama de diversidade genética à disposição dos agricultores tradicionais;
- IV – fortalecer as pesquisas que promovam e conservem a diversidade biológica, maximizando a variação intra e interespecífica da agrobiodiversidade em benefício dos agricultores tradicionais, especialmente dos agricultores que criam e utilizam as suas próprias variedades e aplicam princípios ecológicos de conservação da fertilidade dos solos e de combate às doenças e pragas;
- V – promover políticas agrícolas justas e equitativas que estimulem o desenvolvimento e a manutenção de sistemas agrícolas locais e tradicionais diversificados e que favoreçam a utilização sustentável da agrobiodiversidade;
- VI – promover iniciativas de melhoramento vegetal que, com a participação dos agricultores tradicionais, reforcem a capacidade de desenvolvimento de variedades especificamente adaptadas às diferentes condições sociais, econômicas e ambientais locais;
- VII – promover ampla utilização de cultivos agrícolas, variedades e espécies subutilizadas, locais ou adaptadas às condições locais;
- VIII – definir áreas protegidas especialmente voltadas para a conservação local e o manejo sustentável da agrobiodiversidade, que devem ser geridas com a participação dos agricultores tradicionais e respeitar as formas de manejo e uso dos recursos naturais que integram os sistemas agrícolas locais e tradicionais.

§ 2º – As áreas protegidas a que se refere o inciso VIII serão denominadas reservas da agrobiodiversidade e serão criadas preferencialmente em centros de diversidade genética de plantas tradicionalmente cultivadas pelos agricultores tradicionais;

Art. 33. O PNRB será implementado por meio do FNRB.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Transitórias Sobre a Adequação e a Regularização De Atividades

Art. 34. O pedido de autorização ou regularização de acesso e de remessa de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ainda em tramitação na data de entrada em vigor desta Lei deverá ser reformulado pelo usuário como pedido de cadastro ou de autorização de acesso ou remessa, conforme o caso.

Art. 35. O prazo para o usuário reformular o pedido de autorização ou regularização de que trata o art. 34 será de um ano, contado da data da disponibilização do cadastro pelo CGen.

Art. 36. Deverá adequar-se nos termos desta Lei, no prazo de um ano, contado da data da disponibilização do Cadastro pelo CGen, o usuário que realizou, a partir de 30 de junho de 2000, as seguintes atividades de acordo com Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

- I – acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;
- II – exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, o usuário deverá adotar uma ou mais das seguintes providências, conforme o caso:

- I – cadastrar o acesso a patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;
- II – notificar o produto, processo ou material reprodutivo objeto da exploração econômica, nos termos desta Lei; e
- III – repartir os benefícios referentes à exploração econômica realizada a partir da data de entrada em vigor desta Lei, nos termos do Capítulo V, exceto quando o tenha feito na forma da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Art. 37. Deverá regularizar-se nos termos desta Lei, no prazo de um ano, contado da data da disponibilização do Cadastro pelo CGen, o usuário que, entre 30 de junho de 2000 e a data de entrada em vigor desta Lei, realizou as seguintes atividades em desacordo com a legislação em vigor à época:

- I – acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado;
- II – acesso e exploração econômica de produto ou processo oriundo do acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado, de que trata a Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001;
- III – remessa ao exterior de amostra de patrimônio genético; ou
- IV – divulgação, transmissão ou retransmissão de dados ou informações que integram ou constituem conhecimento tradicional associado.

§ 1º A regularização de que trata o **caput** está condicionada a assinatura de Termo de Compromisso.

§ 2º Na hipótese de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado unicamente para fins de pesquisa científica, o usuário estará dispensado de firmar o Termo de Compromisso, regularizando-se por meio de cadastro ou autorização da atividade, conforme o caso.

§ 3º Para fins de regularização junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial– INPI dos pedidos de patentes depositados durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, o requerente deverá apresentar o comprovante de cadastro ou de autorização de que trata este artigo.

Art. 38. O Termo de Compromisso será firmado entre o usuário e a União, representada pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Parágrafo único. O Ministro de Estado do Meio Ambiente poderá delegar a competência prevista no *caput*.

Art. 39. O Termo de Compromisso deverá prever, conforme o caso:

- I – o cadastro ou a autorização de acesso ou remessa de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado;
- II – a notificação de produto ou processo oriundo do acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado, de que trata a Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001; e
- III – a repartição de benefícios obtidos, na forma do Capítulo V desta Lei, referente ao tempo em que o produto desenvolvido após 30 de junho de 2000 oriundo de acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado tiver sido disponibilizado no mercado.

Art. 40. Havendo interesse das partes, com o intuito de findar questões controversas e eventuais litígios administrativos ou judiciais, poderão ser aplicadas as regras de regularização ou adequação, conforme a hipótese observada, ainda que para casos anteriores à Medida Provisória nº 2.052, de 29 de junho de 2000.

Parágrafo único. No caso de litígio judicial, respeitadas as regras de regularização ou adequação previstas nesta Lei, a União fica autorizada a firmar acordo ou transação judicial.

Art. 41. Permanecem válidos os atos e decisões do CGen referentes a atividades de acesso ou remessa de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado que geraram produtos ou processos em comercialização no mercado e que já foram objeto de regularização antes da entrada em vigor da presente Lei.

§1º. Caberá ao CGen cadastrar no sistema as autorizações já emitidas.

§2º Os Acordos de Repartição de Benefícios celebrados antes da entrada em vigor desta Lei serão válidos pelo prazo neles previstos.

Art. 42. O pedido de regularização previsto neste Capítulo autoriza a continuidade da análise de requerimento de direito de propriedade industrial em andamento no órgão competente.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais

Art. 43. As atividades realizadas sobre patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado que constarem em acordos internacionais dos quais o País seja signatário, quando utilizadas para os fins do referido acordo internacional, deverão ser efetuadas em conformidade com as condições neles definidas, mantidas as exigências deles constantes.

Art. 44. A concessão de direito de propriedade intelectual pelo órgão competente sobre produto ou material reprodutivo obtido a partir de acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado fica condicionada ao cadastramento ou autorização, nos termos desta Lei.

Art. 45. A utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para alimentação e agricultura de espécie introduzida no País pela ação humana, que tenham desenvolvido características distintivas próprias, incluindo as que formem populações espontâneas, até a data de entrada em vigor desta Lei, e encontrada no território nacional, na plataforma continental ou zona econômica exclusiva, não estará sujeita a repartição de benefícios prevista em acordos internacionais sobre acesso e repartição de benefícios dos quais do Brasil seja parte, ressalvada aquela prevista no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008.

Parágrafo único. A utilização de que trata o caput compreende:

I – acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado; e

II – a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

Art. 46. Revoga-se a Medida Provisória 2.186-16/2001.

Art. 47. Ficam extintas, no âmbito do Poder Executivo, Funções Comissionadas Técnicas, criadas pelo art. 58 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, nos seguintes quantitativos por nível:

I – trinta e três FCT-12; e

II – cinquenta e três FCT-11.

Parágrafo único. Ficam criados os seguintes cargos em comissão Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados à unidade que exercerá a função de Secretaria-Executiva do CGen:

I – um DAS-5;

II – três DAS-4; e

III – seis DAS-3.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Justificação

Submetemos ao Senado Federal o presente Projeto de Lei que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1, 8, "j", 10, "c", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica e dispõe sobre a proteção e acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, e dá outras providências.

Na Conferência do Clima Rio-92 a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB foi adotada, compreendendo que o setor biotecnológico se tornaria em um dos mais dinâmicos da economia e, portanto, estaria dentre os setores econômicos e produtivos de maior rentabilidade. Diante desse cenário, se destacou a necessidade

de proteção aos direitos e conhecimentos tradicionais associados ao desenvolvimento de mercadorias e produtos a partir da utilização de recursos genéticos da biodiversidade associados a conhecimentos tradicionais.

Por esse motivo, os países em desenvolvimento travaram duras batalhas no campo das negociações internacionais, com objetivo de garantir a nacionalização dos recursos genéticos, assegurando o pagamento de royalties pelos países usuários desses recursos. A importância dos conhecimentos tradicionais associados reside no fato de que esses conhecimentos se constituem como espécies de “atalhos científicos e tecnológicos” utilizados pela grande indústria de base biotecnológica na concepção, produção e comercialização de mercadorias e produtos. Para a realização de aplicações específicas, a pesquisa biotecnológica da indústria precisaria executar uma prospecção de cerca de 10 mil moléculas para identificar uma única molécula com potencial comercial. O conhecimento tradicional associado a recursos genéticos que detêm os povos indígenas, populações tradicionais e agricultores familiares, portanto,

funciona como um “atalho científico” altamente especializado, que fornece informações estratégicas altamente importantes sobre biodiversidade, que são capazes de desenvolver uma série infinita de produtos a serem comercializados pela indústria de base biotecnológica, como indústria cosmética e farmacêutica, por exemplo.

O presente projeto avança na consolidação do marco regulatório iniciado com a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, que foi ratificada pelo Congresso Nacional, em 1994, e promulgada pelo Executivo, por meio do Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998. O texto estabelece a soberania dos países sobre seus recursos genéticos e sua autonomia para regular o acesso a tais recursos, mediante autorização prévia da autoridade nacional competente. Estabelece ainda, que os países receptores e usuários de recursos genéticos de terceiros assegurariam a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de sua utilização econômica. Este projeto que estamos apresentando, respeita as regras inseridas pela CDB e pelo referido Decreto para garantir que populações indígenas, povos tradicionais e agricultores tradicionais tenham de fato seus direitos garantidos.

Em decorrência do fornecimento de microrganismos brasileiros para outros países, sem a respectiva previsão de transferência de tecnologia e repartição dos benefícios resultante do uso desses recursos, o Governo Brasileiro editou, em 29 de junho de 2000, a Medida Provisória no 2.052. A norma supracitada sofreu sucessivas reedições até a superveniência da Emenda Constitucional no 32, de 2001, que veio a disciplinar o uso de Medidas Provisórias, dispensando de reedição as publicadas anteriormente a ela e fazendo com que estas perdessem o caráter provisório, até que fossem apreciadas definitivamente pelo Congresso Nacional. Por essa razão, a Medida Provisória no 2.186-16, de 2001, constitui-se, hoje, no marco legal que rege o acesso e a remessa de componentes do patrimônio genético nacional, o conhecimento tradicional associado e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização comercial dos recursos genéticos.

A legislação brasileira sobre o tema inovou ao adotar o termo “patrimônio genético”, entendido como a informação de origem genética contida em espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal, diferentemente do termo “recurso genético” adotado pela Convenção. Partiu-se do princípio que a informação proveniente do recurso genético deveria ser protegida, pois uma vez extraída poderia ser livremente distribuída, principalmente com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação. Assim, depois da retirada da informação, o recurso genético perderia a importância para o usuário, trazendo prejuízo ao provedor.

Também foi instituído o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, como autoridade competente para conceder as autorizações de acesso e remessa, além de analisar os contratos de repartição de benefícios. O Conselho iniciou suas atividades em abril de 2003, constituindo-se em um órgão de caráter deliberativo e normativo.

De acordo com o Decreto no 5.459, de 2005, os agentes públicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA são autoridades competentes para a fiscalização das condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado. Em julho de 2010, foi criado o Núcleo Temporário de Combate ao Acesso Ilegal ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado, vinculado tecnicamente à Diretoria de Proteção Ambiental daquela Autarquia. As ações fiscalizatórias desse Núcleo resultaram em 498 autos de infração emitidos, sendo 54 advertências e 444 multas para empresas privadas, institutos de pesquisa, universidades e pessoas físicas. O total das multas é de R\$ 220 milhões. Constitui-se, portanto, um quadro de alta relevância e gravidade em relação a esta temática.

Contudo, o Poder Executivo Federal entende que a experiência de doze anos dessa legislação demonstra que ela deve ser revista e ajustada, sob o argumento que a legislação tem se mostrado pouco efetiva em função de um conjunto de restrições sobre o acesso, que, por sua vez, vem resultando em um regime insatisfatório para a repartição de benefícios decorrente do uso desse patrimônio ambiental e social. Entretanto, entendemos que existe uma grande fragilidade legal quanto a garantia da repartição de benefícios pelo uso de recursos genéticos para populações tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares.

O presente projeto considerou as demandas de distintos setores da sociedade afetos ao tema, priorizando a defesa do conhecimento tradicional sem dificultar a pesquisa e objetivando alavancar a inovação tecnológica do setor produtivo e, ao mesmo tempo, gerar benefícios para toda a sociedade e para os povos detentores dos conhecimentos utilizados.

Por fim, esclarecemos que esta proposição, inspirada nos posicionamentos técnicos e institucionais manifestados pelas organizações ambientalistas que tratam do tema, contém mecanismos de proteção aos interesses nacionais e das comunidades detentoras de conhecimento tradicional, o que não está plenamente assegurado na redação do PL 7735/14 aprovado na Câmara dos Deputados e a ser submetido a esta Casa.

Considerando os avanços estratégicos que esta proposição explicita sobre o tema, solicitamos o necessário apoio de nossos ilustres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **João Capiberibe**, PSB/AP.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2015

Susta o Decreto nº 8.395, de 28 de janeiro de 2015, que “altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação, e o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados os efeitos do Decreto nº 8.395, de 28 de janeiro de 2015, que altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação, e o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O artigo 49, V, da Constituição Federal prevê que “É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”.

O Decreto nº 8.395, de 2015, aumenta fortemente os preços dos combustíveis, em mais de R\$ 0,22 por litro de gasolina e R\$ 0,15 por litro de óleo diesel, por meio do aumento da alíquota de PIS/COFINS e da CIDE. Tal aumento causa severos prejuízos à população, seja aquela que utiliza automóvel, seja a que utiliza transporte público.

Nos 20 anos do Plano Real (jul/1994 a dez/2014), o preço médio dos combustíveis de veículos subiu 436,77% e o das tarifas de transporte público aumentou absurdos 723,53%, contra uma inflação média (IPCA) de 373,57%. Apesar do óbvio efeito nocivo dos combustíveis fósseis sobre o meio-ambiente, é descabido aumentar ainda mais os tributos sobre estes produtos, especialmente porque o produto desta arrecadação adicional não será destinado para o apoio relevante a políticas de incentivo às energias alternativas e limpas, mas sim, para o ajuste fiscal, ou seja, viabilizar o aumento do pagamento de juros e amortizações de uma questionável dívida pública, que deveria ser auditada, conforme manda a Constituição de 1988.

Cabe ressaltar também que o preço da gasolina no Brasil já é altamente onerado por tributos, sendo que, em alguns estados, a tributação pode superar os 50%, representando nítido confisco sobre os consumidores, que não têm como escapar do consumo de gasolina ou óleo diesel, sob pena de verem ceifado seu direito de ir e vir.

Portanto, se aproveitar disto para aumentar ainda mais o arrocho fiscal sobre a classe média e a população mais pobre – ao mesmo tempo em que são concedidas diversas desonerações tributárias para grandes empresas – representa uma clara utilização de tributo com efeito de confisco, violando-se o artigo 150, IV, da Constituição Federal.

O conceito de “confisco” é, de modo geral, definido pelos juristas como a criação de uma obrigação tributária que retira injustamente uma parcela substancial da renda do contribuinte, sem a devida retribuição estatal na forma de serviços públicos. O que é exatamente o caso, dado que, ao mesmo tempo em que au-

menta a arrecadação da PIS/COFINS (que abastecem a Seguridade Social), o Poder Executivo promove severos cortes de direitos relacionados à Seguridade, como o seguro-desemprego, abono, pensões e auxílio-doença.

Portanto, considerando que o Decreto nº 8.395, de 2015, representa claro desrespeito à ordem constitucional (caracterizando, portanto, clara “exorbitância do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”, conforme art. 49, V, da Carta Magna), peço aos nobres Pares o apoio para sustar esta norma editada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**, PSOL-AP.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 8.395, DE 28 DE JANEIRO DE 2015

Vigência

Altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação, e o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível.

A Presidenta da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no **caput** e no § 5º do art. 23 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e no **caput** e no § 1º do art. 9º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações: (Vigência)

“Art. 1º
I – 0,51848 para as gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, a partir de 1º de maio de 2015;
II – 0,46262 para o óleo diesel e suas correntes, a partir de 1º de maio de 2015;

.....
Parágrafo único. Até 30 de abril de 2015, os coeficientes de redução de que tratam os incisos I e II do **caput** ficam fixados em:

I – 0,3923 para as gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação; e
II – 0,35428 para o óleo diesel e suas correntes.” (NR)

“Art. 2º
I – R\$ 67,94 (sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos) e R\$ 313,66 (trezentos e treze reais e sessenta e seis centavos) por metro cúbico de gasolinas e suas correntes, a partir de 1º de maio de 2015;
II – R\$ 44,17 (quarenta e quatro reais e dezessete centavos) e R\$ 203,83 (duzentos e três reais e oitenta e três centavos) por metro cúbico de óleo diesel e suas correntes, a partir de 1º de maio de 2015;

.....
Parágrafo único. As alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, com a utilização dos coeficientes determinados no parágrafo único do art. 1º, ficam reduzidas, respectivamente, para:

I – R\$ 85,75 (oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) e R\$ 395,86 (trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos) por metro cúbico de gasolinas e suas correntes; e
II – R\$ 53,08 (cinquenta e três reais e oito centavos) e R\$ 244,92 (duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos) por metro cúbico de óleo diesel e suas correntes.” (NR)

Art. 2º O Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações: (Vigência)

“Art. 1º As alíquotas específicas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível – Cide, previstas no art. 5º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, ficam reduzidas para:

I – R\$ 100,00 (cem reais) por metro cúbico de gasolinas e suas correntes; e

II – R\$ 50,00 (cinquenta reais) por metro cúbico de óleo diesel e suas correntes.

Parágrafo único. Ficam reduzidas a zero as alíquotas de que trata o **caput** para os seguintes produtos:

I – querosene de aviação;

II – demais querosenes;

III – óleos combustíveis com alto teor de enxofre;

IV – óleos combustíveis com baixo teor de enxofre;

V – gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado de gás natural e de nafta; e

VI – álcool etílico combustível." (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor:

I – em relação ao art. 1º, em 1º de fevereiro de 2015; e

II – em relação aos art. 2º e art. 4º, no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 7.764, de 22 de junho de 2012. (Vigência)

Brasília, 28 de janeiro de 2015; 194º da Independência e 127º da República. – **DILMA ROUSSEFF – Joaquim Vieira Ferreira Levy.**

quim Vieira Ferreira Levy.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 29.1.2015

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Estão inscritos o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Dário Berger, na primeira ordem.

Por permuta entre o Senador Cristovam e a Senadora Vanessa, fala, como oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidente, Senadora Ana Amélia.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, Srª Presidente, neste meu pronunciamento eu quero, em primeiro lugar, apresentar aqui a minha solidariedade, a mais irrestrita solidariedade a todos os trabalhadores da Petrobras, em especial aos familiares dos servidores dessa gigante empresa que faleceram no dia de ontem, perderam suas vidas no trágico acidente ocorrido no Estado do Senador Ferraço, o Estado do Espírito Santo.

Durante as investigações da CPMI, que trabalhou praticamente até o último dia do ano passado, a CPMI da Petrobras, buscou-se, no seu bojo, também verificar as questões de segurança para os trabalhadores da empresa. Infelizmente, não tivemos – e digo todos nós – a capacidade de aprofundar esse tema de tamanha importância, Senadora Ana Amélia, mesmo porque não era de interesse da mídia nem de interesse das oposições. Ninguém levou em consideração a importância de trabalhar um assunto tão caro ao País e, principalmente, à vida de milhares e milhares de brasileiros.

Um setor estratégico com esse, o segmento de petróleo no País, deve, sem dúvida nenhuma, receber toda a atenção e investimentos, a fim de garantir a segurança de seus trabalhadores e trabalhadoras.

Ao me solidarizar com os trabalhadores, com as famílias das vítimas, eu quero mais uma vez pegar este gancho e falar a respeito da importância estratégica da empresa Petrobras para o Brasil.

Nesse sentido, eu quero corroborar e apoiar o manifesto publicado recentemente, publicado esta semana pela Federação Única dos Petroleiros, a FUP, que tem como título "Defender a Petrobras é defender o Brasil".

Como afirma o documento e como tenho defendido nesta tribuna, as denúncias de corrupção devem ser aprofundadas. Todos os envolvidos devem ser punidos, independentemente de ter ou não filiação partidária, independente do partido a que por ventura possam pertencer, independente do cargo que ocupem dentro ou fora da Petrobras. Todos, todos aqueles que praticaram esta sangria de que nós estamos tomando conhecimento na Petrobras têm que sofrer a punição mais rigorosa prevista na legislação brasileira.

Mas, Srª Presidente e Srs. Senadores, não se pode, entretanto, criminalizar a empresa pelo comportamento de alguns, assim como não se pode tratar diferentemente quem tiver cometido os crimes. Isso nós não podemos aceitar em hipótese nenhuma.

Não podemos deixar de lado a gênese dos problemas, mas também não podemos ser ingênuos. Há poderosos interesses contrariados pelo crescimento da Petrobras. Eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso, Srª Presidente.

Em seu manifesto, a Federação Única dos Petroleiros destaca que há quase um ano o País acompanha uma operação policial contra a evasão de divisas que detectou a evidência de outros crimes pelos quais são investigadas pessoas que participaram da gestão da Petrobras e de empresas fornecedoras.

A ação institucional contra a corrupção tem firme apoio da sociedade na expectativa de esclarecimento cabal dos fatos e rigorosa punição dos culpados – é o que afirma a nota da Federação Única dos Petroleiros, dos trabalhadores da Petrobras. Afirmção com a qual concordo e que endosso. Mas também há em curso uma campanha diuturna para atacar a empresa, para atacar a imagem da empresa e atacar as suas atividades, ao ponto de alguns dos nossos companheiros desta Casa ou da Casa vizinha do Parlamento manifestarem sua indignação em relação à propaganda da Petrobras, à campanha publicitária da Petrobras. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Volto a repetir: se indigna contra isso quem é contra a própria Petrobras como empresa pública, como aquela que tem sido o esteio do desenvolvimento nacional.

Essa campanha para manchar a imagem da Petrobras, para destruir a imagem da Petrobras não tem como fundo o combate à corrupção. Essa campanha, Sr^a Presidente, tem como centro a redução da empresa na exploração dos recursos do pré-sal. A virulência dos ataques à empresa aumentou na medida em que ficou claro o tamanho da reserva do pré-sal e aumentou exponencialmente quando o modelo de exploração colocou a Petrobras no centro dessa atividade.

Submersa por toneladas de notícias e artigos críticos, este ano vimos a Petrobras se tornar a maior produtora de petróleo do mundo. Veja aqui, Sr^a Presidente. Não são só discursos. São projetos de lei que tramitam, projetos de lei que visam mudar aquilo que aprovamos recentemente, que foi um marco diferente para a exploração do petróleo do pré-sal, a partilha, que, aliás, não é invenção do Governo brasileiro. Não foi invenção do Presidente Lula. Não foi invenção dos dirigentes da Petrobras ou dos dirigentes da ANP ou do então Diretor-Geral da ANP, o ex-Deputado Federal Haroldo Lima, um companheiro nosso, um grande militante, que foi diretor, por duas vezes, e diretor-geral da ANP. O estabelecimento do novo marco de partilha foi levado em consideração e a proposta foi encaminhada para o Congresso Nacional, onde foi aprovada com ampla maioria depois de um profundo estudo internacional por países grandes produtores de petróleo, como o nosso, que precisam utilizar da melhor forma os recursos da Petrobras.

Não sei se V. Ex^a solicita aparte, mas, se for isso, concedo-lhe um aparte, Senador Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (PMDB – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin, V. Ex^a traz à tribuna do Senado e submete a todos nós um tema da maior relevância. Eu sou um dos Senadores que o têm debatido e sou, inclusive, autor de uma proposta que tem como escopo e objeto a retomada do sistema de concessão para a exploração do petróleo e do gás em nosso País, porque considero que esse sistema de exploração do petróleo e do gás... E não falo aqui de retórica, de vocações ou de convicções pessoais. Eu falo em razão dos números e dos resultados que o sistema de concessão proporcionou ao nosso País e proporcionou à própria Petrobras. Foi durante o período de concessão que a Petrobras, que antes representava apenas 2% do Produto Interno Bruto brasileiro em toda a cadeia, chegou a representar 10% do Produto Interno Bruto. Foi durante esse período que a Petrobras alcançou o seu maior valor de patrimônio líquido. Foi durante esse período que nós conseguimos observar a maior agregação e incorporação de tecnologias e inovação que deu à Petrobras – e V. Ex^a tem razão – uma dianteira mundial na exploração de petróleo em águas ultraprofundas, que levou inclusive à descoberta do pré-sal em elevada tecnologia. A mudança do sistema de concessão para o sistema de partilha ainda é um desafio em nosso País porque, na prática, de lá para cá, nós só conseguimos fazer um leilão. Apenas um leilão! E esse é um campo que ainda não está em processo de exploração. Portanto, esse é um bom debate. Basta que a gente leve em consideração os resultados que um sistema proporcionou para a Petrobras e para o Brasil, e as respostas que o sistema de partilha ainda não proporcionou para o nosso País. É um debate importante o que V. Ex^a traz, mas eu acho que nós não precisamos desmerecer um sistema em detrimento do outro. Existem países que são absolutamente felizes com o sistema de concessão. Existem outros que são felizes com o sistema de partilha. Nós precisamos encontrar o nosso modelo, porque, considerando a crise ética, a crise moral e até mesmo a crise de gestão e de caixa que vive a Petrobras, terá ela condição de ser a líder, de ser a operadora de todos esses campos e de ter pelo menos um terço do capital de toda a exploração de todos os campos do pré-sal? Essa é a questão que se coloca, porque nós precisamos criar uma convergência entre o interesse da Petrobras e o interesse do Brasil. O interesse da Petrobras não pode submeter o interesse do Brasil. O interesse do Brasil está superior ao interesse da Petrobras, e o fato concreto é que o sistema de partilha não produziu os efeitos e os resultados que foram preconizados lá atrás. Mas esse é um excepcional debate que V. Ex^a traz à tribuna do Senado e o meu interesse aqui tão somente é colaborar com V. Ex^a, mesmo tendo uma posição divergente, mas respeitosamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Ferraço.

Quero dizer que o debate é bom, e acho que debate sempre é bom, não importa o tema, não importa a posição. Tenho uma posição diametralmente contrária à de V. Ex^a, mas o debate é muito bom sempre. O que não é bom é procurar levar o debate a uma situação de extrema desigualdade para qualquer um dos lados.

O que estou dizendo aqui no meu pronunciamento é que eu creio que exista, em torno deste momento de crise que vive a Petrobras, por parte de muitos que falam dela, não o interesse de tirá-la da crise, não o interesse de acabar com a corrupção, não o interesse de acabar com a crise, de punir os culpados, não, mas o interesse unicamente de enfraquecer a Petrobras para, aí, dizer que a Petrobras não foi capaz de liderar o sistema de partilha.

Aliás, V. Ex^a mesmo destaca que alguns países são felizes com seu sistema de partilha, outros com seu sistema de concessão. O Brasil é mais do que isso, o Brasil é o misto dos dois sistemas, porque o sistema de concessão não acabou. O que fizemos foi criar o sistema de partilha para o pré-sal. E por que isso? Porque no pré-sal o petróleo está ali, não há nenhum risco para o estudo de exploração ou, se existem riscos, eles são mínimos, diferente de buscar petróleo na Amazônia, diferente de buscar petróleo lá no Nordeste brasileiro. O sistema de concessão é isto: atrair capital com capacidade de investir em pesquisa, em estudo, em prospecção, mas o pré-sal não precisa disso. Por isso, o Governo brasileiro teve a capacidade de pensar no sistema de partilha, Mas não transformou, Senadora Gleisi, todo o sistema em partilha, não, tão somente o sistema do pré-sal.

E acredito na capacidade da Petrobras, sim, na capacidade dessa empresa que, repito, é nosso orgulho, é orgulho do povo brasileiro e não pode ser confundida com a corrupção e não pode ser penalizada com a corrupção. Quem joga com isso joga contra o Brasil e contra o povo brasileiro. Pelo contrário, vamos travar um debate, não há problema nenhum. Agora, vamos travar um debate todos, em primeiro lugar, defendendo uma coisa que deve ser unânime entre nós: a Petrobras. Todos, todos, independente de estar no Governo ou de ser oposição ao Governo. Imagino que todos nós temos isso como compromisso número um com o Brasil e com o povo brasileiro.

Com a Petrobras forte, livre da corrupção, livre daqueles que têm praticado o mal, não tenho dúvida, ela terá capacidade sim, ela terá capacidade de continuar se desenvolvendo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin e convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do PMDB, o Senador Ricardo Ferraço.

Em seguida, o Senador Cristovam Buarque e a Senadora Gleisi Hoffmann, pela Liderança do PT.

Senador Ricardo Ferraço, pela Liderança do PMDB. *(Pausa.)*

Estão inscritos, também, o Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina; como já falei, a Senadora Gleisi; o Senador Telmário; Raimundo Lira; Wellington Fagundes e Donizeti Nogueira.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço, pela Liderança do PMDB.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr^a Presidente Senadora Ana Amélia, estimada amiga, que honra seu mandato representando o importante e glorioso Estado do Rio Grande do Sul e que, aqui nesta Casa, não apenas defende o Rio Grande do Sul, mas defende o Brasil, as boas causas e as boas lutas.

Senadora Ana Amélia, é evidente, neste início de 2015, que a Câmara dos Deputados está num ritmo de trabalho acentuadamente maior do que o do Senado da República: já funcionando, já trabalhando, já pautando temas da maior relevância e importância para a sociedade brasileira, temas importantes, como a reforma política e a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os fatos desses criminosos que submeteram a Petrobras a esta situação.

A Petrobras é muito mais do que isso. Ela tem e continuará tendo um papel muito importante no desenvolvimento econômico e social do nosso País. Existem estatais como a Petrobras, mundo afora, que são muito eficientes, como é o caso da Statoil, a companhia estatal norueguesa, gerida por métodos, critérios e procedimentos que não são os procedimentos do patrimonialismo brasileiro, que submete o interesse da Petrobras e o interesse do Brasil aos interesses espúrios de um projeto poder.

Há diferenças com relação a essas visões nesta Casa, e nós temos percebido que a Câmara Federal já está atuando, firmemente, com suas comissões constituídas, e nós estamos aqui, tentando nos colocar, tentando dar ao Senado protagonismo, diante de tantos temas que precisam ser encarados e enfrentados, a partir de mudanças importantes no marco da Constituição ou no marco do funcionamento das leis.

É um desses temas que eu quero trazer à tribuna do Senado, na tarde desta quinta-feira, fazendo uma avaliação de por que nós não enfrentamos uma das questões mais importantes para a população brasileira, que é a segurança pública. Por que a União continua, sistematicamente, se omitindo do enfrentamento e do engajamento, junto aos nossos Estados, para produzir uma sociedade de paz?

O nosso Constituinte de 88, de fato, produziu uma Constituição digna do seu apelido. A nossa Constituição cidadã, assim apelidada pelo sempre saudoso ex-Deputado e Presidente do Congresso brasileiro, Pre-

sidente da Câmara Federal, Deputado Ulysses Guimarães. Produziu o Constituinte uma Constituição atenta às angústias dos cidadãos brasileiros, dando relevância, sobretudo, aos direitos sociais, às conquistas sociais, comprometendo o Estado brasileiro com a efetivação dessas políticas sociais. Avançou na construção de um Pacto Federativo mais democrático, valorizando o poder local e descentralizando as ações na concretização desses avanços sociais.

Ainda que reconheçamos esses avanços, é absolutamente necessário admitir que eles são absolutamente insuficientes para a realidade que estamos vivendo.

Sabemos, evidentemente, dos grandes desafios nas áreas, por exemplo, de saúde e educação, mas sabemos também que são decorrentes de questões relativas não apenas ao financiamento adequado para essas áreas, mas também a instrumentos e visões que estão relacionadas à gestão, e não do sistema constitucional. A Constituição Federal é clara ao estabelecer as competências e as responsabilidades dos Municípios, dos Estados, da União, na efetividade dos direitos e garantias na educação e na saúde. O Constituinte dispôs sobre tais temas, criando sistemas integrados e descentralizados, em razão das ações públicas voltadas para a concretização de todas essas políticas.

Foi na esteira desse debate que nasceu o Sistema Único de Saúde, mantido pela União, pelos Estados e pelos Municípios. E, ainda que tenhamos que reconhecer o drama brasileiro na área da saúde, sobretudo para os mais carentes, para os pobres, para aqueles que não têm acesso à saúde privada ou a um plano de saúde, é necessário o reconhecimento do marco entre antes e depois do SUS. E o Sistema Único de Saúde, evidentemente, busca o seu aperfeiçoamento, a sua capilaridade, uma gestão que possa acolher com mais humanidade, com mais eficiência a tantos brasileiros.

Na educação, outro fundamental direito social, mesmo que ainda reste tanto a fazer, não há como negar que o tratamento dado pela Constituinte ao tema deu destaque à necessidade de uma melhor e maior articulação entre a União, os Estados e os Municípios. E assim foi, tanto que o Brasil, ao longo desse período, construiu uma malha de ensino, e, ao longo da construção dessa malha, muitos avanços foram alcançados, como a universalização do acesso ao ensino fundamental. Evidentemente, questões como pré-escola e ensino médio e tantas outras precisam ser encaradas, e ninguém melhor do que o nosso sempre professor e Senador Cristovam Buarque para poder avaliar essas questões que são fundamentais.

O tema que me traz aqui, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o tema da segurança pública, porque, ainda que a nossa Constituição, em seu art. 144, estabeleça que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, ela não a contemplou no contorno do Pacto Federativo.

Mais uma vez, em 2014, Senador Dário Berger, de novo, nós quebramos um novo recorde: tivemos o maior número de pessoas mortas em um ano. Segundo dados divulgados pelo Mapa da Violência em 2014, ao todo, foram 56.337 mortes violentas, o maior número desde 1980.

E o mais grave: a maioria das mortes por homicídios que se dá entre jovens. São taxas de homicídios que nem países em conflito armado conseguem alcançar. A partir dos 19 anos e até os 26 anos, a taxa de mortalidade por causas violentas no Brasil ultrapassam a 100 óbitos por 100 mil habitantes jovens, enquanto a taxa total média de homicídios brasileira também alcançou o patamar mais elevado, com 29 casos para cada 100 mil habitantes.

O índice considerado não epidêmico pela Organização Mundial da Saúde é de 10 mortes para cada grupo de cada 100 mil habitantes, ou seja, nós estamos com indicadores três vezes superiores àquilo que a Organização Mundial da Saúde considera indicador não epidêmico, comprovando que o problema da segurança pública, da criminalidade em nosso País é, sim, uma epidemia.

E toda essa violência não decorre apenas dos índices sociais alarmantes. Um dos fatores determinantes é o avanço das drogas em nossa sociedade. Há toda uma geração em risco. O narcotráfico é um mal em todo o mundo e está no centro, no núcleo da violência e das elevadas taxas de homicídios em nosso País. Os criminosos, integrantes de facções do crime organizado, estão cada vez mais ousados, aparelhados e armados, fazendo comunidades inteiras reféns da violência e da insegurança. Os trabalhadores brasileiros saem de casa para o trabalho com receio de serem vítimas e não voltarem para os seus lares. As drogas no centro dessa questão.

Não apenas o tráfico de drogas. Há também o tráfico de armas, até porque nós sabemos que essas drogas e essas armas não são fabricadas aqui em nosso País.

O fato objetivo, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, desde a promulgação da Constituição de 1988, o que assistimos é a omissão da União em relação a um enfrentamento compartilhado da segurança pública. O que tem prevalecido é o argumento de que cabe aos Estados o combate à criminalidade, que afeta milhões de famílias brasileiras, não apenas nos grandes centros, mas também nas médias e nas pequenas cidades do interior do nosso País, assim como no interior do meu Estado do Espírito Santo. Obviamente, precisamos reconhecer os esforços da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal no combate ao narcotráfico e ao tráfico de armas,

mas, enquanto não definirmos o compartilhamento da segurança pública no Pacto Federativo brasileiro, não haverá o desenvolvimento institucional dos órgãos de segurança no esforço conjunto no combate ao crime.

Durante a última campanha presidencial, assistimos, de maneira convergente, aos candidatos a Presidente na tese e na necessidade de que a União precisa participar. Esse foi, inclusive, o centro de muita preocupação e de afirmação do meu candidato a Presidente, que foi o Senador Aécio Neves, que sinalizou com clareza a necessidade de evoluirmos de Ministério da Justiça para o Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

A Presidente Dilma, reeleita, em seu programa de governo, propunha mudar a Constituição para que a União possa cuidar da segurança pública. Hoje, de acordo com o Texto Constitucional, a segurança pública é uma atribuição dos governos estaduais. A Presidente Dilma declarou, durante a campanha, que quer alterar a Constituição para permitir que o Governo Federal tenha maior protagonismo nessa área. E, evidentemente, tem razão a Presidente Dilma.

O que mais preocupa não é nem o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem-caráter, tampouco nem dos sem-ética. O que mais me preocupa é o silêncio dos bons, Senador Cristovam Buarque. Daí a necessidade de irmos para além da retórica, e é isso o que estamos defendendo.

Há uma proposta de emenda à Constituição de nossa autoria, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, que altera o Texto Constitucional, dando responsabilidade material compartilhada entre os entes federados e criando a chamada responsabilidade comum legislativa para que esse tema possa ser um tema que tenha o pleno compartilhamento entre os entes federados. O que esperamos mais? Como essa proposta de emenda à Constituição está aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, basta que os Líderes e a Mesa Diretora, assim como o nosso Presidente, que não foi eleito com o meu voto, mas é o nosso Presidente... O meu voto esteve à disposição da alternância de poder. Todos sabem o quanto lutei, o quanto trabalhei para que o nosso Senador Luiz Henrique pudesse ser o Presidente. Ele não foi o Presidente, assim não definiu a maioria dos Senadores. Mas agora o Senador Renan é o nosso Presidente, e nós precisamos aqui debater uma agenda ativa, uma agenda que possa criar *links* de relacionamento entre o Senado e a população brasileira, porque muito dos nossos desgastes existem em razão efetivamente de cuidarmos aqui de tudo e de cuidarmos muito pouco do interesse real da população brasileira.

Fazer o aperfeiçoamento no Texto Constitucional, criando o compartilhamento entre União e Estados em relação à segurança pública é algo unânime, é algo que tem o apoio da Presidente Dilma, porque ela declarou isso em campanha política. Portanto, a sua base deverá estar apoiando essa matéria, e nós não podemos ou não devemos prorrogar esse tipo de enfrentamento.

Por isso, nós estamos propondo a PEC nº 33, de 2014, que visa explicitar, Senador Moka, na Constituição Federal o compartilhamento de competências e responsabilidades entre União, Estados e Municípios no enfrentamento dessa chaga, dessa epidemia na segurança pública.

E eu ouço, com prazer, o Senador Moka.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Ricardo Ferraço, eu estava no meu gabinete acompanhando o pronunciamento de V. Ex^a. E o pronunciamento evidentemente tem um alcance nacional, mas me permita trazê-lo para o meu Estado, que é o Mato Grosso do Sul. É um Estado com uma característica específica, porque nós temos uma fronteira seca intensa e nós somos entrada de drogas tanto vindas do Paraguai – no caso, a maconha – quanto da Bolívia – no caso, a cocaína. Quando aqui cheguei, nos idos de 1998, eu tive oportunidade de participar, com um colega nosso aqui, o Senador Magno Malta, da CPI do Narcotráfico, e foi a primeira vez que se tocou nesse assunto. De lá para cá, só fez aumentar essa questão, embora haja um combate e tal. A questão da segurança é fundamental. Então, neste aparte, quero dizer que terá e tem o meu apoio a PEC que V. Ex^a está apresentando. Acho oportuno e importante estruturar, criar condições, fazer com que Estado, Município e o Governo Federal possam atuar em conjunto no sentido de otimizar esses esforços. Além dessa questão da segurança, além de reforçar isso, é fundamental, principalmente na fronteira, que levemos também o desenvolvimento. É fundamental. E, lá no meu Estado, há um esforço muito grande no sentido de... Há uma rodovia, que é uma rodovia de integração, a chamada Sul-Fronteira, e nós estamos querendo levar um centro de tecnologia, de inovação e formação. Por que eu estou dizendo isso? Porque essas duas coisas vão ter que caminhar juntas. Hoje, se perguntar para a população quais são os grandes problemas do País, ela dirá saúde e, logo em seguida, segurança; ou segurança e, logo depois, saúde. É impressionante isso. E, na segurança, V. Ex^a toca na ferida de que, se queremos otimizar, se queremos melhorar, temos que partir para a integração entre o Município, o Estado e o Governo Federal. E aí, necessariamente, é preciso mexer na Constituição que, com o texto atual, proíbe isso ou, no mínimo, dificulta essa integração. Então, quero parabenizar pelo tema que traz V. Ex^a a esta tribuna, desde já, colocando-me como também um defensor dessa idéia, dessa proposta de emenda à nossa Constituição. Muito obrigado pelo aparte que V. Ex^a me concedeu.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sou eu que agradeço a sua colaboração, o seu aparte, que eu quero integrar à manifestação que faço, porque sei da defesa intransigente que V. Exª tem feito de políticas para o nosso chamado Brasil profundo, esse Brasil que tem características muito próprias, muito específicas – uma delas é a fronteira seca do nosso País.

E nós discutimos e debatemos muito, Senador Moka – e V. Exª é parte disso na Comissão de Defesa –, que é um dos mais importantes e estratégicos projetos que o Estado brasileiro já colocou de pé, com o apoio e com a liderança do glorioso Exército brasileiro, que é o nosso Sisfron, programa instituído com políticas de curto, médio e longo prazo, com investimentos em recursos humanos, materiais, em tecnologia de ponta, para acompanhar tudo aquilo *on-line* que acontece nas nossas fronteiras. Um programa que foi constituído para ser implementado em dez anos. Entretanto, com o desenvolvimento do seu investimento, de acordo com o seu exercício orçamentário e financeiro, esse projeto não será implantado sequer em 50 anos.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E nós voltaremos a debater este assunto este ano na Comissão de Defesa, porque esse é um dos programas estratégicos que visa contribuir com a segurança e com a cultura da paz em nosso País.

Essas drogas não são produzidas aqui em nosso País, são importadas. Então, o que nós precisamos fazer é combater com eficácia esses crimes transnacionais na fronteira. É lá que nós precisamos combater esses criminosos, e não aqui na cidade, porque é como querer apagar um incêndio depois que toda a casa foi tomada pelo fogo.

Então, integrar as ações, criar condições explícitas e objetivas, materialmente falando, na Constituição Federal, é o que nós estamos propondo, Srs. Senadores, porque não faz sentido ser a segurança pública a grande prioridade nacional, e não estar na Constituição Federal que esta deve ser uma tarefa compartilhada entre Estados, Municípios e União – evidentemente. E eu não falo deste Governo. Eu falo de todos os governos que sucederam a Constituinte desde 1988, porque – pasmem – a Constituição brasileira não cria responsabilidades no conjunto da segurança pública para que nós possamos ter uma ação integrada, descentralizada, um plano, enfim, nacional de segurança pública.

Por isso, Srª Presidente, nós estamos aqui chamando a atenção para esse fato, que não é uma questão menor, que é uma questão relevante. Nós temos na Casa inúmeras iniciativas como essa, que, modestamente, partiu de mim.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas há iniciativas supervalorosas de muitos Senadores, com extraordinária contribuição no dia a dia do brasileiro. E é isto que nós precisamos fazer: dar protagonismo ao Senado, discutindo temas que sejam do interesse da sociedade brasileira, e não temas meramente limitados aos interesses da baixa política, da política velha, da política pequena.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Cumprimento o Senador Ricardo Ferraço pela abordagem desses temas, que vão exigir de todos os Parlamentares – Senadores e Deputados – um grande compromisso com as expectativas que a sociedade tem num momento de crise.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Senadora Ana Amélia, orgulha-me tê-la aqui presidindo, embora talvez fosse melhor tê-la assistindo, para participar desse debate, pois tenho certeza de que a senhora gostaria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Irei para lá.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senadora, dez anos atrás, a senhora não estava aqui como Senadora, mas eu tenho certeza de que era uma observadora ainda melhor do que acontecia no Brasil. Certamente, a senhora lembra como, dez anos atrás, o Brasil vivia um clima de euforia, de satisfação, de alegria. Nós tínhamos as nossas contas equilibradas, tínhamos saldos na balança comercial, tínhamos superávit fiscal, tínhamos programas sociais que nos orgulhavam e que serviam de exemplo para o mundo, como o Bolsa Família, como o ProUni. Tínhamos uma taxa de crescimento, que, se nada tinha a ver com o tempo das grandes bonanças e do chamado “milagre”, eram taxas razoáveis. Nós tínhamos uma estabilidade monetária. Este País tinha uma estabilidade monetária, e nós tínhamos uma grande presença internacional. Estou falando de dez anos atrás, portanto, já no governo do Presidente Lula.

A partir de 2005, com o mensalão, começou a haver uma quebra nessa euforia. A nossa imensa autoestima de dez anos atrás passou por uma certa crise, mas até o mensalão foi capaz de agregar, de certa forma, um aumento na euforia, quando a gente viu que a Justiça funcionava, quando a gente viu que, apesar de técnicas legislativas não tão satisfatórias de maneira alguma, que eram o pagamento de mensalidades a Parlamentares, se isso nos envergonhou, Senadora, de qualquer maneira, a gente disse: "Poxa, neste País, a Justiça funciona porque coloca no banco dos réus pessoas que antes não iam e até, alguns anos depois, na prisão."

Hoje, passados dez anos, nossa situação é completamente diferente.

Por exemplo, olhando um por um os pontos que citei da nossa euforia, as contas estão desequilibradas. Temos um déficit fiscal de 6,6% do Produto Interno Bruto e ainda temos um déficit na balança de pagamentos de 4,4%, ou seja, além dos 10%, mais dos 10% de déficit. Isso é como se, em sua casa, você estivesse gastando 10% a mais da sua renda, tendo de buscar formas de compensar isso.

Estamos vivendo o que, em economia, se chama déficit gêmeos, que não é tão comum: é o gêmeo do déficit fiscal das contas internas com o déficit nas contas externas. Gastamos mais do que arrecadamos e exportamos menos do que importamos. Esta é uma realidade dez anos depois.

Estamos ainda com os programas sociais, mas, depois de dez anos, eles já começam a não satisfazer porque não vemos porta de saída para eles. Continuamos comemorando o aumento no número de bolsas, em vez de comemorarmos não termos mais necessidade delas.

O crescimento estancou, Senador Capiberibe. Dez anos depois daquela euforia, o crescimento estancou. Fala-se até que, este ano, o crescimento será negativo. Ele já é negativo quando a gente leva em conta o aumento da população. O PIB *per capita* já está em recessão. Fala-se que o PIB, de uma maneira geral, vai estar também. Temos uma inflação persistente, que resiste; temos a presença internacional reduzida. Aquele elã que Lula e Celso Amorim trouxeram, que deixou o Brasil presente no mundo inteiro, dialogando como uma das quase potências do mundo, não estamos tendo. E ainda temos escândalos como o da Petrobras. Dez anos depois de um período dos mais eufóricos que o Brasil já viveu, comparado, eu diria, com aquele dos anos Juscelino Kubistchek, aqueles anos mágicos, estamos vivendo um período extremamente positivo.

Para não deixar de falar em algo positivo, cito duas coisas: o impacto do Programa Mais Médicos, que, de fato, trouxe uma mudança na realidade da saúde em alguns milhares de cidades, mas que não está ainda satisfazendo. Todo mundo sabe, mas foi um impacto positivo. E eu diria o fato de que a gente mantém a taxa de emprego; não entramos num período de desemprego. Mesmo assim, o emprego que nós temos são empregos de alta rotatividade e de rendas baixas.

Ou seja, o nosso quadro hoje, diferentemente daquela euforia, é um quadro de pessimismo, de indignação, de descontentamento, de frustração, eu diria até de raiva. É o que nós, os brasileiros, estamos entre nós sentindo, ao ponto de falar-se numa palavra que não deveria nem haver no dicionário, que é *impeachment*.

O ideal é que não existisse isso. O ideal é que não houvesse essa possibilidade de interromper o mandato de um presidente, mas nós voltamos a falar nisso. E o pior, Senador Capiberibe, é que nós falamos isso quase toda vez. Falamos no Collor, primeiro eleito, e levamos até as últimas consequências; falou-se no Fernando Henrique, com a campanha "Fora, FHC"; no Lula, durante o mensalão, chegou-se a falar nisso também; e outra vez se fala. Uma democracia que, em cada presidente, a palavra *impeachment* aparece, é uma democracia frágil, para não dizer doente.

Mas a nossa está sendo assim. E com uma diferença, Senador Capiberibe, que preside esta sessão: desta vez nós estamos vivendo no tempo, que não existia antes, da internet, que faz com que, de um dia para o outro, um fenômeno local vire nacional; que faz com que as convocações de manifestação não precisem mais passar pelos jornais, nem pelas televisões, nem pelas rádios; elas surgem, pode-se dizer até espontaneamente, diante dessa rede social que une todos numa imensa praça, a praça digital que a internet permite. Isso agrava muito comparando com Collor, com Fernando Henrique e com Lula, para não falar que o descontentamento hoje é muito maior.

E para não falar também numa grande dificuldade: é que durante o *impeachment* do Collor, um Senador falava aqui e ia para o meio da população ser aplaudido; hoje quem falar aqui não se atreve a ir para o meio da população, porque vai ser vaiado, não importando qual de nós aqui.

Ou seja, isso agrava a crise institucional. Isso não é bom! Isso não é bom! Esse clima de interrupção de mandato não é bom, mas pior é esconder que ele existe. Pior é negar o risco. Por isso, falei aqui um desses dias: eu falei aqui que existe, sim, na boca do povo essa palavra hoje. Eu não vou esconder, porque é o que se ouve nas barbearias, nos táxis, nos ônibus, nas filas. Tem que falar; tem que falar e tem que entender por quê, para, a partir daí, encontrar-se uma maneira de evitar que aconteça. Eu não disse impedir, porque significa proibir, eu disse evitar, fazer com que não seja necessário. Essa é a diferença entre impedir e evitar. Ao impedir, você proíbe; ao evitar, você faz com que não seja necessário.

Isso está acontecendo porque criamos as condições. Essas condições se resumem a uma palavra: prevenção, ou melhor, imprevidência. Nós não tomamos, não fizemos as necessárias prevenções para este momento.

Começamos pela Petrobras, que é uma das causas desse sentimento. É claro que nós não fomos previdentes na administração, na gestão da Petrobras. Transformamos a empresa em solução para todos os problemas nacionais, especialmente a educação que, dizia-se, seria resolvida pelo mensalão, quando qualquer conta mostrava que, se tudo desse certo, até os *royalties* do pré-sal não seriam suficientes para mais do que 5% e 6% do que a educação vai precisar para dar o salto. E, aí, exigimos investimentos maiores do que ela era capaz de fazer. Mas não só isso, aparelhamos, sim – vamos reconhecer –, aparelhamos, colocando nas direções pessoas vinculadas ao Governo. Até podiam ter certa capacidade, e eu acho que haveria gente com mais capacidade fora. Mas até vamos dizer que não eram incapazes, mas esse vínculo dificultava. Não tomamos a previdência, fizemos gestões temerárias, impusemos um preço abaixo do necessário para dar lucratividade suficiente para permitir a capacidade de investimento nos nossos poços. Como se isso não bastasse, cometemos a imprevidência de mantermos um sistema viciado de financiamento de campanha.

Quando se soma, Senador Capiberibe, uma administração partidarizada e temerária com um sistema de financiamento de campanha baseado em contribuições de empreiteiras, está dado o quadro para se chegar a esse ponto. É imprevidência nossa! Estou insistindo na palavra “nossa”, não estou dizendo “deles”, do Governo. Estou dizendo “nossa”. Fomos imprevidentes. O Governo é o principal responsável, mas nós somos também responsáveis pelo que acontece.

Quanto aos déficits, fomos imprevidentes. Quantas vezes aqui, quantas vezes nos bancos das universidades, quantas vezes em congressos não foi dito que se estava gastando mais do que era possível? Quantas vezes? Eu, aqui, falei tantas vezes, publiquei. Sabia-se que estávamos sendo imprevidentes nos gastos públicos, que estávamos sendo imprevidentes na desindustrialização e que isso levaria a problemas nas balanças comerciais.

Fomos imprevidentes ao não percebermos o risco de queda dos preços das nossas *commodities*, como se ainda fôssemos um País agrícola. Fomos imprevidentes em não investir em um novo tempo industrial de alta tecnologia, como estão fazendo países que estão dando certo, como a Coreia, como a China. Nós não o fizemos, Senador Capiberibe. Nesses dez anos, não o fizemos, não demos um salto para que nossos produtos deixassem de ser *commodities* e passassem a ser produtos de alta tecnologia, que é o que, de fato, tem uma dinâmica, uma demanda dinâmica. Agricultura não tem mais demanda dinâmica. Pode até crescer, mas você, depois que come o suficiente para encher a barriga, não compra outra quantidade de feijão. Mas você compra um celular já pensando no seguinte, porque ele é inovado, porque ele é modificado.

Nós fomos imprevidentes em, nesse período, não termos trabalhado soluções concretas para oferecer portas de saída aos programas sociais. Temos algumas, mas pequenas, tímidas. Não tivemos a ambição de dizer: “O Bolsa Família vai durar 20 anos, e, daqui a 20 anos, ninguém mais vai precisar disso.”

Nós fomos imprevidentes e aí estamos pagando um preço no crescimento. Nós fomos imprevidentes ao insuflarmos o consumo, esmagando a poupança.

O crescimento não vem, em parte, pela falta de investimento no passado, que não veio pela falta de poupança, que não veio por um consumo além do que era correto em uma política com prevenção.

Nós estamos pagando o preço da irresponsabilidade com a inflação. A política fiscal, de excesso de gastos, termina levando à inflação. Nós criamos o descontentamento geral, que vem, por exemplo, da imprevidência de fazer um discurso de campanha que não pode ser realizado depois.

O Sr. Telmário Mota (PDT – RR) – Senador, o senhor me concede um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Em um minuto, Senador, com o maior prazer.

Nós fomos imprevidentes! Volto a insistir no pronome “nós”. Fomos imprevidentes! O discurso de campanha foi feito por marqueteiro, e o discurso de governo foi feito por economista. Foi uma imprevidência não perceber no discurso e dizer com clareza, correndo riscos eleitorais, que a tarifa de luz tinha de subir, que a tarifa de água tinha de subir, que os juros iam subir. Tudo isso tinha de ter sido feito. Agora, era um risco eleitoral. Mas era a previdência! Fomos imprevidentes! Nós fomos imprevidentes em usar o discurso de João Santana antes e o do Joaquim Levy depois. Interessante é que, do ponto de vista do imediato, os dois estavam certos. O de João Santana estava certo para ganhar votos, e o de Joaquim Levy está certo para ganhar estabilidade, mas os dois não combinam. E essa não combinação é uma prova de imprevidência.

Falta prevenção. E isso não é uma característica do Governo. Isso é uma característica brasileira. Nós não somos um povo de gostar de previsão. Daí o problema de saúde: falta de previsão. Grande parte do nosso problema de saúde, nos hospitais, inclusive, vem da falta de água e da falta de esgoto limpo. A gente não investe.

A grande dificuldade de sermos um País dinâmico tecnologicamente se dá por que não investimos na educação de base. Isso exige pensar preventivamente. E, agora, a gente está diante dessa crise. E espero que despertemos, inclusive para evitar o desenlace que fere a democracia. Mesmo sendo constitucional, mesmo

não sendo golpe, *impeachment* fere a democracia, porque se perde a credibilidade eleitoral, mesmo ganhando credibilidade no funcionamento da Constituição. A Constituição funciona, mas fica uma marquinha, ainda mais quando é uma marquinha repetida. Imagine se a cada quatro presidentes a gente tire dois por *impeachment*! Não há democracia. Sem se falar que, nos outros dois, também se falou nisso. Então, nós temos de trabalhar para evitar isso.

Para tanto, é preciso reconhecer, primeiro, que existe essa ideia na cabeça da população e, segundo, que isso não é golpe, que isso é constitucional, tanto é que se tirou o Collor, o Presidente Collor, nosso colega aqui. Não houve quebra da Constituição, ainda que dê para se desconfiar, porque ele foi inocentado pela Justiça recentemente. Mas se seguiram todos os trâmites. Mas não é bom, é ruim. Então, primeiro, é preciso reconhecer e não tapar os olhos nem os ouvidos.

Há algum tempo, fui muito criticado aqui porque falei que, se fosse recomendar um profissional para a Presidenta Dilma, eu recomendaria um oftalmologista para ela ver a realidade. Acho que, agora, é preciso um médico desses para ela ouvir as vozes do povo. Está precisando ouvir. Nós precisamos ouvir, o PT precisa ouvir. Nós também precisamos ouvir, todos nós! Escutando a voz do povo, reconhecendo o risco, sem medo da palavra, mas querendo evitá-la, acho que aí a gente precisa fazer duas coisas: primeiro, criar...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ...um diálogo; segundo, definir uma agenda. Está faltando esse diálogo.

A Presidenta falou em diálogo no dia de sua vitória e nunca mais voltou a falar em diálogo. Está precisando voltar e praticar o diálogo. Praticar o diálogo significa chamar para conversar os críticos, e não só os bajuladores. Hoje, o Governo prefere ouvir os bajuladores a ouvir os críticos. Não agregam nada os bajuladores. São os críticos que agregam, sobretudo em momentos de crise. E, ao ouvir os críticos, precisa falar algumas coisas para o povo. Por exemplo, precisa reconhecer falhas e erros, reconhecer que gastou mais do que devia, reconhecer que fez um discurso eleitoral que não era compatível com a realidade. E, nessa crítica...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ...deve chamar para o diálogo. Collor fez isso, mas já era tarde. O Presidente Collor, ao final, até tentou fazer (*Fora do microfone.*) um ministério de notáveis, saindo das amarras de seu Partido, saindo das amarras de sua base eleitoral, ampliando-a. Mas aí não dava mais tempo.

Vale a pena conversar com ele para ouvir essas coisas.

Creio que essa pauta, essa agenda deveria ter, Senador Capiberibe, entre outras coisas, a substituição de dirigentes do Governo por pessoas com credibilidade, com competência e com respeitabilidade. Hoje, tem de diminuir o número de Ministérios, até porque em 40 é capaz de não haver tantos com credibilidade, com respeitabilidade e com competência no Brasil. Tem de diminuir o número, mas tem de mudar a cara. Os que estão aí não têm credibilidade ou respeitabilidade ou competência. Talvez, alguns pouquíssimos tenham essas três coisas. Tem de haver uma mudança nas estatais também. Uma das vantagens da vitória, nessas eleições últimas, do candidato do PSDB é que se mudariam os dirigentes. A gente precisa fazer uma mudança, precisa dar uma arejada. E não está havendo arejamento. Agora, a grande chance de arejar a Petrobras foi jogada fora, porque não houve arejamento. Houve mudança do nome. Tem de haver isso.

Tem de haver propostas que compensem as perdas que vamos ter de ter. E vou apoiar isso, mesmo com custo político. Tem de haver perdas para poder haver ajuste fiscal neste País. Vai ter de haver perdas, mas a gente pode compensar, Senador Capiberibe: reduzem-se alguns direitos sociais tradicionais, até porque alguns desses têm de ser moralizados porque não estão muito moralizados, porque houve vícios no seguro-desemprego e tudo isso. Mas se podem criar novos direitos, que vão custar menos ou que têm mais tempo para serem executados.

O trabalhador brasileiro está disposto, a meu ver, a perder alguns direitos para equilibrar as contas se a gente prometer que, dentro de alguns anos, os seus filhos terão uma escola igual à escola do patrão! Esse é um direito novo. Não custa dinheiro um direito novo ao trabalhador de, a cada tanto tempo, ter uma licença para mudar de profissão, para se adaptar às novas técnicas, que é o que lhe vai garantir emprego. O que garante emprego no mundo de hoje não é uma lei que diga que há estabilidade, mas é a capacidade de o trabalhador se reciclar a cada momento.

Nós precisamos ter uma pauta e ter um diálogo: diálogo e pauta, pauta e diálogo.

É disto que a gente precisa: chamar para conversar. E ninguém deve se recusar.

Eu gostaria de ver – não digo gostar no sentido de satisfação, mas fico curioso de saber – a Presidenta Dilma chamando para ouvir alguns críticos e eles se negarem a ir num momento destes da história. Eu queria

ver se eles se negariam. Mas eu quero saber também se, eles indo, ela os escutará. Ou fazemos isso ou vamos caminhar para algo muito perigoso, inclusive porque, se essa ideia de interrupção de mandato pega, não vai ser só o da Presidente, não, mas vai ser o de todos nós aqui. Hoje, *impeachment* significaria eleição geral antecipada, de todos os Senadores, Deputados, Prefeitos, tudo.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso não seria bom também para o processo democrático. Interrupção não combina com democracia, mesmo não sendo golpista. O *impeachment* está previsto, mas é interrupção. É interrupção de um processo, de uma lei, de um regulamento. Não é bom, mesmo sendo legal.

Por isso, vamos fazer o nosso dever de casa, que a gente tem se negado a fazer, o da prevenção. Não fizemos as prevenções necessárias para não chegarmos a este momento, mas ainda é tempo de fazer a previsão necessária para não extrapolarmos – não é a Constituição, porque essa não vai se extrapolada – a normalidade. Temos de ser constitucionais, mas temos de ser normais. Temos de manter a constitucionalidade, mas temos de manter a normalidade. Mas, em momentos de anormalidade, a gente só constrói a normalidade com algumas ações, não fechando os olhos, não tapando os ouvidos. Vamos abrir os olhos, abrir os ouvidos, ver o que a rua está dizendo, saber que esse não é o melhor caminho, mas entendendo por que eles estão querendo isso. Vamos fazer o nosso dever: um diálogo e uma agenda. Com essas duas coisas, nós podemos ficar na normalidade democrática de que o Brasil precisa, além da constitucionalidade democrática.

Era isso, Sr. Presidente, mas tenho um pedido de aparte, que, se ainda se mantiver, eu terei o maior prazer em dar.

O Sr. Telmário Mota (PDT – RR) – Senador Cristovam, estou muito atento ao seu discurso e o parabeniço. Eu não podia esperar de uma pessoa da sua magnitude, com seu compromisso cívico e democrático, outra atitude. É verdade que V. Ex^a abordou diversos assuntos, mas no final entendi sua mensagem como uma mão estendida para o pacto proposto pela Presidenta. Sinceramente, vivi, senti na carne a perseguição de um poder ditatorial, de não ter a liberdade que temos hoje, até de mostrar todas as irregularidades que apontam hoje nos governos, não só no Federal, mas no Estadual e no Municipal. Quando você está em um regime fechado, nada disso é divulgado e nada disso provoca sentimento de revolta na população. Então, entendo que, quando a Presidenta acenou, num primeiro momento, dizendo que precisava buscar o entendimento, o pacto, o diálogo, todos nós temos que fazer uma reflexão: será que foi só o Executivo o responsável? Como V. Ex^a disse, V. Ex^a veio muitas vezes a esta tribuna e fez grandes alertas, grandes observações, mas quando você está no calor de uma eleição, quando você está no calor de uma disputa, às vezes você não quer mexer naquilo que satisfaz a população. De repente, pode-se paralisar um crescimento econômico ou o desenvolvimento de uma economia, ou alavancar isso em alta velocidade com bons números, mas o maior capital é o humano. Vivemos num país em que ainda o próprio sistema da ditadura... Na época, li muitos livros de V. Ex^a nesse sentido. Espera-se o bolo crescer para dividi-lo. Isso nunca aconteceu. Vivemos, sim, num país de pessoas pobres, de pessoas necessitadas, um país que parece um continente, que é o nosso. Se pegarmos do Rio Grande do Sul a Roraima, que é o meu Estado, vamos encontrar todas essas diferenças. Então, acho que, nesta hora, o Congresso, que é uma Casa maior de reflexão, de pessoas amadurecidas, comprometidas com a democracia, com a cidadania, que tem de ter a responsabilidade da governabilidade, acho que, às vezes, o gesto não pode ser esperado só do Executivo.

(Soa a campanha.)

O Sr. Telmário Mota (PDT – RR) – Ninguém faz um governo só com o Poder Executivo, até porque isso foi uma coisa implantada num sistema ditatorial, em que só o Executivo faz, e o Legislativo bate palmas ou fica assistindo. Acho que é hora de todos aqui se curvarem diante das necessidades do que a população, do que as ruas gritam, mas com responsabilidade. Não adianta a gente chegar aqui e impor um monte de reformas, um monte de situações pela força das ruas, se, amanhã, tivermos de fazer um novo acerto nesse planejamento. Acho que esta é a hora de todo mundo dar as mãos. Nós não compusemos nem as nossas comissões. Esta Casa ainda nem colocou as comissões para trabalhar. Está atrasada! Você vai ali, na Câmara Federal, e já estão num vapor bem maior do que o nosso. O carro deles já está...

(Interrupção do som.)

O Sr. Telmário Mota (PDT – RR) – ...bem na frente do nosso. *(Fora do microfone.)* Sr. Presidente, obrigado. Concluindo, V. Ex^a tem toda a autoridade do homem que já escreveu a sua história no Brasil. Vamos fazer uma

frente dentro deste Senado? Eu vejo aqui frente para a infraestrutura, frente para a saúde. Frente só para tirar. Vamos fazer uma frente para salvar o Brasil!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem!

O Sr. Telmário Mota (PDT – RR) – Eu convido V. Ex^a para fazer parte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem, Senador Telmário! Eu fico satisfeito com a sua proposta.

Essa frente é que a gente precisa, incluindo nela, talvez, 81 Senadores. Essa é a frente de hoje, uma frente que, daqui a alguns meses, talvez, eu espero, não precisemos mais dela. Eu quero fazer parte dessa frente. Ao vir aqui, eu já sou, de certa maneira, um membro dessa frente.

Mas quero tirar proveito de duas coisas do seu discurso. Um é que, como o senhor fala, a impressão que eu tenho é que nós nos dividimos aqui em dois grupos: os que esperneiam e os que aplaudem. Só existem esses dois. Não existe ninguém, de fato, pensando, enfrentando, formulando, correndo riscos, porque, se se esperneia, você tem aplausos de um lado; se se aplaude, você também aplaudiu do outro lado. O meio termo leva pancada dos dois lados.

Hoje, recebi uma pergunta, por uma das redes que eu uso, que foi a seguinte: “Quando é que você vai escolher o seu lado? Você é PT ou PSDB?” O meu lado eu escolhi quando era adolescente. Estou do mesmo lado. Já mudei até de sigla, mas de lado, não! Sigla é uma coisa. Lado é outra. Em alguns lugares, as siglas terminam consistentes com lados. Hoje, não mais.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Então, este é um lado: nem espernear, nem aplaudir. Formular, falar, propor.

Segundo, a ideia de o bolo crescer. Há muitos anos, sempre digo que esse negócio de o bolo crescer para depois distribuir é uma promessa para não distribuir nunca, até porque você não pode, Senadora Simone, fazer um bolo cheio de açúcar e, depois, distribuir para diabético. Não é recomendável.

A maneira como o bolo vem crescendo no Brasil é intrinsecamente não distribuível, porque não dá para todos. Vejam o exemplo do automóvel: não vai dar para todos, porque não cabe nas ruas, porque o combustível consumido vai poluir.

Então, temos é que definir o bolo que a gente quer para atender às necessidades da população. Aí, fazê-lo crescer, mas de forma compatível com as necessidades. Hoje, o nosso bolo cresce conforme o capital quer, e o Governo entra nisso. E nós aplaudimos, ou esperneamos.

Eu acho que, em vez de aplaudir ou espernear, vamos gritar, Senador Dário. Vamos gritar! Vamos gritar o que a gente pensa, mesmo que alguns achem que é delírio, que é idealismo ou que não se enquadra em nenhuma das duas polarizações que estão aí, porque são ambas responsáveis, ao longo da década que falei aqui, pelo o que está acontecendo. Embora nesses dez anos só houvesse o Governo do PT, o Governo do PT foi uma continuação, com outra cara, do Governo do PSDB. Vamos gritar, em vez de espernear e de aplaudir.

Vamos gritar fazendo essa frente, Senador Telmário, que o senhor propôs. Salvar o Brasil talvez fique mais dramático do que eu até costume ser, porque dá a impressão de que estamos nos afogando mesmo. Não estamos. A gente está é nadando com braços errados, mas não nos estamos afogando. Vamos escolher um verbo diferente de “salvar”, mas uma frente que seja para recuperar o Brasil, para tirar, para equilibrar, para evitar tragédias.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Obrigado, Senador Cristovam.

Definitivamente, V. Ex^a não é aquele político redondo: que rola para um lado, que rola para o outro, de acordo com os atrativos que são postos na sua frente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, a Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Gosto muito das suas posições em função dessa independência. Acho que seria importante que a Presidente Dilma chamasse os independentes para uma conversa, porque nós, aqui, no Parlamento, conversamos com os dois lados.

Dando sequência, nós temos aqui uma permuta da Senadora Ana Amélia com a Senadora Gleisi Hoffmann. Senadora, V. Ex^a com a palavra.

Em seguida, o Senador Dário Berger e a Senadora Ana Amélia – foi o que me orientou a Mesa. Depois, este Senador que vos fala.

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, quem nos ouve pela Rádio Senado e nos vê pela TV Senado, eu gostaria de ter feito um aparte ao Senador Cristovam, mas não o fiz, porque estava monitorando a situação, no meu Estado, o Estado do Paraná, de uma grande mobilização que está havendo na Assembleia Legislativa, em razão da votação de algumas medidas que o Governador do Estado mandou àquela Casa. A situação lá está muito tensa. A Assembleia já estava ocupada pelos manifestantes. Agora, a sala, que estava designada para que os Deputados fizessem uma sessão quase clandestina, também foi ocupada.

Então, eu estava monitorando e não tive oportunidade de fazer o aparte ao Senador Cristovam, mas sei que vamos ter oportunidade de debater, de discutir. Sempre tenho por ele muito respeito e muita consideração.

Antes de falar dessa manifestação no Paraná, também quero externar minha solidariedade aos trabalhadores da Petrobras que sofreram com o acidente que houve no dia de ontem e seus familiares também.

O que está acontecendo no meu Estado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é algo muito grave. Desde o início da semana, temos a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná ocupada por professores do Estado, por servidores públicos, que protestam contra uma série de projetos que o Governador do Estado mandou à Assembleia e que considero um “pacote antiparaná”.

Só para se ter ideia, a sessão de hoje era para votar esse pacote, sem ter sido feita uma discussão em nenhuma comissão da Casa. Também transformaram ontem a sessão em quase clandestina, por ter sido realizada no restaurante da Assembleia, porque o plenário estava ocupado pelos manifestantes. Um requerimento transformou o Plenário da Assembleia em Comissão Geral. Com isso, não é preciso que os projetos tramitem nas comissões referentes a cada tema na Casa.

Hoje, novamente, tentou-se votar os projetos nessa Comissão Geral. Colocou-se a sessão da Assembleia em outro lugar, e não no plenário. Fui informada de que os Deputados entraram com os carros da polícia, com camburões da polícia, por trás da Assembleia. Tiveram de cortar as grades da cerca, para que pudessem entrar, mas os manifestantes, mesmo assim, foram para esse local e não deixaram acontecer a sessão. O Presidente da Assembleia a suspendeu, e não se tem ideia de que será remarcada.

Eu queria falar um pouquinho sobre esses projetos, sobre esse pacote que o Governador do Estado mandou à Assembleia Legislativa.

É um pacote composto com iniciativas que atingem duas frentes: uma, os servidores públicos do Estado – tem impacto direto em áreas da educação, principalmente, e da Previdência Social; e a segunda, no aumento de tributos. Diz o Governador que é para fazer frente a uma crise fiscal que enfrenta o Estado do Paraná. E diz ele, numa nota, hoje, que essa crise é nacional. Por isso ele está tendo que enfrentar.

Estou falando disso, mas podem muitos ouvintes aqui me perguntar se falo das medidas do Paraná e se defendo as medidas da Presidenta Dilma.

Primeiro, quero dizer que há uma diferença grande em termos de procedimento. As medidas que a Presidenta Dilma mandou ao Congresso Nacional são medidas, sim, duras, têm caráter de correção fiscal, mas também estrutural. Porém, nem de perto se comparam às medidas tomadas pelo Governador do Estado do Paraná. E vou explicar e diferenciar o porquê.

Em segundo lugar, essas medidas vêm através de medida provisória, mas a previsão da sua entrada em vigor é a partir de março, dando prazo e dando tempo para esta Casa conclamar o debate. Tanto que, ontem, o Senador Paim anunciou, aqui da Mesa, que já havia convocado sessão na Comissão de Direitos Humanos com as centrais sindicais, com os representantes dos trabalhadores, para que possamos discutir as medidas. Mesmo uma MP tramita nesta Casa por, pelo menos, quatro meses. Existe a comissão especial que avalia, os Senadores fizeram mais de 600 emendas.

Portanto, completamente diferente do procedimento adotado pelo Governador Beto Richa, que mandou os projetos, não tem dez dias, pedindo que a Assembleia votasse na data de hoje, sem considerar e sem deixar que os projetos fossem emendados e sem deixar que esses projetos tramitassem por comissões especiais, Sr. Presidente. Na realidade, transformou o Plenário da Casa numa Comissão Geral exatamente para fazer esse rito sumário.

E o que dizem esses projetos? O primeiro projeto fala sobre a aposentadoria. Além da limitação para a aposentadoria dos futuros servidores do Estado – um projeto semelhante ao que já tivemos aqui –, traz uma outra proposta que, no meu entender, é nefasta para a previdência estadual: unifica os fundos administrados pela Parana Previdência, de modo que o Executivo passe a pagar todos os aposentados com os recursos do

fundo previdenciário, hoje estimados em R\$8 bilhões, e também parte dos servidores. E os recursos dos demais fundos do Estado também poderão ser utilizados para o pagamento dos funcionários.

O teto para aposentadoria, como falei, já repete um projeto votado aqui, em 2012. Mas a unificação dos fundos previdenciário e financeiro representa um golpe na poupança que o Estado vinha fazendo desde 1988, com a finalidade de, em 35 ou 40 anos, passar todos os aposentados para a Paraná Previdência, para que esta os pagasse, livrando a receita corrente do Estado desse pesado encargo.

A estimativa é que, agora, em dois anos e meio ou três, a importância desse fundo, com cerca de R\$8 bilhões, deixe de existir. Isso é muito grave.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – Há uma consequência grave para o futuro, não das finanças do Estado, para o futuro dos servidores do Estado, que ficarão sem a sua previdência.

Eu lamento, imensamente, que o Governador tenha mandado esse projeto para a Assembleia Legislativa. Esse fundo começou com recursos adiantados dos *royalties* pagos pela União ao Governo do Paraná, em razão de Itaipu. Então, é, de longe, a proposta mais polêmica e que deveria ser rejeitada pelos Deputados, pois aniquila a poupança previdenciária e vai se tornar um caso de insolvência das aposentadorias do Paraná.

Com relação aos professores – que, pela luta, já tiveram cessados alguns retrocessos –, ainda continua, no projeto de lei, que a progressão da carreira continuará condicionada à disponibilidade de caixa. Ou seja, acaba a carreira do magistério se não houver caixa, e, como nós estamos vendo, não há caixa, hoje, no Estado do Paraná. É importante dizer que o limite de pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal do Estado do Paraná já extrapolou o limite prudencial de 46,55% das receitas. A folha de pessoal já ultrapassou 47% das receitas. E isso porque o Governador dizia, logo que se elegeu, que as finanças estavam em ordem, E dizia isso, também, para retirar os empréstimos junto ao Governo Federal – inclusive mentindo sobre o limite de pessoal em relação à folha.

Para completar o quadro triste e trágico que estamos vivendo lá, também há mudanças tributárias, com claros e evidentes sinais de desequilíbrio financeiro no caixa – excesso de despesa de custeio da máquina pública. O Governo do Paraná adota o caminho mais cômodo para voltar ao equilíbrio: o aumento da carga tributária. Nos três anos de mandato do atual Governador, de 2011 a 2013, as receitas do Paraná aumentaram em 44,8%; foi o ICMS que mais cresceu dentre todos os Estados brasileiros.

O Paraná foi o primeiro Estado em arrecadação, de 2011 a 2013. O PIB paranaense, no mesmo período, cresceu 12,53%. Entretanto, o ICMS...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – ... ou seja, o aumento de arrecadação do ICMS foi de 25,5%, aumentou cerca de duas vezes mais rápido que o aumento de riqueza do Paraná.

Também a dívida aumentou nesse igual período, mas o que é pior é que as despesas do Estado aumentaram sobremaneira, passaram de R\$17 bilhões para R\$26 bilhões, um aumento de 53,5% de expansão.

Então, vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, enquanto a receita aumentou 44%, e foi a receita que mais aumentou, a despesa aumentou 53%. É impossível fechar essa conta. E ele dizia que esse era um problema do Governo Federal. Eu virei vilã no Paraná porque ele dizia que eu impedia que o Governo Federal fizesse as operações de crédito. As operações de crédito foram todas liberadas, mas o Governo não está com as contas equilibradas. De quem é a culpa agora?

(Interrupção do som.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – Gostaria de pedir alguns minutos, Presidente, para que eu possa encerrar. *(Fora do microfone.)*

Agradeço V. Ex^a.

O desequilíbrio se dá devido à velocidade do aumento de despesa ser superior à de receita – e não é por falta dos empréstimos, que já foram todos liberados. Para por no mesmo ritmo o crescimento das receitas com o das despesas, em vez de cortar despesas de publicidade e despesas com terceirizados, o Governador mexe nos direitos previdenciários dos servidores e aumenta o imposto. O ajuste do foco que o Governo do Estado está fazendo é o contrário, contraria aquilo que temos de fazer para o desenvolvimento econômico do nosso Estado, retira da sua sociedade sua capacidade de consumo.

A mais simples teoria econômica afirma que a todo aumento de tributos corresponde a redução de capacidade de compra do consumidor. Isso significa que a redução de consumo vai acontecer por conta do aumento de imposto. Certamente, reduzirá também a arrecadação tributária num segundo momento.

Já havia feito a mudança no Simples tributário, com a substituição tributária que causou grandes problemas aos micro e pequenos empresários. Além do mais, a complexidade das alterações contidas no projeto de lei a que as empresas serão submetidas mostra também a falta de sensibilidade do Governador.

Vai-se aumentar impostos de bens de consumo popular, que, por definição, retiram proporcionalmente mais renda exatamente dos consumidores que menos têm capacidade de pagar ICMS. Levando-se em conta a lei de 2008, tínhamos reduzido a alíquota de ICMS de 18% para 12% para uma série de produtos de consumo popular e, na época, estimava-se que o poder de compra da sociedade paranaense iria aumentar na ordem de R\$468 milhões.

Com a reversão disso agora, aumentando-se de 12% para 18% novamente, estima-se que vamos retirar da população paranaense uma capacidade de compra de R\$956 milhões.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – Além disso, mais R\$200 milhões vão ser arrecadados com o aumento da alíquota do ICMS e também com o aumento em 40% do IPVA, que vai arrecadar R\$800 milhões.

Logo, o Governo do Estado, com as propostas de aumento do ICMS e do IPVA, retirará da sociedade paranaense um valor estimado de R\$1,950 bilhão que estavam colocados para o consumo.

Por tudo isso, é importante que se tenha uma boa e honesta governança de recursos, e se recomenda que se adote uma política de absoluta austeridade e de eficiência do gasto público.

Não é respeitoso ao cidadão contribuinte que o governante, sem qualquer exposição de motivos consistente, alegue a necessidade de retirar mais recursos a pretexto de precisar conceder maior efetividade e eficiência na prestação de serviço público, como estava na mensagem que ele encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Então, além de aumentar os tributos, como aqui falei, em 50% o ICMS, 40% o IPVA, e passar a mão no fundo de previdência dos servidores, cerca de R\$8 bilhões para colocar no caixa do Estado, o Governador está restringindo a capacidade de consumo da sociedade paranaense. E uma sociedade que consome menos e investe menos, com certeza, no futuro, arrecadará menos.

E, desculpem-me, isso não tem nada a ver com a situação nacional, não tem nada a ver com o Governo Federal, como quer fazer crer o Governador. Aliás, tem a ver com a sua incompetência e incapacidade administrativa.

É muito interessante porque há outra medida nesse projeto de lei, e aqui eu gostaria muito que estivesse a nossa oposição, principalmente o PSDB, para se manifestar a respeito dessa medida. A medida dispõe o seguinte: altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, mudando a meta do resultado fiscal. Estou falando de 2013. Uma medida, um projeto de lei de 2015 está alterando a LDO de 2013 no Paraná, para reduzir o superávit primário, mandando reduzir em R\$3,5 bilhões, ficando, portanto, em vez de um superávit primário de R\$2,2 bilhões no orçamento de 2014, com um déficit de R\$1,3 bilhão.

Não sou contra reduzir ou mexer no resultado primário. Defendi isso aqui, porque o resultado primário não é um fim em si mesmo, mas um instrumento fiscal, um instrumento de política fiscal.

E nós fizemos um embate nesta Casa com a oposição para mexer no resultado primário, no ano da LDO em curso,...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – ... de maneira clara, num debate claro, franco, firme, agressivo muitas vezes. Defendi isso. Agora, o Governador do Paraná, que é do PSDB, está alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 – 2013! – para alterar o Orçamento de 2014 e tirar o superávit primário de R\$2,2 bilhões e colocar um déficit de R\$1,3 bilhão. Lamento muito essa situação.

É uma desfaçatez que a oposição venha a esta Casa criticar o Governo Federal e não olhar o que seus Governadores estão fazendo no Estado. Minha solidariedade com os servidores, com os professores do Estado do Paraná, que estão dando demonstração de defesa dos interesses do Paraná e de suas instituições.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Gleisi Hoffmann, o Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gladson Cameli, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Democracia Participativa/PP – AC) – Quero chamar para subir à tribuna o Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, dirijo-me a V. Ex^{as} com espírito lúcido e tranquilo, sobretudo consciente de minha responsabilidade. Profundamente honrado e sensibilizado, legitimado pelo soberano voto popular, recebi a difícil, porém honrosa missão de representar o meu Estado, o Estado de Santa Catarina, na mais alta Corte Legislativa do País. E o farei junto com o Senador Paulo Bauer e com o Senador Luiz Henrique da Silveira. Serei aqui um guerreiro que não foge à luta, pois os verdadeiros guerreiros olham o futuro sem medo e sem arrogância, mas com a humildade e o respeito às pessoas, e com a confiança de quem está sempre pronto para o debate.

Certamente utilizarei a experiência adquirida ao longo de minha vida pública como vereador e Presidente da Câmara de Vereadores do Município de São José, cidade situada na região metropolitana de Florianópolis, e, posteriormente, como prefeito, e prefeito reeleito com 85% de votos, daquela querida e estimada cidade.

Também, com muita honra, exerci a função de prefeito eleito e reeleito no Município de Florianópolis, capital dos catarinenses, e conhecida como a capital mais querida do Brasil, outra experiência que será de grande valia na nova e desafiadora missão que iremos enfrentar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que o que existe de mais importante em nós não é o diploma de Senador da República, nem a fama ou a glória, mas, sim, o reconhecimento e a aceitação como pessoa, como ser humano, e

reconhecimento, aceitação e aprovação não se constroem de um dia para o outro. É preciso trabalhar muito, buscar harmonia, construir pontes e parcerias, vencer barreiras e superar obstáculos e, sobretudo, é preciso, com humildade, buscar inspiração nos mais experientes, como tenho feito com o ex-Governador e Senador Luiz Henrique da Silveira, um homem simples, sereno, sensato, um homem que está à frente do seu tempo, um professor, um amigo, um mestre.

Chego a esta Casa conduzido pelo voto dos catarinenses, oportunidade em que reafirmo meus compromissos assumidos durante a campanha eleitoral de defender os interesses de Santa Catarina junto ao Governo Federal; de lutar pelo fortalecimento do municipalismo, autônomo e financeiramente sustentável, capaz de suportar os encargos que a Constituição Federal lhes impôs; de discutir a implantação de um novo Pacto Federativo, mais justo e necessário, pois os Municípios brasileiros e catarinenses encontram-se em situação falimentar, com muitas dificuldades para oferecer serviços públicos de qualidade à população; de batalhar pela descentralização e desconcentração dos recursos, hoje na mão da União, bem como lutar pelas reformas estruturais tão esperadas e fundamentais para o futuro do Brasil.

A reforma política, por exemplo, a mãe de todas as reformas, que já está em discussão nesta Casa Legislativa. A reforma trabalhista, dado que a Consolidação das Leis do Trabalho remonta a 1940. A reforma tributária, porque o Brasil não suporta mais essa carga de impostos, que chega a 36% do PIB; soma-se a esse cenário a baixa qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

A reforma fiscal, importante, fundamental, primordial, vital para simplificar métodos e procedimentos, desburocratizar rotinas, de forma a garantir a segurança jurídica tão necessária para restabelecer a confiança de quem produz e quem trabalha, de forma que investimentos possam voltar a acontecer, gerando oportunidade de renda e qualidade de vida à população brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a economia do Estado que represento é forte e diversificada, caracterizada pela concentração de diversos polos, o que confere a Santa Catarina padrões de desenvolvimento equilibrados entre todas as suas regiões.

E Santa Catarina é um Estado que possui pouco mais de 1% do território nacional.

No entanto, o seu PIB é o sexto no *ranking* brasileiro, e é maior do que o PIB do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia juntos.

Temos uma população de aproximadamente 6,6 milhões de habitantes.

Nossos índices sociais são invejáveis. Santa Catarina é o Estado que possui a maior expectativa de vida do País. Ocupa o 1º lugar, com uma expectativa de vida de 77,7 anos.

Possui uma das menores taxas de analfabetismo do País, perdendo apenas para o Distrito Federal.

No setor de alimentos, Santa Catarina é o maior produtor nacional de maçã, de cebola, e o maior produtor de arroz e alho do Brasil.

Na produção animal, Santa Catarina se destaca como o maior produtor de carne suína e pescados, e o terceiro em abate de frangos do País.

O agronegócio catarinense é outra imensa fonte de divisas e orgulho para o nosso Estado. A agropecuária responde por 6% do total do PIB de Santa Catarina. Do total das exportações do nosso Estado, 60,7% são

originários da economia relacionada ao agronegócio. O efeito desses resultados sobre a geração de emprego são os 42 mil postos de trabalho ligados à agricultura, à pecuária, ao extrativismo vegetal e à pesca.

O crescimento equilibrado do segmento rural catarinense movimentou, em 2011, R\$10 bilhões e também fez com que o homem permaneça e siga na terra, gerando riqueza, pois 16% da população catarinense ainda residem na zona rural. Unir o desenvolvimento econômico do agronegócio, aliado à preservação ambiental e ao manejo correto dos recursos, gerando trabalho e renda, é uma tarefa que terá todo o nosso empenho e atenção.

A indústria de transformação também é forte e diversificada. Santa Catarina se destaca como segundo maior Estado em participação da indústria de transformação do Produto Interno Bruto brasileiro. A indústria de transformação catarinense é a quarta do País em número de empresas e a quinta em número de trabalhadores.

Dados econômicos de 2014, Sr. Presidente, revelaram que Santa Catarina cresceu 11,32%, o que significa dizer que o Estado – que foi o Estado de Santa Catarina – que apresentou ao País maior expansão de sua receita e, conseqüentemente, um crescimento econômico invejável. Foi também líder na geração de emprego de todos os Estados brasileiros.

Os segmentos de artigos de vestuários e alimentos são os que mais empregaram, seguindo-se dos artigos têxteis. A indústria de máquinas e equipamentos de Santa Catarina destaca-se na fabricação de compressores. Lidera as exportações desse produto em todos os Estados brasileiros.

No setor de metalurgia e produto de metal, o Estado de Santa Catarina se destaca como o maior fabricante nacional de pias, cubas e tanques em aço inox.

Na área de tecnologia, as empresas catarinenses têm crescido num nível superior a 20% ao ano. Polos tecnológicos se destacam em várias cidades catarinenses, a exemplo de Florianópolis, Blumenau, Joinville, Chapecó e Criciúma. Nessas cidades, existem mais de 2.800 empresas que, juntas, alcançam um faturamento de R\$3 bilhões, gerando mais de 20 mil empregos diretos.

Na área da cerâmica, Santa Catarina destaca-se como segundo maior exportador do Brasil. Também é destaque nos setores de celulose e mobiliário.

No segmento turístico, Santa Catarina figura-se como segundo melhor destino turístico do Brasil, sendo Florianópolis, Balneário Camboriú e Bombinhas as cidades mais visitadas.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, esses são apenas alguns números que mapeiam Santa Catarina em detalhes, demonstrando seu potencial e a contribuição que dá ao Brasil. Porém, temos inúmeros problemas, dentre os quais gostaria de destacar um dos maiores que temos que enfrentar relacionado à logística propriamente dita. Nossa infraestrutura e o setor de transportes estão atrasados há pelo menos vinte anos, apresentando sinais de estrangulamento e contribuindo para a formação de um clima de pessimismo jamais visto no Estado de Santa Catarina. Nossos portos precisam ser modernizados e os nossos aeroportos, ampliados. Precisamos ficar atentos também às questões relacionadas ao abastecimento de energia, sem o qual não existe desenvolvimento econômico.

Agora outro seriíssimo problema está relacionado ao abastecimento de água, cuja crise pode ser observada nas grandes cidades brasileiras. Sozinho, o Brasil detém cerca de 12% de água doce da superfície do Planeta, possui rios volumosos e um dos principais aquíferos subterrâneos. Porém problemas ligados à falta de planejamento, de armazenamento e de tratamento de água, à poluição e às mudanças climáticas nos impõem um novo paradigma na utilização das reservas hídricas do País. A falta de investimento em infraestrutura limita drasticamente o abastecimento dos grandes conglomerados urbanos. Os desafios estão à nossa porta e precisam ser enfrentados.

No setor rodoviário, a situação de Santa Catarina é dramática e desesperadora. A BR-101, que atravessa Santa Catarina, ligando o Rio Grande do Sul ao Paraná, agoniza em obras que já duram mais de 20 anos e ainda não foi concluída. Quanto à BR-470, que liga a BR-101 no litoral à BR-116 no Planalto Serrano, considerada a rodovia da morte em Santa Catarina, a ordem de serviço foi concedida, foi dada há dois anos, mas as obras não avançam. A BR-280, que liga São Francisco do Sul a Porto União, no Planalto Norte, encontra-se na mesma situação, sem mencionar as obras do contorno da grande Florianópolis.

O tal anel viário que nasce em Governador Celso Ramos e vai até o Município de Palhoça também não avança, fruto de entraves ambientais e burocráticos e de contratos de concessões questionáveis, cujas obras de contrapartidas não saem do papel.

Tenho como meta ainda lutar pela duplicação da BR-282, que liga o oeste catarinense, celeiro de produção agrícola e do agronegócio ao litoral catarinense, facilitando o escoamento da produção e contribuindo para o desenvolvimento econômico e sustentável de um dos maiores pólos produtivos de Santa Catarina.

A Ferrovia do Frango, que também liga o oeste ao litoral de Santa Catarina está entre as nossas principais prioridades de ação.

Na área social, Sr. Presidente, pretendo lutar por mais investimentos para a saúde, pois saúde é um bem de expectativa infinita. As pessoas querem viver mais e melhor, e o Estado brasileiro não pode medir esforços para construir uma rede de proteção em todo o País, que possa atender as pessoas que mais precisam.

A saúde não pode esperar. Ou a pessoa é atendida em tempo real ou pode ser tarde demais. Infelizmente, isso acontece nos tempos atuais. Alterar essa triste realidade é um dos nossos principais objetivos.

A educação deve ser uma das prioridades de todos os governos e merecerá de minha parte destacada atenção. A educação é a porta da esperança de nossos jovens que almejam um futuro melhor.

Se somos diferentes, é porque possivelmente tivemos oportunidades diferentes. Por isso nossos jovens precisam mesmo de oportunidades, precisam de escolas em tempo integral, precisam de ensino profissionalizante e precisam de educação técnica.

Segurança pública e saneamento básico também estão entre as nossas principais prioridades.

Defendo ainda uma aposentadoria digna no setor privado, com o fim do fator previdenciário. Não me conformo que uma pessoa que trabalhou a vida inteira chegue à hora de se aposentar e seja atropelada pelo tal fator previdenciário, que achata a sua remuneração e seu padrão de vida logo no momento em que o trabalhador mais precisa. Isso tem que mudar. Dessa forma como está não pode ficar.

Sou defensor do aumento real e sistemático do salário mínimo, como alavanca fundamental de inclusão social. Isso é muito importante para o desenvolvimento do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, sou um brasileiro, um catarinense, um cidadão que acredita na vocação do nosso País e na força de trabalho da nossa gente. Com orgulho e legitimado por mais de 1,3 milhão de votos, tenho absoluta consciência das minhas responsabilidades e estou aqui para mudar, para reformar, para transformar, para somar, para construir e para sonhar com um futuro melhor para o Brasil.

Estou aqui para contribuir, para lutar, para que possamos escrever uma nova página na história de Santa Catarina e do Brasil.

Obrigado.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois não, Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Antes de V. Ex^a encerrar, eu gostaria de fazer um aparte.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois não. Concedo o aparte a V. Ex^a, se houver tempo, com muita honra.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – V. Ex^a tem inteira razão: fator previdenciário, medidas provisórias que reduzem direitos trabalhistas e previdenciários, debitar a conta nas costas dos trabalhadores e dos que mais necessitam não é a melhor atitude. V. Ex^a tem inteira razão de se opor, e creio que o Parlamento inteiro está preocupado com essa possível perda de direito. Certamente, tudo isso vai ter muita dificuldade de tramitar aqui, no Congresso. Agora, precisamos criar alternativas, não é? Há problemas, há uma crise, há um desequilíbrio das contas públicas, temos um gasto gigantesco com o pagamento da dívida e dos serviços da dívida que chega a quase 40% de tudo o que pagamos de imposto. É quase impossível uma família que ganha, digamos, R\$1 mil por mês, tendo que pagar R\$400,00 de juros e amortização de uma dívida, sobreviver; teria uma enorme dificuldade para isso. Esta é a realidade do nosso País, é a cara do nosso País. O Brasil é um país que privilegia os mais ricos e pune os mais pobres. O Imposto de Renda – vivi em alguns países fora do Brasil –, na França, por exemplo, chega a até 55% para os que ganham mais; aqui, vai, no máximo, a 27,5%.

(Soa a campanha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Então, temos que pensar que, neste momento de crise, o sacrifício tem que ser dividido de forma justa, e, principalmente incidir sobre aqueles que ganham mais, aqueles que têm uma vida mais confortável, e não penalizar aqueles que já são penalizados pelos baixos rendimentos. Eu também acho que é chegado o momento de a gente regulamentar a lei que cobra imposto das grandes fortunas. Só nisso aí, nós teríamos já uma grande contribuição para a crise. Então eu creio que o Governo da Presidente Dilma, que tinha se comprometido em não promover retrocessos na legislação trabalhista e social, vai repensar sim. Nós vamos ter que dividir de uma forma mais justa...

(Interrupção do som.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP. *Fora do microfone.*) – ... mais igualmente o sacrifício.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Estou de pleno acordo com V. Ex^a. Agradeço seu aparte e peço permissão a V. Ex^a para incluir o seu aparte ao nosso pronunciamento.

E concedo, com muita honra, um aparte à Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Dário. Que minhas primeiras palavras sejam de desejar a V. Exª um brilhante mandato, como, aliás, têm sido os mandatos de todos os Senadores catarinenses que por aqui passam. V. Exª chega tendo saído um grande companheiro, um grande aliado, um grande amigo, que é o Senador Casildo Maldaner. Senador, eu também sou catarinense, mas uma catarinense que virou amazonense, porque tenho toda uma vida construída na Região Norte, na Amazônia deste País. Sou de lá da região do Senador Casildo Maldaner. V. Exª...

(Soa a campanha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM) – ... é da capital, São José, que prestou um belíssimo serviço àquela região, como prefeito por algumas vezes, e fazendo um belo trabalho. Não tenho dúvida nenhuma de que Santa Catarina, que é esse pequeno Estado, de que V. Exª falava, do ponto de vista territorial, mas um grande Estado do ponto de vista da importância que tem para todo o processo de desenvolvimento nacional. Então, não tenho dúvida nenhuma de que V. Exª terá aqui um grande mandato e representará muito bem o povo brasileiro e sobretudo o povo catarinense. E quero dizer que este é um debate interessante, porque nós estamos iniciando. Assim que retornarmos, após o carnaval, teremos a instalação das duas comissões que trabalharão as medidas provisórias que tratam das questões previdenciárias. E o debate será muito profícuo. Eu espero que a gente tenha capacidade, como disse o Senador Capiberibe...

(Interrupção do som.)

A Srª Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM) – ... de mostrar alternativas. Eu mesma *(Fora do microfone.)* me incluo entre os Parlamentares que apresentaram as mais de setecentas emendas e quero debater cada uma das emendas que eu apresentei e das emendas apresentadas pelos outros Parlamentares, porque o nosso grande desafio é fazer com que o Brasil continue crescendo, pois crescendo gerará emprego, desenvolvimento, sem tirar direitos e renda dos trabalhadores. Mas, um momento de crise requer uma resposta. De quem, quando e como tirar é a resposta que temos de ter para ajudar o Parlamento brasileiro, a ajudar que o Executivo faça, uma proposta que seja justa com aqueles que mais precisam do Estado brasileiro, os trabalhadores. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª, Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Muito obrigado. Agradeço o aparte de V. Exª e quero me associar também a essas questões para que, na medida do possível...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Gostaria de saber se posso conceder um aparte ao Senador Cássio Cunha Lima, se o Presidente, evidentemente, me der essa tolerância e essa permissão.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Democracia Participativa/PP – AC) – Pois não, Senador. Em seguida, convido a Senadora Ana Amélia para subir à tribuna.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Senador Dário, com o agradecimento à tolerância do Sr. Presidente, gostaria de, em nome da Bancada do PSDB, que tenho a honra de liderar nesta Casa, traduzir a expressão das boas-vindas a V. Exª, que tem a enorme responsabilidade de representar um Estado que é uma utopia para o Brasil. Santa Catarina talvez seja, em todo o nosso imenso território, o Estado que apresenta o maior equilíbrio entre suas importantes cidades, nem uma grande metrópole, nem uma grande cidade inchada, mas um conjunto de Municípios desenvolvidos...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – ... com um povo sempre muito produtivo, ordeiro, que tem dado exemplos reiterados de orgulho para o Brasil. A responsabilidade de V. Exª aumenta quando substitui o Senador Casildo Maldaner, que criou vínculos de afetividade, de respeito e apreço por todos nós, Senadores. Portanto, de forma breve, receba de forma sincera o meu mais escolhido abraço, em nome da Bancada do PSDB, pela sua chegada nesta Casa. Temos certeza de que, ao lado do Senador Paulo Bauer, do nosso Partido, do Senador Luiz Henrique, V. Exª estará defendendo os interesses do Brasil e, sobretudo, honrando esse Estado que todos nós temos como uma verdadeira utopia, que é Santa Catarina.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Obrigada, Senador Cássio Cunha Lima. Sr. Presidente, V. Exª me permite um pequeno aparte ao Senador Telmário Mota?

(Soa a campainha.)

O Sr. Telmário Mota (PDT – RR) – Sr. Presidente, Senador Dário, estava atento, ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a. Bem disse o Senador Cássio, Santa Catarina orgulha ao Brasil e a V. Ex^a... Quero parabenizar o povo de Santa Catarina por ter acreditado em V. Ex^a e o colocado nesta Casa, onde tantas decisões importantes são tomadas, não só para o seu Estado, como para todos os do nosso País. Estava atento vendo o diagnóstico profundo que V. Ex^a fez daquele Estado maravilhoso, daquele povo trabalhador, de prosperidade, muita fé e esperança, que traz no sangue a vontade de vencer. Eu tenho certeza de que V. Ex^a, com esse espírito humilde, mas aguerrido, espírito determinado, trazendo nos ombros essa grande responsabilidade, já aqui dita por nossos pares, vai dar uma grande contribuição, não só como Senador...

(Interrupção do som.)

O Sr. Telmário Mota (PDT – RR) – ... não só como Senador por Santa Catarina, mas para todo o Brasil. Um grande abraço, parabéns e muito sucesso nessa nova empreitada.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Obrigado a V. Ex^a.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Democracia Participativa/PP – AC) – Convido a Senadora Ana Amélia e, em seguida, o Senador Telmário Mota.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Gladson Cameli, do Acre, caros colegas Senadores, eu queria me associar ao Senador e aos demais Senadores dando as boas-vindas ao Senador Dário Berger e falo isso em nome dos Senadores do Rio Grande do Sul, Paulo Paim, Lasier Martins, e no meu próprio, desejando-lhe um mandato – ele que chega a esta Casa depois das experiências legislativas e executivas no Estado de Santa Catarina... O Estado que nós, gaúchos, ajudamos muito e somos ajudados para o desenvolvimento da região com que temos muitas afinidades e vai continuar existindo e sendo assim.

Temos um carinho enorme não só pela história catarinense, mas também pela boa convivência que, ao longo do tempo, temos tido com esse Estado. Eu gostaria apenas de fazer um registro em relação a Santa Catarina, que é um exemplo para o Senado. A cada final de ano, os três Senadores assinam um cartão de boas-festas, os três! São de partidos diferentes – hoje dois – três partidos diferentes ou dois partidos – assinam como se fosse uma família representando Santa Catarina para apresentar os votos de boas-festas a cada final de ano.

Então, eu sempre digo que Santa Catarina dá, para todos nós, um bom exemplo de unidade de bancada, e isso é importante na composição e na defesa dos interesses das nossas regiões.

Eu venho aqui, Presidente, para tratar de uma questão que já foi abordada na tribuna, hoje, por vários Senadores, mas o Rio Grande do Sul está, junto com outros Estados, muito impactado com a questão que vive a Petrobras, em função do nosso polo petroquímico e, mais ainda, do polo naval.

Hoje, pela manhã, na cidade portuária de Rio Grande, houve uma paralisação pelo sindicato dos metalúrgicos, em função do número de desempregados decorrente da paralisação de muitas empresas. Pelo menos quatro delas, que estão tocando o projeto do polo naval dos estaleiros, estão envolvidas na Operação Lava-Jato, que está sob controle da Polícia Federal, e isso acabou provocando, como desfecho, o drama social do desemprego. Para se ter uma ideia, os 18 mil empregos em Rio Grande, hoje, foram reduzidos a 7 mil empregos. Essa é uma aguda crise que afeta, dramaticamente, o emprego.

A manifestação foi para mostrar, não só ao Estado, mas ao País, especialmente ao Governo Federal, o drama social vivido pelo processo em que está a Petrobras.

Antes disso, é preciso, sem dúvida, como fizeram outros Senadores, apresentar às famílias das vítimas da explosão da plataforma do navio petroleiro na costa do Espírito Santo a solidariedade a essas famílias de trabalhadores brasileiros e estrangeiros que foram vítimas de uma explosão.

É a fatalidade, ainda, se somando aos graves problemas da nossa Petrobras, que nós todos queremos defender. Nós queremos que a Petrobras seja saneada, profundamente saneada, e continue a orgulhar os brasileiros como aconteceu na sua rica história.

Venho trazer, também, outro problema, muito sério, decorrente da crise da Petrobras: o risco de que o polo petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul, e outros polos petroquímicos, na Bahia, no próprio Rio de Janeiro e em outros Estados, sejam duramente afetados pela suspensão dos contratos de fornecimento de nafta pela Petrobras.

A Petrobras decidiu colocar a nafta na composição da gasolina, para reduzir o preço e manter a produção no mercado interno, o que tem uma política estratégica, só que isso vai impactar diretamente numa indústria,

que é a indústria química, profundamente, gerando um problema adicional, não só em relação aos empregos, mas à retirada da competitividade do setor.

A indústria química brasileira é responsável por 2 milhões de empregos, 660 mil diretos mais os indiretos, com salários 50% acima da média da indústria nacional, representa quase 3% de toda riqueza produzida no Brasil, fatura US\$157 bilhões e é o segundo setor com o maior impacto multiplicador em outros setores industriais, segundo a Fundação Getulio Vargas.

A Petrobras tem capacidade para produzir 11 milhões de toneladas de nafta por ano. A petroquímica consome 10 milhões de toneladas, mas é atendida pela Petrobras em apenas 7 milhões de toneladas, tendo de importar os outros 3 milhões de toneladas.

O contrato de fornecimento, assinado em 2009, com validade de 10 anos (fornecimento do nafta às indústrias químicas), foi denunciado pela Petrobras e se encerrou em fevereiro de 2014. Desde aquela época, a cadeia petroquímica está vivendo um momento de grande incerteza – e aí é que está o grande perigo. Sem um contrato de matéria-prima em longo prazo, é inviável o planejamento para novos investimentos. E o que o Brasil mais precisa hoje é de novos investimentos. O que mais precisa o Rio Grande do Sul, Senador Gladson Cameli, caros colegas Senadores e Senadoras; nossos telespectadores da TV Senado, é, exatamente, de mais investimentos, de novas indústrias para ativar a economia brasileira, que está vivendo um momento de recessão.

Assim é que, para reduzir os custos de importação da gasolina, a Petrobras – como eu disse antes – direcionou, para o mercado de combustíveis, a nafta que produz; claro, prejudicando a indústria petroquímica.

Ela decidiu usar, então, unilateralmente, na formulação da gasolina a nafta que antes era entregue às empresas que operam no polo petroquímico de Triunfo, quebrando a lógica histórica de desenvolvimento dos polos petroquímicos, que sempre garantiram disponibilidade de matéria-prima e competitividade à cadeia produtiva de refino e da área química.

Caso o aumento dos custos seja efetivado na renovação do contrato, a indústria petroquímica enfrentará graves consequências – claro que a mais grave é a social, do ponto de vista do emprego.

A indústria química já enfrenta sérios problemas em função da perda de competitividade em nosso País.

A incerteza no fornecimento de nafta já acarreta a postergação de novos investimentos e poderá forçar o fechamento de unidades nos principais polos petroquímicos instalados na Bahia, no Rio Grande do Sul e na região do ABC, em São Paulo.

Segundo um estudo feito para a Abiquim pela Consultoria LCA, a consequência disso será a perda de 70 mil postos de trabalho, redução de R\$2,3 bilhões na renda do trabalho, queda superior a R\$500 milhões na receita da União, com redução de US\$2,1 bilhões da balança comercial e redução do PIB em pelo menos 0,1%.

Trago a esta tribuna a solução apresentada pelo setor para oferecer ao Governo, especialmente à direção da Petrobras e ao Dr. Bendine, o novo Presidente da Petrobras. O suprimento de nafta está atualmente sustentado por um aditivo contratual que expira no final de fevereiro, este mês em que estamos, com uma fórmula de preço em aberto – ou seja, mais insegurança. A compradora, a indústria química, não sabe em quanto a Petrobras vai alterar o preço, mesmo considerando os preços baixos do petróleo no mercado internacional. Tendo em vista a complexidade dos ajustes necessários para se chegar a um contrato definitivo e dada a situação da Petrobras, o que dificulta a tomada de decisões comerciais, a melhor solução, no curto prazo, é a renovação desse aditivo, que já foi feito no ano passado, que está vigorando e que se encerra agora em fevereiro, dando tempo para que as equipes da Petrobras e da indústria nos diversos polos petroquímicos trabalhem em uma solução de longo prazo.

Os impactos de uma desoneração para a Petrobras não são expressivos para o Governo frente aos impactos em empregos, renda, balança comercial e arrecadação fiscal com a potencial redução de produção na indústria petroquímica.

Nosso polo petroquímico já vive problemas sérios, muito sérios. A economia do Rio Grande, a situação financeira do Estado atravessa a mesma crise que o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, o Distrito Federal, o Paraná... Todos os Estados que têm problema com a União na dívida renegociada vivem problemas de queda na receita, aumento do custeio dos Estados e uma situação injusta na repartição de toda a receita. A própria rica União está, hoje, com elevado déficit.

É preciso mais solidariedade, maior rapidez de decisões. Desejamos que a direção da Petrobras, agora sob novo comando, tenha em mente o risco que isso vai representar sobre empregos. Ora, se no polo naval eram 18 mil empregos e hoje são 7 mil – em apenas um ano e meio, houve essa mudança –, imaginem o que acontecerá em todo o complexo da indústria química brasileira se não houver a renovação desses contratos de fornecimento de nafta – que é a matéria-prima usada no setor – da Petrobras com as indústrias que usam essa matéria-prima.

Este é o momento de a Petrobras reafirmar o seu compromisso, porque aqui, toda hora, se diz que a Petrobras é o principal agente do desenvolvimento brasileiro. A própria Presidente da República tem dito isso, e nós acreditamos. Neste caso, é afetado um setor estratégico, que é a indústria química, que exporta e que gera tantos empregos – 660 mil empregos diretos de um total de 2 milhões de empregos, considerando também os empregos indiretos.

É este apelo que eu faço à Petrobras, em relação a um setor estratégico para o Rio Grande do Sul, que tem no polo petroquímico de Triunfo um grande ponto de diversificação da sua economia baseada no setor primário e que pode, se houver uma solução, ter dias melhores e não de tanta incerteza, como está vivendo o setor hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Democracia Participativa/PP – AC) – Senadora Ana Amélia, quero parabenizar V. Ex^a pelo brilhante discurso e por sua preocupação com a nossa querida Petrobras.

Convido para fazer uso da palavra o Senador João Capiberibe, que fez uma permuta com o Senador Telmário Mota.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente da Mesa, Senador Gladson Cameli, lá das cabeceiras do Rio Amazonas, assim como nós, há o Senador Telmário, que também é lá de cima. A minha recomendação, Senadores, é que cuidem direitinho da água, porque nós estamos embaixo e nós dependemos dela para beber. Não é certo, Senador Randolfe? Então, nós – os que moram nas cabeceiras do rio, os que moram ao longo do curso do rio e os que moram na foz – temos o compromisso de preservar a biodiversidade da nossa Região e do nosso País. Aliás, o Brasil é uma potência ambiental, mas cuida mal das suas riquezas. Como cuida mal da sua riqueza! Esse descuido do Brasil com a sua riqueza vem desde o Brasil Colônia, infelizmente.

Sr. Presidente, submetemos ao Senado Federal o presente projeto de lei que regulamenta vários dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre a proteção e o acesso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, e dá outras providências. O projeto foi apresentado à Mesa, e solicito à Secretaria da Mesa que o receba e proceda à sua leitura, para que se possa iniciar imediatamente a tramitação.

Na Conferência do Clima de 92, a Rio 92, a Convenção sobre Diversidade Biológica foi adotada, compreendendo que o setor biotecnológico se tornaria um dos mais dinâmicos da economia e, portanto, estaria entre os setores econômicos e produtivos de maior rentabilidade. Isso era o que imaginávamos lá atrás na conferência para o desenvolvimento e meio ambiente conhecida como Rio 92. Diante desse cenário, destacou-se a necessidade de proteção aos direitos e conhecimentos tradicionais associados ao desenvolvimento de mercadorias e produtos a partir da utilização de recurso genético da biodiversidade associados ao conhecimento tradicional.

A preocupação é que a indústria farmacêutica e a indústria de cosmético tenham acesso a esses recursos, mas que os detentores desse conhecimento também tenham uma retribuição. Imagine, Sr. Presidente, o quanto se investe em pesquisa para se chegar a um produto, e, muitas vezes, o conhecimento tradicional já usa isso há séculos. Portanto, é fundamental que retribuamos esse conhecimento.

Por esse motivo, os países em desenvolvimento travaram duras batalhas no campo das negociações internacionais com o objetivo de garantir a nacionalização dos recursos genéticos, assegurando o pagamento de *royalties* pelos países usuários desses recursos. A importância dos conhecimentos tradicionais associados reside no fato de que esses conhecimentos se constituem uma espécie de atalho científico e tecnológico – o conhecimento ajuda, não precisa ficar investindo anos a fio com pesquisas infundáveis para chegar a um conhecimento que já existe lá nas comunidades indígenas. Eu poderia falar aqui da etnia palikur, que habita...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – ... a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa. Eles usam, Sr. Presidente, uma...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – ... formiga para poderem combater as verrugas. Eles têm lá uma técnica, e essa formiga pica as verrugas, que se dissolvem. Imaginem quanto seria investido em pesquisa para se chegar a esse resultado! Então, é justo que se retribua esse conhecimento.

Falando dos atalhos científicos e tecnológicos utilizados pela grande indústria de base biotecnológica na concepção, produção e comercialização de mercadorias e produtos para a realização de aplicações específicas, a pesquisa biotecnológica da indústria precisaria executar uma prospecção de cerca de 10 mil moléculas – às vezes, para chegar a um princípio científico – para identificar uma única molécula com potencial comercial. O conhecimento tradicional associado a recursos genéticos que detêm os povos indígenas, populações tradicio-

nais e agricultores familiares, portanto, funciona como um atalho científico altamente especializado, que fornece informações estratégicas altamente importantes sobre biodiversidade, que são capazes de desenvolver uma série infinita de produtos a serem comercializados pela indústria de base biotecnológica, como indústria cosmética e farmacêutica, por exemplo.

O presente projeto avança na consolidação do marco regulatório iniciado com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que foi ratificada...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – ... pelo Congresso Nacional em 1994 e promulgada pelo Executivo por meio do Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. O texto estabelece a soberania dos países sobre seus recursos genéticos e sua autonomia para regular o acesso a tais recursos, mediante autorização prévia da autoridade nacional competente. Estabelece ainda, que os países receptores e usuários de recursos genéticos de terceiros assegurariam a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de sua utilização econômica.

Esse projeto que estamos apresentando respeita as regras inseridas pela CDB e pelo referido decreto para garantir que populações indígenas, povos tradicionais e agricultores tradicionais tenham, de fato, seus direitos garantidos.

Em decorrência do fornecimento de micro-organismos brasileiros para outros países sem a respectiva previsão de transferência de tecnologia e repartição dos benefícios resultantes do uso desses recursos, o Governo brasileiro editou, em 29 de junho de 2000, a Medida Provisória nº 2.052. A norma supracitada sofreu sucessivas reedições até a superveniência da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, que veio a disciplinar o uso de medidas provisórias, dispensando de reedição as publicadas anteriormente a ela e fazendo com que essas perdessem o caráter provisório até que fossem...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – ... apreciadas definitivamente pelo Congresso Nacional.

Por essa razão, a Medida Provisória nº 2.186, de 2001, constituiu-se, hoje, no marco legal que rege o acesso e a remessa de componentes do patrimônio genético nacional, o conhecimento tradicional associado e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização comercial dos recursos genéticos.

A legislação brasileira sobre o tema inovou ao adotar o termo patrimônio genético, entendido como a informação de origem genética contida em espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal, diferentemente do termo recurso genético adotado pela Convenção. Partiu-se do princípio de que a informação proveniente do recurso genético deveria ser protegida, pois, uma vez extraída, poderia ser livremente distribuída, principalmente com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação. Assim, depois da retirada da informação, o recurso genético perderia a importância para o usuário, trazendo prejuízos ao provedor. Também foi instituído o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético como autoridade competente para conceder as autorizações de acesso e remessa, além de analisar os contratos de repartição de benefícios. O Conselho iniciou suas atividades em abril de 2003, constituindo-se em um órgão de caráter deliberativo e normativo.

De acordo com o Decreto nº 5.459, de 2005, os agentes públicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – ... são autoridades competentes para a fiscalização das condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

Em julho de 2010, foi criado o Núcleo Temporário de Combate ao Acesso Ilegal ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado, vinculado tecnicamente à Diretoria de Proteção Ambiental daquela autarquia. As ações fiscalizadoras desse Núcleo resultaram em 498 autos de infração emitidos, sendo 54 advertências e 44 multas para empresas privadas, institutos de pesquisa, universidades e pessoas físicas. O total das multas é de R\$220 milhões. Constituiu-se, portanto, um quadro de alta relevância e gravidade em relação a esta temática.

Contudo, o Poder Executivo Federal entende que a experiência de 12 anos dessa legislação demonstra que ela deve ser revista e ajustada, sob o argumento que a legislação tem se mostrado pouco efetiva em função de um conjunto de restrições sobre o acesso, que, por sua vez, vem resultando em um regime insatisfatório para

a repartição de benefícios decorrentes do uso desse patrimônio ambiental e social. Entretanto, entendemos que existe uma grande fragilidade legal quanto à garantia da repartição de benefícios pelo uso de recursos genéticos para populações tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares.

O presente projeto considerou as demandas de distintos setores da sociedade afetos ao tema, priorizando a defesa do conhecimento tradicional sem dificultar a pesquisa, que é fundamental, e objetivando alavancar a inovação tecnológica do setor produtivo...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – ... e, ao mesmo tempo, gerar benefícios para toda a sociedade e para os povos detentores dos conhecimentos utilizados.

Por fim, esclarecemos que esta proposição, inspirada nos posicionamentos técnicos e institucionais manifestados pelas organizações ambientalistas que tratam do tema, contém mecanismos de proteção aos interesses nacionais e das comunidades detentoras do conhecimento tradicional, o que não está plenamente assegurado na redação do PL 7.735/2014, de iniciativa do Governo – do Poder Executivo –, aprovado na Câmara dos Deputados e a ser submetido a esta Casa.

Eu acrescentaria que, nos anos 90, influenciado diretamente pela Convenção da Biodiversidade e pela Eco-92...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – ... o Governo do Amapá, por iniciativa da Deputada Janete Capiberibe, aprovou uma lei de acesso e proteção da biodiversidade que nos parece corresponder a essa equidade entre a indústria e aqueles detentores de conhecimento.

Portanto, no projeto do Poder Executivo, a divergência nossa é pequena, apenas que no projeto do Governo diz que as populações tradicionais poderão ter compensação pelos seus conhecimentos. Nós, então, estamos alterando, fazendo uma mudança, para dizer que essa compensação será obrigatória. Então não tem grandes divergências, mas essa, me parece, a lei tem que ser clara, concisa, para que não vá parar nos tribunais. Então, a lei garante e diz que...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – ... as populações tradicionais terão, sim (*Fora do microfone.*), direito à compensação pelos seus conhecimentos.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Democracia Participativa/PP – AC) – Parabenizo V. Ex^a e convido para ocupar a tribuna o Senador Telmário Mota.

Ao mesmo tempo, gostaria de convidar para assumir a Presidência o Senador Elmano Férrer, do PTB do Piauí.

O SR. TELMÁRIO MOTA (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Sr. Presidente, diante da crise que hoje assola o nosso País, aqui já muito bem colocado por diversos Senadores e Senadoras, e ouvindo a proposta da Presidenta Dilma, na presença aqui do nosso Líder do PSDB, Senador por quem temos todo o respeito, que vem da Paraíba, Senador Tasso, quero propor que criemos uma frente parlamentar multipartidária para tirarmos o Brasil da crise. Essa frente parlamentar tem por objetivo sugerir, orientar e propor ações para tirar o Brasil da crise em que atualmente está envolvido. Crise institucional, política, moral. Temos aí a crise da Petrobras, através da Operação Lava Jato; temos a crise hídrica nos Estados do Sudeste, Centro-Oeste, com grande consequência energética; a crise econômica, financeira, alta do dólar, provável alta da inflação.

Então, viemos a esta tribuna pedir que se monte uma força em conjunto para buscarmos as soluções democráticas e, mais do que isso, emergenciais para o nosso País.

Também, Sr. Presidente, viemos hoje a esta tribuna registrar e lembrar um momento triste da nossa história. Hoje faz 10 anos que assassinaram a missionária Dorothy Stang, no Pará, 10 anos.

Eu pergunto como é que você vai, com 6 tiros, e tira a vida de uma pessoa que só realiza o aconselhamento às pessoas, pauta o amor, a solidariedade, a misericórdia, o respeito, a ética, a moral, a essência humana e promove a paz? Como você tira a vida de uma pessoa que realiza ação social junto com as comunidades, a fim de praticar o exercício da vida contemplativa, meditativa e preservar a ética e a moral cristã, auxiliando a gerações das pessoas? Como tirar a vida de um ser humano que só desempenha tarefas similares às que realizam

os ministros religiosos de igrejas e templos espirituais? Como tirar a vida de uma pessoa que fomenta o amor ao próximo, baseado na essência humana, reforçando os conceitos do perdão, da solidariedade, da paz, do respeito e oferece apoio espiritual a todas as pessoas que assim o desejarem e necessitarem? Como tirar a vida de uma pessoa que luta pela igualdade social? Como e por que tirar a vida de uma pessoa que só pratica o bem?

Dez anos se passaram e o quadro nada melhorou. Só para terem uma ideia, desde quando a missionária foi assassinada, mais 118 pessoas, só no Pará, tiveram suas vidas cerceadas. E, nesse período de dez anos, mais 334 assassinatos no campo; 118 homicídios no campo, 428 casos de assassinatos, 22 pessoas ameaçadas de morte, cinco delas ali, em Marabá.

O que ficou de lição? Será que a gente ainda está naquela época, Sr. Presidente, em que se resolve tudo através da força, da violência? Será que as pessoas mais humildes, que querem apenas ter dignidade de vida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podem e não têm o direito de lutar por essa conquista? E alguém não tem o direito nem o dever de ajudá-los?

Isso nos causa espécie e preocupação. O Brasil precisa estar atento a essas barbaridades. Talvez estejam faltando políticas públicas necessárias nos Municípios, nos Estados e no próprio Brasil, para evitar esse confronto entre o poder econômico capitalista e o cidadão comum, que só quer uma luz ao sol.

Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar aqui de comunicar o meu protesto, essa lembrança, porque vidas foram tiradas, e nada foi resolvido. A gente buscando o quadro triste e melancólico que hoje toma conta, ainda, principalmente no campo, por falta dessa tão badalada e falada reforma e distribuição agrária. Queria fazer esse registro.

Também, Sr. Presidente, recebi um manifesto, um ofício. A minha terra, o meu Estado é composto por mais de 60 mil indígenas. Nós temos mais de trezentas e poucas comunidades. E uma área definida, chamada São Marcos, que abrange uma grande região, colocou algumas solicitações, sobre as quais cabem aqui algumas reflexões, especialmente com a Funai, especialmente com a Sesai, que é a Secretaria Especial de Saúde Indígena, que está deixando a desejar.

Vamos fazer aqui uma grande explanação sobre isso. É ali proposto pelas comunidades indígenas, na pessoa do Tuxaua, do Darora, do Chefe Edmilson, a criação de um hospital indígena, a construção de uma ponte do Rio Uraricoera, uma ponte de uns 600 metros, que dá acesso a mais três Municípios e que poderia proporcionar àquela comunidade o escoamento da produção e colocar aquelas comunidades no setor produtivo.

Então, o que tenho visto hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são as pessoas mais necessitadas, mais carentes, não estarem recebendo as políticas que são necessárias, tanto do Estado quanto do Governo Federal, embora haja inúmeros órgãos que hoje estão designados para essa finalidade.

E, Sr. Presidente, vamos, sempre que necessário for, usar nossa voz, usar nossa força política no sentido de dar o equilíbrio e responder ao povo do meu Estado pela suas necessidades.

Portanto, Sr. Presidente, encerro minha fala, fazendo esse registro hoje.

Meu muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. Gladson Cameli, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Esta Presidência agradece as considerações feitas pelo nobre Senador, ao tempo em que convida o mais jovem Senador da República com assento nesta Casa e Líder do PT a fazer uso da palavra.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Democracia Participativa/PP – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna nesta tarde são três assuntos que me preocupam bastante.

No dia 10, última terça-feira, recebi várias ligações, de vários jovens brasileiros, através das redes sociais, dos nossos telefones, sobre um fato que me preocupa bastante, que é a questão do Fies, que beneficia mais de 700 mil alunos. Os nossos queridos jovens acrianos foram surpreendidos e fizeram uma manifestação.

Fecharam a Estrada Dias Martins, na terça-feira. Alunos da Uninorte protestaram. Reclamaram das novas regras do Fies, dizendo que foram pegos de surpresa.

Solicitarei, por meio do meu gabinete, uma audiência com o Ministro da Educação, para que ele venha explicar por que essas novas regras foram avisadas em cima da hora para os nossos queridos jovens que buscam uma oportunidade para concluir o seu ensino.

Esse é um dos motivos que tem dificultado o acesso de milhares de pessoas ao Fundo de Financiamento Estudantil. As mudanças no Fies foram feitas sem comunicação prévia às instituições de ensino.

Infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – e vou falar aqui o Português básico da minha Região, do meu Estado –, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, e são os alunos os mais prejudicados. Jovens

cuja única esperança de uma vida melhor é o estudo e que viam o programa como uma forma de melhorar a qualidade de vida estão enfrentando esse drama.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Senador Cameli, conceda-me um aparte?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Democracia Participativa/PP – AC) – Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Apenas para cumprimentá-lo pela oportunidade do tema que traz ao Plenário do Senado. Da mesma forma, tenho recebido inúmeras queixas e reclamações de estudantes da Paraíba e de outras partes do Brasil. A propósito do problema que está sendo enfrentado por esses estudantes em relação ao Fies, estou encaminhando um requerimento de informação a S. Ex^a o Ministro de Estado da Educação, Cid Gomes, com quem tenho ótimas relações. Fui governador ao mesmo tempo em que o Ministro Cid governava o nosso querido Estado do Ceará. Então, apenas para contribuir com o discurso e com o pronunciamento de V. Ex^a, informo à Casa que apresentamos requerimento de informação para que o Presidente do Senado requeira e, como determina a Constituição, os esclarecimentos para seis questionamentos que compõem esse requerimento, de forma tal que o Senado possa ser uma voz também em defesa dos estudantes brasileiros. Aqueles que estavam no programa conseguiram manter a sua inscrição, mesmo com o não pagamento do financiamento, que é a proposta do programa. A penalização que está sendo imposta àqueles que foram aprovados nos concursos vestibulares e que tentam entrar no Fies e não estão conseguindo representará, com certeza, um obstáculo gigantesco para cada um que tinha a expectativa de ter o financiamento do programa. Portanto, cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento, e vamos aguardar, então, as respostas do Ministério da Educação em torno desse requerimento que encaminhamos pela Liderança do PSDB.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Democracia Participativa/PP – AC) – Senador Cássio, o mais novo Deputado Estadual do meu Estado do Acre, o Deputado Nicolau Júnior, que pertence ao meu Partido, me fez inúmeras ligações nesta semana justamente sobre esse assunto.

O que espero? O que espero é que o Governo brasileiro e os órgãos competentes se responsabilizem e resolvam esse problema. Quero convidar todos os nobres Senadores a se associar, para que possamos dar uma resposta imediata para esses nossos jovens.

Outro problema, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores. A questão da dengue no meu Município, na minha terra natal, Cruzeiro do Sul, é outra preocupação que estamos tendo. Os números são alarmantes. Solicitei uma audiência com o Ministro da Saúde – e vou ficar aqui amanhã –, para tratar desses assuntos e tentar combater o mosquito da dengue.

Outro assunto que me traz a esta tribuna – e peço a V. Ex^a um pouco mais de tempo – é a Petrobras.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a sabedoria política ensina que as crises, por mais graves que sejam, podem ser transformadas em oportunidades. Para enxergarmos com clareza e aproveitarmos em favor do bem comum as oportunidades que os momentos de turbulência política e econômica oferecem, nós legisladores precisamos manter-nos inabaláveis em nossa serenidade, exercendo com redobrada cautela o ofício parlamentar.

Estamos atravessando, é certo, uma fase de instabilidade em nossa trajetória nacional. Somos convocados, neste momento, a apresentar soluções criativas e eficazes para os problemas que assolam o País, em sintonia com as elevadas expectativas do povo que nos elegeu. Somos convidados, nesta hora, a agir com decisão, sem, contudo, permitir que o afobamento comprometa os nossos esforços.

É no contexto desse chamado à responsabilidade que venho hoje à tribuna do Senado Federal tecer breves comentários relativos à crise pela qual passa nossa querida Petrobras.

Sr^s e Srs. Senadores, existem fatos e fortes indícios de que houve irregularidades na condução dos negócios da estatal. Há, no entanto, apenas uma maneira de trilhar o caminho entre a suspeita inicial e a condenação final. Refiro-me, Senador Cássio Cunha Lima, ao caminho da observância do devido processo legal.

Nossa Constituição consolidou todo um corpo de regras, garantias e procedimentos que visam, além de proteger os direitos dos acusados, a conferir consistência a eventuais condenações. O respeito incondicional e a adesão inflexível às regras processuais previstas no texto constitucional são, portanto, preliminares inafastáveis para um desfecho republicano, justo – e, sobretudo, efetivo – da crise da Petrobras.

A prudência recomenda, dessa forma, que reconheçamos, apoiemos e acompanhemos atentamente as investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, sem cedermos às tentações do alarmismo e da escandalização, sem dúvida prejudiciais para a saúde da democracia brasileira. Ademais, enquanto não soubermos com maior precisão até onde se estendem os tentáculos da corrupção, é temerário associar-nos precocemente a esta ou àquela tese de condenação prévia dos acusados.

Não podemos, Sr. Presidente, deixar-nos enrolar em uma batalha política estéril, fazendo desta nobre Casa palco para troca de acusações inflamadas, de cunho exclusivamente partidário. Não podemos entregar-nos ao velho jogo da atribuição de culpa, criticando superficialmente as ações empreendidas por governos

anteriores. Não vamos desperdiçar tempo, energia e credibilidade dedicando-nos à pequena política, pois o que está em jogo, em última análise, é a própria soberania nacional. A manutenção da nossa Petrobras, patrimônio de todos os brasileiros, é instrumento indispensável.

Vamos, sim, apurar em detalhes todas as irregularidades operadas nos negócios da Petrobras. Vamos, sim – uma vez finalizadas as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público —, defender a punição de todos os responsáveis pelos desvios cometidos. Mas vamos fazer isso de maneira responsável, em consonância com os preceitos constitucionais aplicáveis, de posse de todos os dados relevantes, sem dar chance à reprodução da cultura da impunidade, sem prejudicar a sociedade brasileira.

Sejamos cautelosos, mas propositivos. Trabalhemos em benefício do fortalecimento institucional do País. Trabalhemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela evolução, refinamento e incremento da eficácia dos instrumentos de combate à corrupção. Transformemos a crise em oportunidades.

Tenho certeza de que os nobres e experientes colegas não pouparão esforços nesse bom combate, nessa luta pela construção de um Brasil livre de corrupção, justo e soberano, que possa voltar a ter orgulho do símbolo nacional que é a nossa Petrobras.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu agradeço a todos, cumprimentando aqueles que estão assistindo à nossa querida TV Senado.

Meu muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Esta Presidência agradece as considerações feitas por V. Ex^a, ao tempo que comunica ao nobre Senador Cássio Cunha Lima, pela Liderança do PSDB, o encaminhamento do seu requerimento, na formalidade do Regimento Interno desta Casa.

Passamos a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira, pela Paraíba.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer, Srs. Senadores, inicialmente gostaria de agradecer ao Senador Cássio Cunha Lima a inversão da ordem, cedendo-me a palavra antes do discurso do Líder do PSDB. Muito obrigado, Senador Cássio.

Um dos assuntos do momento que está interessando toda a sociedade brasileira é exatamente a reforma política, aquela que nós podemos chamar a mãe de todas as reformas. Nós, Senado e Câmara, temos a obrigação de atender o povo brasileiro, fazendo uma reforma que atenda os interesses do nosso povo, que fortaleça a democracia brasileira, e não regras que atendam mais a classe política do que o nosso povo. Nós é que temos que nos adaptar às regras da democracia brasileira – e é isso que vai acontecer, porque é uma exigência do momento, é uma exigência do povo brasileiro.

A democracia, já disseram, é um processo, é um se tornar, muito mais do que um ser. É algo que se perde mais fácil do que se alcança, e nós temos verificado isso principalmente no continente latino-americano: democracias construídas com muito esforço, com muito suor, com muito sofrimento, muitas vezes são destruídas de uma forma rápida e avassaladora.

O projeto democrático brasileiro não é recente. Não é de hoje que os brasileiros anseiam por representação, por poder participar das decisões nacionais, por ter suas necessidades atendidas. Inaugurado com a Proclamação da República, em 1889, o projeto democrático brasileiro, nosso projeto republicano de Nação, ainda não se completou.

Cento e vinte e quatro anos depois, mais de um século depois da Proclamação da República, milhões de brasileiros foram às ruas, em 2013, para manifestar sua insatisfação. Alguns já disseram que aqueles brasileiros não tinham uma agenda muito bem definida, que aqueles brasileiros não sabiam exatamente o que reivindicavam. Aqueles brasileiros sabiam sim, muito bem, o que queriam. Aqueles brasileiros queriam ser ouvidos. Aqueles brasileiros ansiavam por representação. Aqueles brasileiros ansiavam e anseiam por poder participar das decisões nacionais, por ver atendidas as suas necessidades. Os brasileiros, Sr. Presidente, anseiam por um sistema político que os represente melhor.

Somos um País democrático. Nossa democracia, por imperfeita que seja, já sobreviveu a dois duros golpes: o Estado Novo, entre 1937 e 1945; e o governo militar, entre 1964 e 1985. Golpes duros, não resta dúvida, mas não suficientemente duros para sufocar a índole democrática do povo brasileiro.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados são os legítimos representantes dos mais variados desejos e anseios da sociedade, e, como tal, não podem imobilizar-se. E, de fato, esta Casa nunca se imobilizou, se considerarmos apenas a última Legislatura, se considerarmos os trabalhos da Comissão Especial sobre Reforma Política, que funcionou no Senado, a partir de 2011, quando mais de dez proposições tramitaram nas Casas do Congresso Nacional.

Essas proposições introduziam modificações na Constituição Federal, na Lei dos Partidos Políticos, na Lei das Eleições. O desafio é costurar um arranjo político capaz de garantir um número mínimo de votos para aprovar as propostas que hoje o povo brasileiro está exigindo.

O Senado não se furtará ao seu compromisso com a democracia brasileira. E esse compromisso não é recente. Em 1998, uma comissão temporária interna do Senado Federal foi encarregada de estudar a reforma político-partidária. Mas ficou por aí. Hoje, nós não podemos mais fazer qualquer iniciativa sem que ela tenha começo, meio e fim para atender os anseios da nossa sociedade. Os resultados dos trabalhos foi o encaminhamento de oito Propostas de Emenda à Constituição e de três projetos de lei que hoje tramitam na Câmara dos Deputados.

A reforma política, na minha concepção, é, de fato, como já falei, a mãe de todas as reformas.

É apenas por meio do aperfeiçoamento da democracia representativa, com seus mecanismos constitucionais de democracia direta, que poderemos continuar caminhando em direção ao objetivo comum, que é o bem-estar de cada brasileiro.

Defendo algumas ideias para compor a reforma política. Primeiro, a cláusula de barreira para impedir que partidos sem expressão eleitoral continuem a interferir no processo político, particularmente no período eleitoral.

Não se pode continuar a aceitar que, atualmente, no Congresso Nacional, existam 28 partidos representados.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Senador Raimundo Lira, concede-me um aparte?

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com muito prazer, Senador Cássio.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Antes de comentar o tema extremamente importante que V. Ex^a traz neste instante, eu não poderia deixar de cumprimentá-lo pelo retorno a esta Casa, como conterrâneo não apenas do nosso Estado, mas também da nossa querida e amada Campina Grande. Em meu nome pessoal e em nome também da Bancada do PSDB, quero transmitir as felicitações para o nosso Estado pelo seu retorno, por sua trajetória de empresário extremamente bem-sucedido, competente, capaz, um homem público dedicado, que já esteve no exercício do mandato de Senador, concedido pela soberania do voto dos paraibanos. Em 1986, eu tive também a honra de sufragar o seu nome, pois fui um dos seus milhares de eleitores àquela altura. Portanto, inicialmente receba esse abraço fraterno, essa palavra de boas-vindas, uma vez que V. Ex^a vem para dar sequência ao mandato interrompido pelo Senador Vitalzinho – Senador Vital do Rêgo –, que ocupa agora a honrosa função de Ministro do Tribunal de Contas da União. Tenho certeza de que, com a sua experiência, com o seu talento, com o seu brilhantismo, com a sua capacidade de trabalho, esta Casa terá grandes conquistas e um crescimento pelas suas características pessoais de homem bem-sucedido, comprovadas ao longo de sua história de vida. Quanto ao tema em espécie, acredito que, dentre as propostas de reforma política para esta Casa que serão elencadas – tenho certeza – na sequência do seu pronunciamento, a cláusula de barreira me parece ser, dentro da mãe das reformas, como definiu V. Ex^a, a gênese da mudança, porque precisamos reordenar o número de partidos no País. Não faz sentido, não tem lógica termos um País onde, na Câmara Federal, na atual Legislatura, há 28 legendas representadas, salvo erro de memória. E, infelizmente, temos de reconhecer que o Supremo Tribunal Federal cometeu, talvez, um equívoco ao não permitir a manutenção no texto legal daquilo que foi aprovado pelo Congresso Nacional, que já, num passado não tão distante, criou já mecanismos de barreira para a formação de novos partidos. E, agora, recentemente, estamos vendo uma tentativa de criação de mais um partido – o que já por si só seria algo de se causar estranheza –, mas com o anúncio antecipado de que a criação de uma nova legenda tem por objetivo a fusão imediata com uma já existente. Isso não pode mais ser tolerado. Portanto, acredito que o tema que V. Ex^a traz é extremamente importante e fundamental dentro do contexto e do bojo da reforma política que o Brasil exige. Portanto, para concluir o aparte – e não interromper o discurso de V. Ex^a –, acredito que o tema trazido nesse discurso que é feito neste instante será pauta fundamental para o Senado e para o Congresso logo após esse período carnavalesco, que se inicia no próximo sábado, já amanhã. A rigor, no Brasil, já tem carnaval acontecendo há muito tempo. João Pessoa mesmo fez o tradicional Muriçocas do Miramar, na última quarta-feira, com uma multidão percorrendo a nossa avenida principal da praia, a Epitácio Pessoa. Felicito V. Ex^a e desejo, de forma muito sincera, pleno êxito neste mandato que agora se inicia.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fiquei muito feliz com as suas palavras, Senador Cássio. Foi muito importante para Campina Grande sair um Senador de Campina Grande e chegar outro Senador de Campina Grande. Então, Campina Grande ganhou um Ministro, mas não perdeu um Senador. E isso reforça a nossa responsabilidade na defesa dos mais legítimos interesses de Campina Grande e da Paraíba.

Mas, fazendo um adendo aqui a esse meu texto, dentro desse assunto: eu participava de um Congresso, de um debate político e econômico no Instituto Wilson, em Washington, e eu indagava por que a América Latina, continente que tem a maior soma e diversidade de recursos naturais do mundo, não tem em seu territó-

rio nenhum país considerado totalmente desenvolvido, chamado país de primeiro mundo. E aí um acadêmico canadense me respondeu: "É uma questão cultural. Os países, hoje, chamados desenvolvidos... É porque as idéias que são implementadas são ideias idealizadas por pessoas pragmáticas, pessoas que vêem no futuro o resultado daquelas ações, e normalmente utilizando experiências passadas. Aquilo que é bom eles procuram aperfeiçoar. Já vocês, latinos, normalmente as ideias que são aceitas, implementadas, são ideias idealizadas por pessoas geniais, que não aceitam o óbvio, que acham que o que existe está errado, e está sempre começando."

Então, esse recomeçar eterno do continente latino-americano também poderá levar a que eternamente não consiga chegar ao grau de desenvolvimento desejado que o nosso continente, que o nosso País merece.

Foi apenas um adendo, Senador Cássio.

Dentro das propostas que irei defender na reforma política, acabar com as coligações nas eleições proporcionais. O povo não entende, Sr. Presidente, que um Deputado Federal seja eleito com cinco mil votos no maior Estado do Brasil, São Paulo, e um candidato com quase cem mil votos não seja eleito. É uma conta que, do ponto de vista da matemática prática, não fecha. É um sistema que não é lógico. É um sistema que precisa ser mudado. E aí atendemos aquilo que chamamos de pragmatismo, ou seja, ter regras que sejam práticas, objetivas, boas para a democracia e que o povo entenda.

Cada Estado, no caso de se acabar com as coligações nas eleições proporcionais, passa a ser um distrito. Então, se há doze cadeiras de Deputados Federais na Paraíba, virão para a Câmara dos Deputados os doze Deputados mais votados pelo povo paraibano. E aí atende, inclusive, aqueles que defendem o voto distrital, que é um voto muito utilizado na Europa, mas também pouco prático para ser utilizado no Brasil. Ou seja, cada Estado brasileiro vai se transformar em um distrito, e acabará, enfim, a participação, a interferência indevida dos pequenos partidos, daqueles partidos que não têm nenhuma representação popular no Estado e no País.

O Sr. Donizeti Nogueira (PT – TO) – Senador Raimundo Lira, V. Exª me permite um aparte?

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com prazer, Senador.

O Sr. Donizeti Nogueira (PT – TO) – Eu quero concordar...

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desculpe-me, mas está muito distante. É o Senador Capiberibe?

O Sr. Donizeti Nogueira (PT – TO) – Não, é o Senador Donizeti Nogueira, de Tocantins.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ah, o Senador Donizeti, de Tocantins. Muito Prazer. Eu já deveria ter identificado V. Exª pelo chapéu. (*Risos.*)

O Sr. Donizeti Nogueira (PT – TO) – Eu estou passando por um momento de sacrifício: primeiro, de usar gravata e, depois, de ter de tirar o chapéu. Eu quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, concordando que deveremos encontrar um meio para que a sociedade possa fazer uma melhor construção dos partidos, criando as cláusulas de barreira e outros instrumentos que possam permitir isso, mas que seja uma intervenção da sociedade. Por outro lado, vejo com preocupação a questão do voto distrital, porque vai ocorrer, poderá ocorrer como já ocorreu em países em que o voto é distrital puro, de termos representantes que não representem a maioria, porém eleitos com o maior número de votos. Mas, em função do maior número de votos, da quantidade de candidatos que disputarão a eleição ou que disputam a eleição, você poderá ter um Parlamento que não represente a maioria da sociedade. Por isso, vejo a questão da proporcionalidade do voto, hoje, do coeficiente eleitoral, como uma solução para que toda a sociedade esteja representada. Mas é um debate a ser feito, que precisa ser bem aprofundado. A sociedade brasileira precisa ter oportunidade de fazer esse debate, e acredito que o Congresso Nacional, nesse período, vai proporcionar isso para a sociedade brasileira. E, certamente, nós aqui, no Parlamento, haveremos de definir o que for melhor para o País. Muito obrigado.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Donizeti.

Sempre fui contra a reeleição para cargos executivos, mas, no caso do sistema ser mantido nessa reforma eleitoral, é preciso que o prefeito, o governador e o presidente da República renunciem ao mandato seis meses antes da eleição. Não é licença não, é renúncia mesmo.

É fundamental também que se crie uma nova sistemática para os suplentes de Senador.

A minha proposta vai ser a seguinte, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Donizeti: na eleição, por exemplo, em que a renovação for do mandato de um Senador, ficaria da seguinte forma: o segundo candidato mais votado, independentemente do partido, seria o primeiro suplente; e o terceiro candidato mais votado seria automaticamente o segundo suplente. Temos casos de eleição de Senadores em que o segundo colocado ficou com uma diferença de décimos, não chegando nem a 1%; este é varrido do processo eleitoral, e entra um suplente que não teve nenhum voto e que muitas vezes não é conhecido pela população.

Na eleição em que a renovação for do mandato de dois Senadores, o terceiro candidato mais votado seria o primeiro suplente dos dois Senadores! Ele seria o primeiro suplente dos dois Senadores eleitos! E o quarto

candidato mais votado seria o segundo suplente dos dois Senadores. Não é preciso mais do que dois suplentes numa Legislatura, num período senatorial.

Existem ideias e propostas de fazer uma nova eleição quando houver o impedimento de um Senador. Nós queremos uma reforma política que reduza os custos das campanhas eleitorais no Brasil; segundo alguns especialistas, não tenho dados precisos, as eleições brasileiras são as mais caras do mundo – eu não vou afirmar, estou apenas transmitindo essas considerações; e aí você fazer uma nova eleição para um Senador que foi impedido de seu mandato, por uma razão qualquer, também não é lógico.

Então, não vamos sair de um extremo ao outro. Eu acho que essa solução é a mais razoável, até porque no passado, aqui no Brasil, já houve eleição separada para Vice-Governador, para Vice-Presidente da República. Vocês se lembram daquela eleição de Jânio Quadros, em que foi eleito João Goulart em outra chapa, porque o vice era votado separadamente? Então, vai assumir o Senado um suplente que também foi votado. Essa é a solução mais lógica.

E, voltando à questão da reeleição para cargos executivos, na Constituinte, no meu mandato de Senador aqui, eu defendi, com muita ênfase, o mandato presidencial e de governador de cinco anos.

Meu raciocínio era o seguinte: o primeiro ano é o ano de arrumação da casa – o Senador Cássio conhece muito bem, porque foi governador, por duas vezes, da Paraíba; aí ele tem três anos para governar, e o último ano fica aquele ano de transição e de preparar o Estado para o novo governante. Se, lá na frente, esse governador for reconhecido por seu povo, por seus eleitores como o de ter sido um governador eficiente, um governador muito bom, ele voltará, em outro período, a ser candidato a governador.

Naquela época, eu participei de uma entrevista numa das televisões brasileiras, e o entrevistador disse: “Mas o senhor está defendendo cinco anos porque Sarney quer cinco anos?” Eu lhe disse: “Eu sou contra o mandato de quatro anos para Presidente da República porque é o caminho mais curto para se criar a reeleição. Algum Presidente, em determinado momento, vai dizer que quatro anos é um período muito curto para realizar seu projeto político-administrativo.” E foi o que aconteceu. Infelizmente, começou lá pela Argentina; depois, pelo Peru; e entrou aqui pelo Brasil. Não foi uma ideia boa a ideia da reeleição, e, portanto, eu sou contra a reeleição; mas, caso prevaleça a ideia da reeleição para o Executivo, eu proponho – vou propor – que o prefeito, repetindo, governador e o Presidente da República renunciem a seus mandatos seis meses antes das eleições.

O momento é este, a hora é agora, a responsabilidade é nossa. O que vejo, neste momento crucial para o nosso País, é uma encruzilhada: dois caminhos, dois futuros; em um desses caminhos, o Senado precisa fazer história.

Aprovada a reforma política, atendendo às aspirações do povo brasileiro, o Congresso Nacional deve pedir o aval e o comprometimento do nosso povo através de um referendo. Então, aí haverá, sim, a coesão da classe política com o povo brasileiro, e aí estaremos num caminho mais sólido para fortalecer a jovem democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Esta Presidência se congratula com V. Ex^a pelas palavras oportunas, pertinentes que a Nação está a ouvir e a reclamar. Este é o grande momento nosso de fazermos aquilo que o povo espera ao longo de 20 anos.

Parabéns a V. Ex^a pelas palavras, ao tempo em que nós convidamos mais um paraibano – foi o velhinho e agora o novinho –, ex-governador, para fazer uso da palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Elmano, conterrâneo nordestino do Piauí, é com alegria que substituo o Senador Raimundo Lira nesta tribuna, conterrâneo, e a diferença de idade entre o Senador Lira e este que agora começa a falar não é tão grande. O Senador Lira é um homem que se cuida, que tem sempre muita vitalidade, jovialidade e vigor, mas, falando em vigor, eu me reporto, neste instante, à economia brasileira.

Acho que o Senado Federal tem sempre a responsabilidade de ter uma pauta que esteja sintonizada com o Brasil real, com o Brasil verdadeiro, aquele que diz respeito ao cotidiano e ao dia a dia da nossa população, e esse Brasil real encontra-se praticamente em recessão. Vamos aguardar os dados oficiais, mas, tecnicamente, o País está numa recessão econômica ou muito próximo dela, caminhando a passos largos para um processo de estagnação econômica que foi provocado pelo próprio Governo, que não teve a capacidade de compreender que não há como imaginar um Estado que seja gastador, perdulário, sem que a conta chegue um dia. E esse Brasil real encontra-se praticamente em recessão.

Vamos aguardar os dados oficiais, mas, tecnicamente, o País está numa recessão econômica ou muito próximo dela, caminhando a passos largos para um processo de estagnação econômica que foi provocado pelo próprio Governo, que não teve a capacidade de compreender que não há como imaginar um Estado que seja gastador, perdulário, sem que a conta chegue um dia.

Não há mais espaço para o desajuste fiscal que foi promovido pelo atual Governo e que levou o País a esse quadro recessivo, que é muito, mas muito distante do País cor-de-rosa que o Governo tenta apresentar à maioria dos brasileiros.

Existe sabedoria. O mesmo povo que, não faz muito tempo, apontava índices elevadíssimos de aprovação para este ou aquele gestor, na sua consciência, mas sobretudo numa parte que lhe é muito sensível – como disse o Ministro Delfim Netto, a parte mais sensível do ser humano é o bolso –, percebe claramente que a vida piorou.

A última pesquisa Datafolha apontou uma queda vertiginosa da aprovação da Presidente Dilma. Segundo a pesquisa, nos últimos dois meses, de 42% caiu para 23% os que avaliam o atual Governo como ótimo e bom; e cresceu, disparou de 24% para 44% dos pesquisados, na estratificação da população brasileira, os que consideram o Governo ruim ou péssimo. E isso tem uma razão de ser.

Essa mudança de humor do povo brasileiro em relação ao Governo Federal tem um fundamento muito claro, um fundamento político, porque acabamos de sair de um processo eleitoral no qual a Presidente que foi reeleita, durante a campanha, fez uma série de compromissos, realizou um conjunto de promessas que não estão sendo confirmadas.

Em rigor, o que a população brasileira percebe, neste instante, é um sentimento de que foi enganada, porque as pessoas votam obviamente acreditando na palavra, no compromisso, no que foi dito; e muitos brasileiros votaram na reeleição da Presidente Dilma, que, durante toda a campanha, apontava o dedo para o candidato que foi ao segundo turno sobretudo, presidente nacional do meu Partido, Senador Aécio Neves, dizendo que Aécio iria aumentar os juros – e foi ela que aumentou os juros recentemente –, dizendo que Aécio iria aumentar o combustível, e, só com o PIS e a Cofins, temos aumentos que variam de R\$0,30 a R\$0,45 até R\$0,50 no preço da gasolina. Inclusive, há um aumento que estou questionando porque ele se lastreia numa ilegalidade: o Governo Federal não respeitou a noventena que a lei exige para aumentar o PIS e a Cofins. Além disso, reintroduziu a Cide – mas, neste caso, respeitou a noventena, os 90 dias.

A noventena tem uma lógica: é para que as pessoas possam se programar. O Estado não pode tomar de surpresa a sociedade, que tem seu orçamento; o trabalhador brasileiro, a família brasileira tem seu orçamento, muitas vezes um orçamento apertado; na maioria dos casos, um orçamento muito sacrificado. Aí vem o Governo e, do dia para noite, sem dar oportunidade para que a família do trabalhador brasileiro se planeje, porque o combustível é um item essencial na vida de todos, seja no automóvel, seja no transporte coletivo –, faz um tarifaço. É por isso que o legislador diz: “Tem que haver pelo menos 90 dias para implementação de um aumento de impostos”. E, no caso de criação de tributos, o prazo é do exercício fiscal, exatamente para que as pessoas possam se prevenir.

Foi feito esse aumento do combustível, com toda a imprensa mostrando a perplexidade do povo brasileiro, e isso interferiu diretamente na avaliação do Governo da Presidente Dilma. E a incompetência do Governo é tamanha que é difícil explicar o motivo pelo qual, quando a gasolina, ou melhor, quando o petróleo tinha um preço internacional extremamente elevado, a Petrobras não repassou esse preço para o combustível, isso como uma medida absolutamente equivocada de controle inflacionário.

A história mostra que os preços controlados, quando esse controle é feito de forma artificial, não duram muito tempo no impacto inflacionário. Isso serve também para a energia elétrica, que também sofreu um tarifaço.

No caso da Paraíba, os paraibanos estão pagando praticamente 40% a mais na sua conta de energia. E não vamos deixar de lembrar que a Presidente da República, em rede nacional de rádio e televisão, no período pré-eleitoral, anunciou uma redução de 18% na conta de energia para o povo brasileiro. E nós aqui, da oposição brasileira, no plenário deste Senado, denunciávamos naquele instante o equívoco da medida que estava sendo tomada pelo Governo Federal.

Então, nós temos um ambiente em que as pessoas estão sendo chamadas para contribuir com um governo que vive um desequilíbrio, porque gastou de forma desmedida, de forma descontrolada, sem planejamento algum. Vemos uma máquina pública inchada, aparelhada politicamente – todos nós sabemos do aparelhamento que vem sendo feito no Estado brasileiro. E as pessoas estão perdendo realmente a paciência.

Nesta semana, foram muito discutidas as questões previstas na Constituição sobre *impeachment*, o que causou um furor enorme, um Deus nos acuda! O Ministro da Justiça, agora, em declaração publicada hoje – e ouço o Senador José Medeiros em seguida, com muito prazer –, disse que nós da oposição estamos buscando o terceiro turno. Não estamos buscando terceiro turno algum!

Eu, particularmente, tenho uma sólida participação democrática, tenho um absoluto respeito à soberania do voto popular. Mas o que está sendo discutido neste instante não é o resultado da eleição, mas, sim, a conduta ética, seriedade, honestidade. Será que as pessoas vão tolerar até quando tantos desmandos?

Também já estão revelados nos principais *sites* e *blogs* do Brasil hoje detalhes da delação premiada do Sr. Youssef, apontando para pessoas do mais alto escalão do Governo, do Partido dos Trabalhadores. E o que a

população percebe é essa frustração, essa decepção profunda com um partido que completou seus 35 anos recentemente e que, ao longo da sua história, foi se distanciando do seu ideário de ética, de correção, de diferenciação na política.

E não somos nós, Senadores ou Deputados da oposição, que estamos falando em *impeachment*. A palavra *impeachment* está na boca do povo brasileiro. E vamos analisar com toda a serenidade, com toda a tranquilidade, as condições objetivas.

Não deve haver toda essa sensação de que as pessoas ficam arrepiadas, quando se pronuncia uma palavra, mesmo que emprestada de língua estrangeira, mas que consta da nossa Constituição. Está lá na Constituição brasileira! E, se é constitucional, não há por que causar espécie.

E, se você remete à Lei dos Crimes de Responsabilidade, no art. 10, que tem uma variação em que cabe certa subjetividade, nós temos que debater. Qual é o problema de debater? Qual é o problema de discutir? Não há mal nenhum e não há golpismo algum.

Golpe, eu disse ontem e repito, é o que está sendo feito contra a Petrobras – aí, sim, há um golpe contra um patrimônio do povo brasileiro. Golpe é o que foi feito na eleição, quando se mentiu para o povo brasileiro. O povo brasileiro se sente enganado, porque a campanha da Presidente Dilma foi lastreada, foi toda sustentada com afirmações mentirosas.

É duro dizer isso, não tenho nenhum prazer em dizer que a Presidente da República, a Presidente do meu País mentiu para o nosso povo, mas não há outro caminho: ela mentiu, ela enganou. Para conseguir vencer as eleições, ela optou pelo caminho da inverdade. E o resultado está nas pesquisas, o resultado está na economia.

A Aneel aprovou, preliminarmente, um aumento – pasmem! – de 83%, Senador Valdir Raupp, para a bandeira tarifária vermelha, que passa de R\$3,00 para cada 100kW consumidos para R\$5,50 pela mesma quantidade utilizada. Isso foi dito na campanha? Foi anunciado na eleição que nós teríamos aumento de juros? Pelo contrário, ela dizia: “Nem que a vaca tussa!”, foi a expressão que a Presidente Dilma usou durante a campanha eleitoral. “Nem que a vaca tussa, teremos aumento de juros, teremos retirada de direitos trabalhistas [*como está acontecendo agora*], aumento de tarifa [*como estamos testemunhando com a energia*], aumento do combustível, recessão econômica, desemprego!”

E o Governo não adota uma única medida que possa diminuir o gasto público de forma eficaz, reduzir esse rombo aparentemente no patamar de R\$18 bilhões. E há quem diga que é muito maior do que esse número apresentado pelo Governo.

A Presidente da República vetou a iniciativa do Congresso Nacional de reajuste da tabela do Imposto de Renda para 6,5%. Na volta do Carnaval, nós todos que aprovamos o reajuste na tabela do Imposto de Renda para 6,5% vamos votar o veto presidencial e vamos dizer claramente à sociedade, porque todos nós somos sempre cobrados pela sociedade. E, nas nossas campanhas eleitorais, o nosso compromisso é sempre defender a população sobretudo de governos que tenham uma voracidade, um apetite arrecadador que não tem limite.

Na prática, para que o telespectador da TV Senado entenda, quando a Presidente da República veta o reajuste da tabela do Imposto de Renda dos 6,5%, na prática, o que significa é que ela está aumentando o Imposto de Renda a ser pago pelo trabalhador brasileiro. É isso, tem que traduzir isso de forma simples. O que haverá, se o Congresso mantiver o veto presidencial, é um aumento no Imposto de Renda pago pelo povo e pelo trabalhador brasileiro de uma sociedade que não tem mais margem para ser cobrada com uma carga tributária nessa proporção.

Eu escuto o Senador José Medeiros. Na sequência, Senador Raupp, terei prazer em ouvi-lo. Senador José Medeiros, com muita honra.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Cássio Cunha Lima.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Tenho uma alegria enorme de ser chamado de Ronaldo. Toda vez que me chamam pelo nome do meu pai, é uma alegria e uma honra imensurável, pela figura humana, pelo homem público, pelo poeta, pelo estadista, o humanista, o advogado que o meu pai foi em vida. Obrigado, Senador.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – É que o poeta não me sai da... Mas, Senador, V.Exª foi muito feliz, ao levantar essa questão, porque, a cada dia, nós pagamos mais impostos e, fora isso, temos as jabuticabas, que vêm por aí, os penduricalhos, as contribuições e não sei o que lá mais, e tal. E eu fico pensando: pensar que este País já se revoltou na questão do quinto. Nós pagávamos o quinto; éramos felizes, e não sabíamos; nossos ancestrais não sabiam que eram tão felizes, pagavam só ali, só o quinto, e tudo bem. Hoje, eu creio que nós já estamos em mais de 50%, quando se pega tudo, e a cada dia fica mais pesado isso. Então, V.Exª foi muito feliz de levantar essa questão, porque o Estado fica cada vez mais pesado, a voraci-

dade arrecadatória vem na medida em que esse Estado fica pesado e precisam-se levantar vozes contra isso, porque a sociedade já não aguenta mais. E, quando, em junho daquele ano, a população foi para as ruas e, de repente, reclamava de 20%, de 20 centavos, e todo mundo ficava: "Olha, mas são 20 centavos!", e não eram; era a gota d'água que faltava, porque já não se aguentava mais. E, se não bastasse a União com essa voracidade, em cada Estado, às vezes, para que se consiga fazer levantar frente aos gastos, surgem essas contribuições, às vezes contribuições para os Estados até legítimas, devido à falta de recursos para isso. Mas o que acontece é que não temos é a contrapartida, a sociedade não vê a contrapartida desse serviço. Nós já pagamos por segurança um monte de vezes, e acabamos não tendo, por educação, por saúde, por quase todos os serviços do Estado. Então, quando a população se revolta, revolta-se com razão, porque nós pagamos, e não temos. Então, esse tema é muito importante, porque, daqui a pouco, nós vamos ter o assalariado pagando imposto de renda, se continuar assim. Era isso.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Senador José Medeiros, agradeço a contribuição que V. Ex^a traz para o nosso pronunciamento e abordo um tema que reputo extremamente importante. É difícil você fazer uma avaliação completa, precisa, do que ocorreu no Brasil, digamos, nos levantes de junho do ano passado. Mas, com certeza, essa insatisfação com a qualidade dos serviços prestados pelo Estado brasileiro, nos três níveis, é uma das razões fundamentais.

As pessoas já não compreendem mais. O Brasil saiu de um período de ditadura militar com a promessa de que a democracia traria grandes avanços na qualidade de vida da população. Então, as pessoas acreditaram nisso e fomos para a democracia, e na democracia se disse: "Olhe, para que se conquistem mudanças na qualidade de vida, temos que alcançar estabilidade econômica." Veio a estabilidade econômica. Com a estabilidade econômica, o passo seguinte que era o anseio, na minha visão, da sociedade brasileira como um todo seria exatamente um Estado eficaz, que tivesse planejamento, que tivesse capacidade de resolver os serviços básicos da população, que prestasse serviços com um mínimo de qualidade.

Portanto, nesses três grandes ciclos da História recente do Brasil – o fim do ciclo ditatorial, o fim da ditadura; a estabilidade econômica; conquistas sociais que não podem ser destacadas –, há uma frustração enorme, porque o passo seguinte que deveria ter sido dado, e não foi, foi exatamente a melhoria dos serviços prestados, que não atendem às necessidades da nossa população. Daí por que essa frustração enorme e, infelizmente, temos que constatar o desperdício que houve nessa quadra recente da História brasileira, porque, ao chegar ao poder, o Partido dos Trabalhadores fez uma opção de uma postura retrógrada de ocupar o Estado brasileiro de forma patrimonialista, de aparelhar o Governo, deixando de lado um projeto de Brasil, para abraçar um projeto de poder. E, nesse projeto de poder, a tentativa de manutenção desse projeto, desviou-se para o pior dos caminhos, que é o caminho da corrupção.

Quando o Ministro da Justiça fala em terceiro turno, o que eu estou querendo confrontar, o terceiro turno, é PT *versus* ética; PT *versus* honestidade; PT *versus* trato respeitoso do dinheiro público. Eu não tenho orgulho nenhum, porque, antes de ser Senador, antes de ser Líder do PSDB nesta Casa, eu sou brasileiro e não tenho orgulho nenhum em ver o meu País, o nosso Brasil, sendo visto no mundo inteiro como um antro de corrupção. O que está acontecendo na Petrobras coloca o Brasil talvez como o País que tenha o maior escândalo de corrupção da História mundial, porque não estamos falando mais na casa de milhões, são bilhões de reais praticados em corrupção ao longo dos últimos anos.

Então, a discussão tem que ser trazida para esse campo, sim. E o PT usa a velha tática de querer apontar para o passado. Vamos investigar o Governo de quem quer que seja, vamos investigar qualquer que seja o período governamental, mas essa tentativa de investigar o passado não pode ser, de forma nenhuma, uma estratégia para fugir dos problemas presentes.

Quando o PT diz: "Não, vamos investigar, já temos número suficiente para investigar o governo de Fernando Henrique com a CPI." Tudo bem, vamos investigar o governo Fernando Henrique, mas que essa investigação não seja apresentada como um ponto de fuga, como um escape, para que se deixe de discutir os problemas atuais, que é o que nós estamos querendo. O que nós estamos querendo seriedade, transparência, honestidade.

O brasileiro não aguenta mais ser roubado. Essa é a realidade. O brasileiro está sendo roubado permanentemente, não recebe serviços básicos com o mínimo de qualidade e a população chegou a um ponto de saturação.

Vamos fazer nosso embate político. Mas chegamos a um patamar que não é mais suportável: tratar a população brasileira com o desrespeito com que ela vem sendo tratada. E paciência tem limite, principalmente porque saímos de uma eleição muito recentemente em que, infelizmente – repito, não tenho alegria nenhuma em dizer –, a Presidente Dilma mentiu ao povo brasileiro e, depois de mentir, acovarda-se, encolhe-se, sequer se pronuncia ao País; ela não traz uma resposta aos dramas que estamos vivendo.

E os problemas são graves. Este País ainda não apagou em termos energéticos, porque não cresce. Se tivesse o mínimo de crescimento econômico, o País já teria parado.

Não tivemos ainda um colapso completo no setor energético, o chamado apagão, porque o Brasil não cresceu e também porque, no governo ainda do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram construídas as termelétricas, que sustentam hoje o nosso sistema.

Escuto o Senador Valdir Raupp, para que eu possa me encaminhar ao encerramos do meu pronunciamento, uma vez que o Senador Randolfe também nos prestigia já com sua presença no plenário.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Nobre Líder, Senador Cássio Cunha Lima, V. Ex^a aborda um tema latente no nosso País. Eu queria dizer que todos os governos têm altos e baixos; todas as economias, no mundo inteiro, têm altos e baixos. Inclusive a maior economia do mundo, que é a economia americana, tem de vez em quando colapsos e vive aos sobressaltos, inclusive com quebraadeira generalizada, como ocorreu com a bolha imobiliária recentemente, com pessoas perdendo tudo o que tinham e até saindo do País, quase a exemplo de 1929, quando houve a grande depressão americana. Inclusive, a cidade no Estado de São Paulo, a cidade de Americana, foi formada na época em que os americanos vieram correndo, saindo dos Estados Unidos. O Senador José Medeiros abordou também um tema interessante, dizendo que na carga tributária os impostos estaduais são muito fortes também, sobretudo na telefonia, na energia elétrica, nos combustíveis. Há Estado que chega a cobrar 37% de ICMS em alguns desses itens que acabei de citar. Então, isso tudo forma a grande carga tributária que o nosso País vive. E coisa difícil é fazer uma reforma, assim como é difícil fazer reforma política. O caminho foi começar a fatiar a reforma tributária, porque não houve entendimento entre os governadores, o Confaz e os secretários de Estado de Fazenda. Eu já fui governador também, como V. Ex^a, e nós sabemos o quanto é difícil chegar a um consenso para fazer uma reforma tributária, porque ninguém quer abrir mão da arrecadação. E, quando falei que todas as economias têm altos e baixos, e todos os governos têm altos e baixos, o governo do PSDB – que eu apoiei na época, o de Fernando Henrique, que foi um grande governo, foi um bom governo, e eu sempre tenho falado isso na tribuna do Senado, fazendo justiça ao governo do Fernando Henrique – também teve altos e baixos; teve problema também de toda ordem, de racionamento, de *blackout*, de apagão de energia elétrica. De corrupção não vou falar, porque naquela época quase não se investigava. Talvez a corrupção hoje esteja mais acentuada – e não quer dizer que seja maior do que era no passado – porque hoje se investiga mais. Hoje a Polícia Federal está mais aparelhada, o Ministério Público está mais combativo, mais atuante, e da mesma forma o Judiciário, a Controladoria-Geral da União, que tem um *link* direto com o TCU e com a Polícia Federal. Hoje a apuração da corrupção é muito mais forte do que foi no passado, tanto é que o governo, naquela época do Fernando Henrique, não conseguiu fazer sucessor, porque teve problemas no final do governo. Então, neste momento, nós entendemos que a Presidente Dilma está enfrentando um momento de crise, um momento de baixa, como aconteceu no governo Lula, em 2005. Eu era Líder do PMDB aqui nesta Casa, e defendemos, e houve também um começo de bochicho de *impeachment*, mas não houve clima para se pedir o *impeachment* do Presidente Lula. E o que aconteceu? O Presidente Lula deu a volta por cima, reelegeu-se muito forte, terminou e fez um grande governo. Então, eu espero que esse momento de crise que a Presidente Dilma esteja vivendo neste momento possa ser um momento momentâneo mesmo e que ela possa logo se recuperar, como aconteceu com os governos passados, como aconteceu com o governo do Presidente Lula, repito, em 2005. E nós, como Base do Governo, da mesma forma que ajudamos o Presidente Lula na governabilidade, que ajudamos o Presidente Fernando Henrique na governabilidade com o PMDB – agora com o Vice-Presidente da República, com o Presidente das duas Casas, do Senado e da Câmara Federal –, vamos dar, sim, sustentação. E acredito que não haja, de maneira nenhuma, clima para *impeachment* e nem fato. Para se pedir um *impeachment* de um Presidente tem que haver fato concreto. E a Presidente Dilma é uma pessoa séria. Se há alguns malfeitos em seu Governo, se houve em governos passados, ela tem procurado corrigir esses malfeitos. Nós entendemos que ela é uma pessoa séria, e não há nenhum fato determinante, nenhum fato concreto para que possa haver um pedido de *impeachment* da Presidente Dilma. Obrigado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Agradeço ao Senador Raupp pelo aparte, que contribui com o debate.

Eu acredito que a grande diferença do Governo da Presidente Dilma para o governo do Presidente Lula é uma só: Lula sucedeu a Fernando Henrique Cardoso; Dilma sucede a ela própria. Ou seja, ela é a responsável pelo caos que herdou. Enquanto o Presidente Lula encontrou um País ordenado, equilibrado, pronto para avançar e para crescer – como aconteceu –, o que está acontecendo hoje é que, na linguagem popular, “quem semeia vento colhe tempestade”.

Então, a Presidente Dilma sucede a ela própria; diferentemente de Lula, que sucedeu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e encontrou um País preparado para avançar. E esses avanços infelizmente não chegaram para transformar o nosso País em uma nação moderna, competitiva e preparada.

Quanto a esse discurso, que o Governo usa e que é reproduzido por V. Ex^a, de que hoje se investiga mais do que no passado, vamos ter paciência. Porque, primeiro, toda a estruturação da Polícia Federal foi feita pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso; todos os grandes avanços, inclusive, na Polícia Rodoviária Federal, que tem aqui um representante, que é o Senador José Medeiros – com muita honra vem como um dos membros dessa corporação que tem o respeito do povo brasileiro. Então, todo esse trabalho de estruturação da Polícia Federal, de avanços na Polícia Rodoviária Federal nasceu no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Agora, se na atualidade se comete mais crime do que no passado, nós não somos responsáveis por isso. Então, usa-se, infelizmente, um argumento retórico de dizer: “Olha, mas se investiga hoje mais do que no passado.” Primeiro, deixar claro: governo, Poder Executivo, não é responsável por investigação. Ontem o Ministro Cardozo também, numa declaração completamente fora de tom e de oportunidade, disse: “Vamos punir com rigor aqueles que cometeram crime.” Isso é conversa de quem não tem o mínimo de conhecimento de que o Poder Executivo não tem responsabilidades na apuração desses fatos.

Temos hoje uma Constituição em vigor e instituições que funcionam. Cabe ao Poder Judiciário e ao Ministério Público fazer esse papel. E dizem que hoje se investiga mais do que no passado, mas é por uma razão simples: há mais crimes a investigar. O Brasil está sendo assaltado. Não podemos desconhecer essa realidade, Senador Raupp. O povo não aceita mais, diante dos escândalos que estão sendo revelados, simplesmente esse discurso que joga para trás. O PT comanda o Brasil, em parceria com o PMDB, que é um partido importante, há 12 anos. Até quando o PT vai continuar colocando a culpa no passado?

E quando V. Ex^a faz referência a altos e baixos de qualquer governo, é verdade. Todos têm altos e baixos. Agora, este baixo atual é abaixo da linha, porque é aquilo que a sociedade não admite, não tolera mais, que é a corrupção, que é o desrespeito ao patrimônio público. É por isso que a sociedade brasileira já está acima do seu grau de tolerância. As pessoas não têm saúde, não têm segurança, não têm educação e veem um agrupamento político se apropriar do Estado para assaltar o País. Essa discussão será feita. Não vamos abrir mão dessa discussão.

E vamos acabar com essa história de que todo político é ladrão, todo político rouba. Não! Coisa nenhuma! Não podemos aceitar esse discurso. Nós já fomos governo no Brasil e não colocamos na Petrobras uma estrutura criminosa para destruir a Petrobras para financiar estrutura política de poder. Basta! Chega!

Nos Estados Unidos, uma democracia moderna e madura, o que o americano faz frequentemente? Ele promove a alternância de poder. Não se encontram ciclos longos de democratas à frente da presidência dos Estados Unidos. Não se encontram, fora as exceções de praxe, ciclos longos de republicanos à frente da presidência dos Estados Unidos.

Foi por isso que, na campanha eleitoral, nós defendíamos a alternância do poder como um bem para a democracia, porque o poder gera vícios, e, nesses vícios que o PT trouxe para o País, os danos são seriíssimos.

Então, um partido que tem a característica de falar de forma demorada, com muitas palavras, para dizer pouco e sempre com a tática de jogar para o passado, quando a crise aumenta, vem com a estratégia de dizer “é tudo igual”. Não, senhor! Não é tudo igual, não. Temos diferenças profundas. Temos posturas e comportamentos completamente distintos. Nunca antes na história deste País se viu o que se está vendo hoje.

Para encerrar, eu escuto o Senador e conterrâneo Raimundo Lira e agradeço ao Presidente a tolerância. Após o aparte do Senador Raimundo Lira, concluirei este meu pronunciamento.

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cássio, inicialmente, eu gostaria de, de público, aproveitar a oportunidade para parabenizar V. Ex^a pela sua indicação como Líder do PSDB. Conheço profundamente a sua história política, e, com certeza, este Congresso e este Senado Federal vai ver que V. Ex^a está preparado realmente para ser o Líder de um grande partido. V. Ex^a falou a respeito da questão tributária no Brasil. É uma questão que eu sempre gostei de trabalhar, pela minha formação de economista e pela minha experiência como empresário. Fui por duas vezes Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Presidente também da Comissão de Orçamento, e sempre estudei muito bem essa questão. Há poucos meses foi divulgado no Brasil que, juntando todas as leis tributárias em vigor, todas as regulamentações, todas as resoluções, todas as portarias a respeito da questão tributária brasileira, esse livro daria um total de 11 mil páginas. Então, não existe contador no mundo que possa ter um pleno conhecimento das leis tributárias e dos procedimentos tributários no País. Ouvi também um pronunciamento, uma declaração do presidente do Grupo Gerda. Ele dizia que a empresa dele, do mesmo porte, na área de siderurgia, aqui no Brasil – ele tem uma do mesmo porte no Chile e uma do mesmo porte nos Estados Unidos –, tem 150 funcionários improdutivos para cuidar exclusivamente da questão legal do País, da questão tributária, dos procedimentos legais, para atender todas as demandas da União, do Estado e do Município. Na empresa do mesmo porte, com faturamento semelhante e produção semelhante no Chile, em vez de 150 funcionários cuidando disso, ele tem 30 funcionários cuidan-

do dessa questão tributária e legal. E, nos Estados Unidos, uma empresa com o mesmo porte tem apenas 15 funcionários, ou seja, 10% do que existe no Brasil. E, aí, eu tenho experiência própria de empresário. Na década de 70, as minhas concessionárias de veículos tinham em média 15% dos seus funcionários na área improduti-va; quando vendi, agora recentemente, a última concessionária, esse percentual estava em torno de 43%, ou seja, cada seis funcionários precisam ganhar o suficiente para pagar o salário de dez funcionários. Então, isso é o que chamamos, entre outras coisas, de Custo Brasil. Quero aproveitar a oportunidade e dizer a V. Exª que, depois dessa reforma política, era fundamental o Senado se debruçar nessa questão da reforma tributária. Nós sabemos que ela é conflitante porque governadores, prefeitos e União, cada um quer levar a sua parte, mas temos que se encontrar uma solução, uma equalização dessa questão, porque senão esse será também um dos impedimentos permanentes para que o Brasil se torne uma grande Nação no contexto mundial.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Agradeço, Senador Raimundo Lira, pelas palavras sempre muito gentis, carregadas por cortesia.

Lembro quando estivemos juntos na Assembleia Nacional Constituinte – o Senador Raupp também esteve na Constituinte –, e nós tentávamos desenhar ali um modelo tributário que pudesse permitir ao Brasil ganhar competitividade. E talvez o nosso grande equívoco que perdura de lá até esta data é não compreender que precisamos distanciar a reforma tributária do momento presente.

Inclusive, o saudoso Governador Eduardo Campos, um extraordinário brasileiro que morreu de forma tão precoce e de maneira tão trágica, com quem eu tive uma relação fraterna de amizade e também de trajetória política; estávamos ali vizinhos, Pernambuco e Paraíba, e conversei com Eduardo sobre vários temas. E nós tínhamos uma proposta que construímos juntos de permitir que qualquer reforma tributária que possa ser discutida tenha uma *vacatio legis*, ou seja, ela só tenha eficácia 12 anos depois de aprovada. Há quem diga: “mas é muito tempo!” Mas, se tivéssemos feito isso na Assembleia Nacional Constituinte – e, no ano passado, comemoramos 25 anos da nossa Constituição –, esse modelo ideal já estaria aprovado.

Então, acredito eu, fruto da experiência de quem já foi prefeito três vezes, de quem já foi governador duas vezes, fui Deputado constituinte, fui Deputado federal, estou agora no Senado.

Se nós não distanciarmos a eficácia da proposta do momento presente, o embate político não permite que ela avance. Porque é legítimo. Os prefeitos já não aguentam mais perder receita.

Ontem eu conversava por telefone com o Prefeito de Sousa, André Gadelha, e ali perto de Cajazeiras, que também é uma segunda a terra natal do Senador Raimundo Lira, e o Prefeito de Sousa, André Gadelha, que é do PMDB, Senador Valdir Raupp, desesperado – a expressão é esta: desesperado –, porque ele não tem mais o que fazer, tamanha a redução de receitas que os Municípios brasileiros, notadamente os nordestinos e da Região Norte vêm sofrendo, Municípios esses que dependem do Fundo de Participação, assim como acontece com os Estados.

Então, se não conseguirmos fazer o modelo ideal de reforma tributária, mas permitir que a eficácia dessas mudanças só possam ocorrer 12 anos depois... Por que 12 anos? Porque, em 12 anos, você tira governadores que estão eleitos que podem ser reeleitos, e aí você afasta; prefeitos, da mesma forma. O próprio Senado, com os mandatos de oito anos. Ou seja, você faz uma situação ideal sem olhar para o momento presente, que é o grande empecilho para que tenhamos um modelo racional, mais inteligente, menos oneroso, mais eficaz, que a sociedade brasileira tanto deseja e cobra já há décadas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encerro aqui o meu pronunciamento, agradecendo pelos apartes, que todos foram trazidos para contribuição no debate.

Aqui não está um golpista. Aqui tem um cidadão que tem uma firme formação democrática. Não há intenção... Até porque, para encerrar, vou colocar um pouco mais de... Eu não apago incêndio com gasolina. Eu não sou um carbonário, até porque a gasolina está muito cara. Mas não dá para apagar incêndio com gasolina. Mas não tem interesse nenhum do PSDB em fazer discussão do *impeachment* para ocupar o poder. Porque, se a Presidente for impedida do seu mandato, quem assume é o Vice-Presidente da República, que é do PMDB. Então, vamos colocar luz nessa discussão para que a sociedade fique muito atenta. O que nos estamos fazendo, sim, é defendendo o povo brasileiro. Disso não abrimos mão.

Queremos serviços, queremos planejamento, queremos honestidade e queremos ética e queremos mudança nessa prática política que está envelhecida. O modelo da ação política no Brasil envelheceu e precisa de uma transformação, e o PSDB tem propostas para essa mudança e tem sintonia com a sociedade brasileira para que, pela via democrática, nós possamos fazer as mudanças que o Brasil tanto precisa.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Ilustre Senador, só uma consideração, que eu me permitiria fazer, pedindo ao nosso Senador Valdir Raupp, que deve fazer uma comunicação especial à Casa.

Eu queria, inicialmente, contraditar ao que V. Ex^a aqui diz.

Conheço muito bem, lembro-me, era Secretário de Planejamento do Estado do Piauí, quando V. Ex^a era Superintendente da Sudene. E eu dizia, àquela época, pelo conhecimento, pela vocação política de V. Ex^a, há mais de 22 anos, que V. Ex^a seria governador da Paraíba, e o fez. Chegou lá, pela inteligência, pela bravura, pelo passado, pela herança política de seu pai, que eu conheci, um grande poeta, uma das grandes revelações do Nordeste, mas, permita-me, esta Casa é a Casa da Federação, é a Casa da moderação, é a Casa de ex-governadores, como eu vejo V. Ex^a, da tribuna, e vejo ali o nosso querido Senador Valdir Raupp, dois ex-governadores.

Conheci, tive oportunidade de conviver com a Presidente da República, Dilma Rousseff, com quem viajei daqui para Teresina, no segundo turno. Dói em mim ouvir assim dizer que a nossa Presidente é mentirosa. Dói-me também ver e ouvir, creditar o que está acontecendo em algumas instituições, creditar a ela a responsabilidade. E vejo nela aquela mulher lutadora, que lutou, como V. Ex^a, como o Senador Raupp e muitos outros brilhantes Senadores e Senadoras desta Casa, para que nós pudéssemos estar aqui com todo esse espírito de grandeza democrática.

Realmente, eu espero, principalmente quando acabo de chegar a esta Casa – é a segunda semana de trabalho, não vou dizer que estou decepcionado com o que estou ouvindo aqui dentro –, mas o que eu espero é que nós, que constituímos esta Casa da Federação, tenhamos o equilíbrio necessário para reencontrar, para buscar soluções. Soluções que a democracia exige. Eu sei, compreendo V. Ex^a como Líder de um Partido que também contribuiu para que nós voltássemos ao Estado democrático de direito e para que todos nós buscássemos a compreensão, as grandes soluções que a Nação, que o povo politicamente organizado está a exigir.

De outra parte, com meus quase 50 anos de serviço público – completos agora no dia 16 de abril –, eu nunca vi instituições ligadas ao Judiciário, ao Ministério Público, à Polícia Federal e a outros órgãos controladores apurarem um fato como está sendo apurado agora na Petrobras.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – É porque não havia os escândalos da Petrobras, Presidente, perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Não, eu queria apenas fazer um discurso de contradição. Quero apenas fazer essa colocação e que nós tenhamos a moderação necessária para buscarmos, democraticamente, civilizadamente, a grande saída, que, no meu entendimento, é o que a Nação quer. Eu não vejo motivo... *Impeachment*? Qual é o fato que a lei, a Constituição exige para que aqui se caracterize o *impeachment*? Eu não vejo.

Então, eu espero desta Casa, com os meus 50 anos de serviço público que cheguei aqui no Senado, com a manifestação de 62% dos votos válidos para Senador da República do Estado do Piauí, é que nós busquemos o entendimento, o diálogo, porque esta é a Casa, no meu entendimento, responsável pela Federação. Que nós encontremos...

Eu tenho certeza de que – V. Ex^a, com a inteligência... Já governou o Estado por duas vezes... E muitos outros aqui o fizeram – nós buscaremos uma saída. E, sinceramente, não sou nem de dizer que a nossa Presidente mentiu, que a nossa Presidente é a responsável direta por algum problema que está acontecendo na Petrobras. Eu não entendo assim. É apenas uma colocação, com a devida permissão de V. Ex^a, que eu não poderia deixar de fazer neste momento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, nós teremos outras oportunidades para prosseguir o debate. O Regimento não me permite polemizar com V. Ex^a, que está na Presidência dos trabalhos.

Temos divergências, temos oradores inscritos. Amanhã de manhã, estarei aqui e vamos continuar essa discussão, que interessa ao povo brasileiro. Mas que mentiu, mentiu.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Eu passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para uma comunicação especial.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, antes de entrar no meu pronunciamento sobre uma portaria baixada pelo Ministério do Meio Ambiente, que causou uma confusão tremenda, sobretudo na Amazônia Legal, no norte do País, sobre a extração de madeira, eu ainda queria fazer uma pequena referência aqui a um fato que eu esqueci, num aparte que me concedeu o nobre Líder do PSDB, o Senador Cássio Cunha Lima.

É que, nos últimos 12 anos, o Brasil avançou muito. É bem verdade, que, neste momento, estamos vivendo uma pequena crise, como muitos outros países no mundo também estão vivendo e viveram no passado. Mas nunca se avançou tanto nas conquistas sociais como se avançou no governo do Presidente Lula e nos quatro anos da Presidente Dilma, com a parceria do PMDB e de tantos outros Partidos da Base aliada. É bom lembrar esses fatos.

Foram mais de 40 milhões de brasileiros que saíram da pobreza e ascenderam a classes mais altas. E já era esperado também que as pessoas, quando melhoram o padrão de vida, passam a ser mais exigentes. E é isso que está acontecendo neste momento. Agora, negar que o Brasil avançou nesses últimos 12 anos é negar a própria história.

Quarenta milhões de pessoas saíram da linha da miséria e da pobreza e houve o aumento do emprego. É claro que, como foi dito aqui pelo Líder do PSDB, no governo Fernando Henrique Cardoso ainda... Não no governo do Fernando Henrique, mas ainda no governo do Itamar Franco, quando sucedeu o governo Fernando Collor de Melo, é que começou o combate à inflação abaixo dos juros com o Plano Real. No governo Itamar Franco, que, depois, foi seguido pelo governo Fernando Henrique, e foi dada continuidade aos avanços no governo do Presidente Lula. Então, nós não podemos negar esse fato da história.

A taxa de desemprego é, ainda hoje, uma das menores da nossa história. Apesar dessa pequena crise que está sendo alardeada, a taxa de desemprego é uma das menores da nossa história. As pessoas continuam no mercado de trabalho. Os salários melhoraram.

Eu lembro que o Paulo Paim, quando era Deputado Federal, Sr. Presidente, e todos nós, principalmente a oposição, naquela época, brigávamos e defendíamos um salário de, pelo menos, US\$100 – queríamos que o salário mínimo chegasse a US\$100. Hoje, o salário mínimo ultrapassa US\$300. Então, avançamos, e avançamos muito na renda do brasileiro. Era só esse fato que eu queria registrar.

E quero dizer, mais uma vez, que não há, de maneira nenhuma, clima para *impeachment*. Talvez a oposição esteja arrependida de, em 2005, não ter aproveitado aquele momento de crise também do Presidente Lula para pedir o seu *impeachment*, como estão querendo fazer agora. Só que, naquela época, teria sido um grande erro também, porque não havia clima para *impeachment*. O Presidente Lula se recuperou rapidamente, se reelegeu e fez um grande governo, um dos maiores governos da história do nosso País. Quem sabe não poderá acontecer a mesma coisa agora com a Presidente Dilma? Daqui a alguns meses, recupera a economia, continua a geração de emprego e renda das pessoas, e volta a reinar a paz. Então, não é o momento, de maneira nenhuma, para pedir *impeachment* da Presidente, para falar nisso.

Sou do PMDB, Partido também do Vice-Presidente da República, como falou o Líder do PSDB, mas nós não estamos, de maneira nenhuma, interessados em *impeachment* da Presidente. Estamos interessados, sim, em ajudar a Nação, em ajudar o Governo a fazer o Brasil dar certo, melhorar a economia, melhorar a renda das famílias e continuar com a geração de emprego forte, como temos até agora.

Entro, agora, Sr. Presidente, no meu pronunciamento sobre a medida que o Ministério do Meio Ambiente tomou há poucos dias.

Aqui mesmo, desta tribuna, na última sexta-feira, comentei sobre a portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 443, datada de 17 de dezembro de 2014. Sob o pretexto de proteger espécies ameaçadas de extinção da flora nativa brasileira, a referida portaria instituiu uma tremenda insegurança jurídica no setor de extração madeireira, fundamental para os Estados da Região Norte, especialmente o meu Estado de Rondônia.

Com o objetivo de dirimir as dúvidas, pedi à Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, uma reunião com o setor madeireiro dos Estados envolvidos, principalmente o de Rondônia.

A reunião ocorreu na noite de ontem, com a presença do setor madeireiro das regiões Norte e Centro-Oeste, quando foi discutida a revogação da Portaria n.º 433/2014, do próprio Ministério, que proíbe a coleta, corte, transporte, armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização de seis espécies por risco de extinção: a itaúba, a garapeira, o jatobá, o cerejeira, o jequitibá, o cedro e o canelão, nos Estados da Amazônia Legal.

Diante da informação de que a aplicação dessa portaria iria gerar grandes transtornos ao setor da indústria florestal, o que se obteve, para o alívio de todos, é que houve uma má interpretação da portaria. Houve uma má interpretação dessa medida do Ministério do Meio Ambiente

De acordo com a Ministra, os Planos de Manejo protocolados nos órgãos ambientais dos Estados estão valendo pelos próximos 25 anos. A extração das espécies de madeira com risco de extinção não está proibida, para os planos de manejo existentes, em vigor, para os planos de manejo protocolados, já, nos órgãos ambientais, seja nas secretarias de meio ambiente, seja nas seções do Ibama nos Estados.

Se a extração da madeira segue um manejo florestal aprovado pelos órgãos ambientais dos Estados, visando à preservação das espécies com risco de extinção, não há como proibir a extração de madeira das espécies relacionadas na lista, explicou a Ministra para os presentes na reunião de ontem à noite, onde estavam presentes Rondônia, Mato Grosso, Pará, Acre e outros.

Com relação aos próximos planos de manejo, ficará reservado um percentual maior – a ser definido – de árvores matrizes, ou seja, as sementeiras para a produção futura, porque no plano de manejo, em cada hectare, tem que deixar algumas árvores, para que as sementes possam ser levadas pelo vento ou pelos pássaros, para que possam continuar a perpetuação das espécies.

Assegurou a Ministra que o setor madeireiro pode ficar tranquilo, pois a portaria não vai gerar desemprego nas Regiões Norte e Centro Oeste, cuja indústria do setor florestal emprega uma mão de obra bastante expressiva.

A Ministra também assumiu o compromisso com o setor madeireiro de criar um grupo de trabalho formado por representantes do setor e do Ministério, para estabelecer um canal de interlocução permanente, visando a eliminar esses ruídos na comunicação entre os setores madeireiro e governamental. Porque o que aconteceu não foi nada mais que um ruído de informação, e sabemos que o ruído de informação é a pior coisa que existe. Causa pânico, convulsão, e foi isso que aconteceu com esse ruído dessa portaria.

Também ficou definido que o Ministério do Meio Ambiente publicará uma nova portaria esclarecendo a Portaria 433, explicando que não há essa proibição da extração das madeiras em extinção, conforme entendimento errôneo dos órgãos ambientais, como Ibama e secretarias estaduais do meio ambiente, e até por parte dos madeireiros.

Essa nova norma vai impedir que a Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos de controle, por exemplo, apreendam os caminhões que transportam madeira legalizada, o que vem ocorrendo desde a publicação da Portaria 433, segundo denunciaram os representantes da indústria madeireira.

Foi uma reunião muito importante e positiva para o setor produtivo, especialmente da Região Norte. E nesse sentido, destaco o Estado de Rondônia, que tem cerca de 400 indústrias do setor e gera emprego e renda para a população.

Na audiência com a Ministra Izabella Teixeira, estavam representantes da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero), como José Marcondes Cerrutti, Avalone Sossai e Paulo, que acompanharam atentamente as explanações da Ministra. E dessa forma estão, neste momento, no dia de hoje, disseminando essas informações para as indústrias madeireiras do Estado de Rondônia.

Lembro que esse setor de base florestal é muito importante para os Estados da Amazônia Legal e que os empresários só querem cumprir as determinações legais.

O plano de manejo não afeta o meio ambiente, ele gera divisas, gera renda, gera empregos. O corte raso, sim, o corte raso prejudica o meio ambiente. E nós somos radicalmente contra o desmatamento ilegal. Ainda há alguns poucos desmatamentos legais, com autorização dos órgãos ambientais, que ainda poderão ser feitos, mas muitos poucos na Amazônia.

A Amazônia preserva 83% das nossas florestas. Os nove Estados da Amazônia Legal, que correspondem, Sr. Presidente, a 61% do Território nacional, preservam hoje 83% das suas florestas. No todo, na Amazônia Legal, nestes nove Estados, repito, só desmataram 17%. Nós ainda estamos preservando 83% das nossas florestas amazônicas. Portanto, os planos de manejo não agridem, de maneira nenhuma, o meio ambiente.

Destaco, ainda, que duas das concessões para extração de madeira das espécies incluídas na portaria ocorreram em Rondônia, nas florestas nacionais do Jamari, pioneira nessa modalidade, com contrato vigente por 40 anos, a partir de finais de 2008, e de Jacundá, que é uma outra floresta, essa de meados de 2013. São contratos federais válidos, que permitem a utilização daquelas madeiras que citei há pouco, em cuidadoso regime de manejo florestal. Neste momento, existe madeira armazenada em diferentes fases de processamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de Rondônia tem feito um notável esforço no sentido de regularizar e enquadrar as atividades econômicas extrativistas. O próprio Governo Federal reconhece que a maneira correta de abordar o problema do desmatamento é pela via do combate à informalidade, do aumento do controle sobre os agentes econômicos envolvidos e da regularização e atualização de informações.

Rondônia é o Estado da Região Norte que mais avançou na implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com regularização de 62,31 % das propriedades, segundo dados do próprio Ministério.

O Governo do Estado de Rondônia tem se esforçado para dar mais transparência, segurança e rapidez aos processos de licenciamento ambiental sob sua responsabilidade. Neste momento, eu parabeno o Governador Confúcio Moura por ter colocado todos os seus órgãos – a Secretaria de Meio Ambiente, da Agricultura e outros – a serviço desse cadastramento, ajudando o Governo Federal.

A atividade madeireira é fundamental para os Estados do Norte. Rondônia é o terceiro maior produtor nacional de madeira, atrás apenas do Pará e do Mato Grosso, respondendo por 15% da produção nacional. É um setor que gera, só no meu Estado, algo em torno de 35 mil empregos diretos e indiretos.

A madeira foi, até o ano de 2013, o principal produto rondoniense, só recentemente suplantado no PIB estadual pela atividade agropecuária. Fundamental como gerador de empregos, renda e tributos, é um setor que se modernizou, respondendo aos anseios nacionais e internacionais, abandonando as práticas predatórias e investindo em manejo, tecnologia, certificação e recuperação de áreas. Certamente, é um setor que não pode ficar flutuando ao sabor dos entendimentos e desentendimentos das áreas técnicas dos ministérios federais.

Encerro reafirmando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu compromisso com o desenvolvimento econômico sustentável, que não condena a Região Norte ao atraso, nem rompe nossa responsabilidade com as gerações futuras sobre o meio ambiente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

V. Ex^a deseja um aparte? Concedo, com muito prazer, desculpa, um aparte ao Senador Raimundo Lira.

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valdir Raupp, nosso Presidente do PMDB, é um prazer apartear V. Ex^a e dizer que a sua história política tem sido defender, de forma efetiva, objetiva e permanente, esse grande recurso natural que é a floresta Amazônica, não só no seu Estado de Rondônia, mas também em toda região Amazônica. Verificamos agora que, segundo estudos científicos de pessoas especializadas na área do clima e meio ambiente, a redução da cobertura vegetal da Amazônia vai reduzir também as chuvas na região leste, acarretando, de forma permanente, essa crise hídrica que a região mais rica do Brasil está atravessando. V. Ex^a defende que esses recursos devem ser usados de forma racional, respeitando todas as normas existentes e todas as teses do meio ambiente, e sejam um meio econômico, com a preservação da floresta amazônica no seu Estado, Rondônia, e em toda região. Portanto, parabênizo V. Ex^a por essa luta que não é de hoje, mas uma luta permanente de muito tempo. Não só seu Estado precisa que essa luta continue, mas, sobretudo, hoje, a região leste, que está sofrendo um grande problema com essa dificuldade hídrica dos Estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a pela contribuição. Peço à Mesa que incorpore o aparte do nobre Senador Raimundo Lira a meu pronunciamento.

Realmente, é verdade que a Amazônia tem contribuído muito para o clima do Sudeste, do Centro-Oeste e de outras regiões do Brasil. Quando as chuvas se concentram, como no ano passado, em que houve a maior enchente da história do Norte do Brasil, sobretudo em Rondônia, com várias cidades isoladas – o Acre ficou isolado, mas neste ano, espero, tenho confiança em Deus de que não vai se repetir a mesma enchente –, naquele ano houve um represamento das chuvas naquela região da Amazônia, na Bolívia e no Peru, e faltou chuva nesta região. Mas foi um fenômeno atípico que não deve se repetir nos anos seguintes. Realmente, a Amazônia tem sido muito importante para outras regiões do Brasil. Se depender de mim, vou continuar nesta luta defendendo a integridade, a soberania e o meio ambiente da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Senador Valdir Raupp, agradecemos as palavras de V. Ex^a, ao tempo que consideramos oportuna e também pertinente a comunicação especial feita aqui, nesta noite.

Concedo a palavra, pela Liderança do PSOL, ao nosso jovem Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Meu caríssimo Presidente, Srs. Senadores, todos que nos ouvem e nos assistem pela Rádio Senado e pela TV Senado, no final do ano de 2014, o Governo editou duas medidas provisórias que nos chamam diretamente a atenção e que têm sido motivo, já antecipadamente, antes mesmo de elas chegarem ao Congresso, de preocupação nossa e de debate entre os Parlamentares. Trata-se das Medidas Provisórias nºs 664 e 665.

A MP nº 664 amplia carências e modifica a forma de cálculo de uma série de benefícios devidos aos trabalhadores, pensionistas e aposentados, como a pensão por morte e o auxílio-doença. A outra medida, a de número 665, restringe abruptamente, na nossa avaliação, o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial e ao seguro defeso.

É verdade, Presidente, que nós vivemos, nós vamos entrar em um ciclo, em uma fase difícil da economia internacional e que terá reflexos na nossa economia. A dependência nossa de *commodities*, há anos, há décadas, faz com que, no último período, a regressão da economia americana, da economia europeia e a redução do clima, ou melhor, da velocidade de crescimento da economia chinesa tragam consequências para a economia, que impõe a necessidade de se debater medidas restritivas para a economia.

Isso não é surpresa e talvez por conta disso a Presidente tenha escolhido o Ministro Joaquim Levy. Agora, o que para nós é surpresa, o que nos entristece, o que nos coloca em local oposto é a opção escolhida. Não foi essa a opção anunciada pelo Governo da Presidente Dilma quando candidata no segundo turno. E não é uma política econômica ortodoxa que, no nosso entender, será a salvação dos males e dos problemas da nossa economia.

Aliás, Sr. Presidente, neste momento, é importante nós firmarmos... Eu quero destacar a posição que o PSOL assumiu nesta semana, anunciando que para a crise econômica a saída não pode ser medidas ortodoxas e medidas de ataques a direitos trabalhistas historicamente conquistados, a direitos previdenciários, a retirada de direitos.

Nós entendemos que a saída não é a retirada de direitos históricos conquistados pelos trabalhadores, como é o caso do seguro-desemprego, como é o caso do auxílio-doença. O seguro-desemprego, inclusive, Sr. Presidente, é uma conquista consolidada na Constituição de 1988, resultado de lutas históricas dos trabalhadores brasileiros, e sua reivindicação remonta ao período da CLT, nos anos 40.

Achamos que a fatura dessa crise econômica pode ter alternativas diferentes, que não foram apontadas pelo Governo. Esse pacote de ajuste fiscal, no nosso entender, vai atingir a base social que, inclusive, votou na Presidente Dilma no segundo turno. Foi no segundo turno da eleição presidencial, quando o Brasil estava colocado diante de duas alternativas, que a Presidente apontou para um governo mais progressista, mais avançado no sentido das conquistas dos direitos trabalhistas. Mas o que aconteceu, Sr. Presidente? Os movimentos sociais foram às ruas; os trabalhadores tomaram as ruas, os setores sociais progressistas do País tomaram as ruas convencidos de que um segundo governo da Presidente avançaria mais na direção do diálogo com essas aspirações.

No entanto, essas medidas vão na contramão do discurso que levou à reeleição da Presidente. Vão na contramão, eu diria, do caminho histórico. Estou no PSOL, mas o caminho histórico da formação do próprio Partido dos Trabalhadores não são essas medidas. Eu diria que essas medidas são mais restritivas a direitos do que a própria reforma da Previdência, que foi encaminhada ao Congresso Nacional em 2003, ainda no primeiro Governo do PT, no Governo do Presidente Lula. E isso nos surpreende.

Hoje, vi nos jornais que o Governo pensa em recuar devido à reação do próprio Partido dos Trabalhadores e das centrais sindicais em relação a algumas dessas medidas. Tomara! Tomara que assim seja e comecemos a dialogar sobre outro tipo de medida necessária que se tenha no Congresso Nacional.

Ora, por que, para melhorar o caixa do Governo, não se debate, por exemplo, aqui no Congresso Nacional, o único tributo, o único imposto, que não foi regulado na Constituição, aquele que consta do art. 153, inciso III, da Constituição, um dos primeiros tributos que constam da nossa Constituição desde 1988? Estamos no alvorecer de 2015, mais de 25 anos após a promulgação da Constituição de 1988, e esse tributo ainda não foi regulamentado, que é o Imposto sobre Grandes Fortunas. E aí, toda vez que há uma crise econômica, toda vez que é preciso melhorar o caixa do Governo, aperta-se o lado mais fraco, o lado dos trabalhadores, o lado dos que mais precisam. E o Imposto sobre Grandes Fortunas encontra-se há 26 anos sem ser regulamentado. É medo de quê? É intimidação pelo quê?

O Governo tem de dar passos adiante, ele tem de mudar o foco. O Sr. Ministro da Fazenda não pode ter como foco o direito dos trabalhadores. O foco tem de ser regular aqueles que são mais abastados e que só têm acumulado riqueza na história do País. Na história do País, no século XX, os dados são astronômicos.

Veja, Sr. Presidente, essa discussão não é somente uma discussão retórica. É uma discussão em que eu quero trazer alguns números. Se o imposto sobre os mais ricos estivesse sendo cobrado já, hoje, atenderia mais da metade dos 20 bilhões que o Governo pretende arrecadar com esse pacote que penaliza os mais pobres e os trabalhadores. Ou seja, se nós já tivéssemos um imposto sobre os mais ricos, se já tivéssemos o Imposto sobre Grandes Fortunas, estaríamos arrecadando mais para o caixa do Governo, e não precisaria dessa medida.

Estou falando de uma medida socializante, de repúblicas socialistas? Não. Estou falando de um tipo de tributo que existe em países capitalistas, como os Estados Unidos e em vários países da Europa.

Os ricos, intocados pelo Fisco no Brasil, segundo relatório de 2014 do banco Credit Suisse, com sede em Zurique, na Suíça, seriam cerca de 1,9 mil pessoas, aqueles que seriam atingidos por esse tributo.

Eles têm um patrimônio líquido superior a US\$50 milhões, cerca de R\$130 milhões. O *site* Carta Maior elastece mais esse dado para nós, Sr. Presidente, meu caríssimo Senador Medeiros. Ele estima que 10 mil famílias no Brasil se enquadram na moldura das grandes fortunas, aqueles que seriam atingidos por esse tributo. Nesse universo privilegiado de 10 mil famílias no Brasil, a metade delas – ou seja, cinco mil famílias – teria um patrimônio somado equivalente a 40% do Produto Interno Bruto do Brasil – 40% do PIB brasileiro.

A sétima maior economia do mundo representa uma riqueza de US\$2,24 trilhões. Ou seja – repito, correspondem a US\$2,24 trilhões –, por este cálculo, cerca de US\$900 bilhões estariam concentrados nas mãos dessas cinco mil famílias, que poderiam dar um quinhão muito maior de contribuição no combate à desigualdade de renda.

Veja: são US\$900 bilhões, que constam do patrimônio dessas cinco mil famílias, que não são taxados, tributados; e, aí, encaminham para nós um pacote de ajuste fiscal que vai restringir a pensão por morte, o auxílio-doença, o seguro-desemprego, o abono salarial e o seguro defeso.

Sim, alguns podem argumentar, *lato sensu*: “É preciso corrigir distorções”. Vamos corrigir essas distorções, inclusive administrativas. As irregularidades que porventura existam no seguro defeso ou as irregularidades que porventura existam no seguro-desemprego se combate com fiscalização e com polícia, e não com redução do direito.

Fico feliz que hoje tenha havido um aceno por parte do Governo em modificar o teor dessas medidas provisórias. Eu quero propor: vamos adiante. É lógico que temos que mudar. O Governo argumenta que é necessário melhorar o seu caixa. Então, vamos adiante. E não vai ser penalizando estes. Eu acabo de apresentar, aqui, um exemplo de dispositivo constitucional, do art. 153, inciso VI, da Constituição, que ainda não foi regulamentado.

Então, meu querido Senador Medeiros, que estreou este ano aqui no Senado e que contribuições têm sido prestadas a nós no debate político, e tem sido uma grata satisfação e surpresa para nós, eu quero conceder, com toda honra, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Agradeço, Senador, as belas palavras. Concordo com V. Ex^a. Às vezes, eu sinto que o Executivo, quando propõe alguma medida em termos de legislar mesmo e, às vezes, no processo legislativo, procura justificar algumas ações pelas exceções: “Não vamos poder fazer isso, porque, senão, alguém vai fraudar aqui.” Eu fico com aquela do pensador: “Ninguém defende o homem dele próprio.” O homem, quando quer burlar qualquer coisa, quer fazer qualquer coisa, ele vai fazer. E o senhor falou muito bem: para isso, existe a fiscalização, existem os tipos penais, existe todo um cabedal jurídico, todo um ordenamento jurídico. Então, eu concordo. Foi só para dizer para V. Ex^a que eu concordo totalmente com esse raciocínio. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Medeiros. Eu sei que V. Ex^a, aqui no Senado, inclusive, cumprirá um papel importante na contribuição a debates como este e na representação que V. Ex^a tem. V. Ex^a é policial rodoviário federal, e essa categoria tem uma importância vital para o nosso País. Então, com o maior prazer, incorporo o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, para concluir, digo que crise vem do grego, da palavra grega *krísis*, que tem o prefixo *kri*. Então, toda crise é também renascimento. Então, por isso, sou da máxima de que crise também é oportunidade. Neste momento de nossa história, eu acho que nós temos uma oportunidade única de reformar as nossas instituições e repensar a base da nossa economia, secularmente baseada na exportação de *commodities* e de exploração barata de mão de obra. É esta a base da nossa economia: exportação de *commodities* e exploração barata da mão de obra. Então, o primeiro passo para isso eu tenho certeza de que será não com medidas de – abre aspas – “ajuste fiscal” – fecha aspas, sacrificando os interesses e os direitos dos trabalhadores, mas, sim, com providências, com medidas que vão na direção daqueles que mais têm lucrado e acumulado riqueza neste País, que são, segundo dados que passei – reitero – cinco mil famílias. Basta tributar a minoria, que nós teremos a renda necessária no caixa do Estado brasileiro.

Eu quero, por fim, Sr. Presidente, destacar a minha divergência nesse aspecto – assim, nós temos divergência nesse aspecto. Espero que não avancem essas medidas e que o Governo escolha outro caminho para esse chamado ajuste fiscal, que o alvo não seja os trabalhadores.

E quero destacar aqui: neste momento, eu também concordo que não é ambiente. Acho que nós temos que aguardar um pouco mais, e não há ambiente político. Falar em *impeachment* em relação à Presidente da República recém-eleita? Uma Presidente da República que foi reempossada há dois meses e meio? É inadequado. Chega a representar uma ameaça à nossa tão fragilizada democracia.

Nós temos seis presidentes da República, cinco presidentes da República pós-redemocratização. Um procedimento neste momento não me parece ser o adequado, principalmente, Sr. Presidente, porque, daqui a pouco, o Procurador-Geral da República vai anunciar a lista das pessoas que foram denunciadas no processo de delação premiada pela então Operação Lava-Jato. Então, por que essa precipitação em relação à Presidente da República, se talvez outros membros, inclusive do Congresso Nacional, estejam citados nessa lista?

Eu estou convencido de que a posição que temos que adotar é de rigorosa investigação contra tudo, contra todos, seja quem for, esteja onde estiver. Rigorosa investigação. Apurar tudo contra quem quer que seja. Antecipar esse debate com a medida não me parece ser o adequado.

E espero que o Governo reveja, concretamente, o caminho em relação a esse pacote de medidas econômicas. A arrecadação do Governo está naqueles mais abastados e nos mais ricos, não naqueles que mais precisam.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradecemos as considerações e o tema trazido ao Plenário desta Casa, ao tempo em que passamos a palavra ao Senador José Medeiros, pela Liderança do PPS.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público aqui presente, amigos que nos assistem pela TV Senado, que nos ouvem pela TV Senado e que nos acompanham pelas redes sociais, é fora do tema que vou falar aqui, mas não posso deixar de comentar um pouco sobre o que o Senador Randolfe colocou aqui agora. Refiro-me à questão da oportunidade que a crise nos traz.

É certo que toda crise é oportunidade. Nós estamos agora, no Brasil, passando por uma dessas crises; crise política, crise econômica, alguns já dizem que estamos em recessão, e creio que seja a oportunidade para avançarmos. O Senador colocou muito bem aqui que nós vivemos basicamente de exportação de *commodities*. Hoje temos praticamente nossa balança comercial estruturada na exportação de *commodities*. Eu diria que a nossa galinha dos ovos de ouro é isso. E creio que estejamos cometendo um crime contra nós mesmos, um tiro no pé. Se a nossa galinha dos ovos de ouro é essa, devemos alimentá-la, devemos cuidar para que ela produza mais.

Entretanto, Sr. Presidente, nós vemos, de norte a sul no País, uma precariedade muito grande na nossa estrutura, na nossa infraestrutura, e, para que exportemos *commodities*, é preciso baixar custos para sermos competitivos lá fora.

Nosso País é continental, ele tem distâncias muito grandes. Nós temos Estados – cito como exemplo o meu, Mato Grosso – que, para levar uma carga de grãos de um ponto a outro, às vezes vão mais de dois mil quilômetros. Com a estrutura rodoviária que temos, com a escolha desses modais de transporte que nós temos no País, em que optamos por transportar isso tudo sobre rodas, encarece muito. Aliado a isso, as condições das estradas – as poucas estradas, aliás, não é verdade? E competimos com países como os Estados Unidos, por exemplo, que têm uma malha ferroviária dez vezes superior à nossa. O custo da tonelada de grãos que enviamos à China, por exemplo, torna-se muito alto, embora nossas condições climáticas, embora nossa capacidade de produção não seja menor; nossas condições climáticas são até melhores, e a nossa capacidade de produção não deixa a dever em nada. Nós avançamos muito na produtividade.

Mas esses gargalos infraestruturais tolem a nossa competitividade.

Eu disse aqui há poucos dias: em determinadas regiões do Estado de Mato Grosso, o produtor produz uma carga de milho e, para levá-la até o porto, ele gasta outra com frete. E, com isso, o País tem que fazer subsídio, com esses prêmios, e gasta quase um bilhão por ano para diminuir esses prejuízos; do contrário, ninguém produziria. Então, é esse parêntese que eu gostaria de fazer aqui sobre o que o Senador Randolfe falou, porque foi muito oportuno.

E estamos agora numa crise que se avizinha – que se avizinha não, que já está aí – e temos oportunidade de levantar tudo isso. Até porque, quando se fala nessas operações, não estamos falando só de um problema policial, de um problema jurídico; nós estamos falando de um País todo praticamente parando, porque essas empresas todas que estão envolvidas nessa Operação Lava Jato são as mesmas que estão com a maioria das estradas, fazendo lotes de asfaltamento. Isso tem um impacto lá. E não se trata só de um caso moral ou de um caso policial, como disse, mas trata-se da vida do nosso País. E essa crise é o momento de vermos tudo isso, de vermos o quanto, às vezes, de um fato isolado, o País todo fica à mercê.

Então, Sr. Presidente, começando a minha fala que eu tinha preparado e que tem que ver com isso, é justamente sobre este momento em que o País está praticamente com a sua agenda focada só no assunto Petrobras. Não vamos diminuir a Petrobras, é a nossa principal empresa, empresa que já teve campanhas até da época de outros governos, em período mais sombrio, em que se fazia a propaganda “O petróleo é nosso”, até com certo ufanismo.

O certo é que o brasileiro tem um carinho especial pela Petrobras. É certo que ela já foi, em determinados momentos, até, eu diria, fator importante no debate eleitoral. A discussão era se se privatizava ou se não se privatizava a Petrobras, o que foi motivo de muita retórica. Mas estamos agora num momento em que falar da Petrobras não nos orgulha, ou seja, foi uma empresa que sempre nos orgulhou, mas, neste momento, não é um orgulho falar no que está acontecendo ali.

Então, Sr. Presidente, na conquista do Estado democrático de direito, o amadurecimento das instituições é um processo lento e gradual, que nos requer, a todo dia, o mais austero cuidado e a mais pertinaz vigilância.

Isso porque, nas sociedades em geral, assim como no ser humano em particular, os hábitos se constroem a partir da prática de atos reincidentes, que, por sua vez, alimentam um sistema de crenças e de comportamentos condicionados cujo padrão tende a se repetir.

No que concerne à cultura política, quando se descuida do necessário balizamento moral, tal padrão se deturpa, o que não raro resulta na perda dos referenciais de legalidade e na sanha patrimonialista que teima em entranhar-se na mentalidade e na postura de muitos agentes públicos do nosso País. Para resumir esse parágrafo, eu diria: o afrouxamento moral, essa que é a verdade.

Tal como ocorreu no escândalo do mensalão, revivemos hoje, ante o escândalo da Petrobras, prontamente apelidado de petrolão, mais um exemplo do potencial destrutivo da corrupção.

Não bastassem o profundo desfalque financeiro, cujo fim não é nem possível divisar, e a perda do desempenho e da credibilidade da Petrobras no mercado, o complexo esquema de corrupção gestado e desenvolvido nos mais altos escalões da empresa ainda produz um efeito contraproducente no processo do debate político.

Desde que se afunilaram as investigações da Operação Lava Jato, a sensação que temos é que o debate público em nosso País gravita unicamente em torno desse mesmo tema. Verdadeiro “samba de uma nota só”, cuja plateia vai se dividindo em grau cada vez mais alto de acirramento.

É certo que um assunto de tamanha magnitude e gravidade há de ocupar a pauta nacional, e suas respectivas notícias devem ser amplamente divulgadas para a população. E cada vez mais! Nesse sentido, concordo plenamente com o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, agora aposentado, Ministro Ayres Britto, ao afirmar que é preciso excomungar “a ruínosa cultura do biombo, do bastidor, pois a silhueta da verdade só se assenta em vestidos transparentes”.

O que considero pouco produtivo, para não dizer deletério, ao País é justamente o contrário. Falo da tentativa de se politizar o tema e desconectá-lo de suas raízes eminentemente jurídicas, penais e criminais.

O que tenho percebido é um esforço em virar o jogo jurídico pelo argumento político-ideológico. Verdadeira cortina de fumaça, que nada mais é do que um improvisado biombo para esconder os delitos sobre a investigação.

E aqui faço um parêntese, Sr. Presidente. Alguns Senadores me pediram e assinei a CPI da Petrobras, mas até espero que ela não saia, e explico o porquê. As investigações do Ministério Público e da equipe do juiz Sérgio Moro estão tão avançadas e estão caminhando, a meu ver, ao meu sentir, tão bem que, ao trazermos para esta Casa novamente esse assunto, só se iriam acirrar os debates ideológicos e políticos de cada lado e talvez até se estragasse o serviço tão bem feito que está sendo executado por essa equipe.

É esse o discurso que procura atribuir ao regular desenvolvimento de um processo criminal a pecha de golpismo. Se, por um lado, entendo que o País não deve parar e ficar à mercê do desfecho da Lava Jato, por outro, acredito que o caso requer a mais detida atenção e empenho das instituições competentes. E, por isso, repito: talvez politizar o caso atrapalhe mais o País do que ajude.

O que se trata aqui é de cumprir o ordenamento jurídico, apurar e punir, sob o rigor da Constituição e das leis pertinentes, todo e qualquer episódio de ataque ao patrimônio público, seja do mais simples funcionário ao mais alto funcionário. Os desvios daqueles que lidam com a coisa pública devem ser intransigentemente sancionados. Do mais simples servidor ao mais destacado agente político, sem distinção.

No Estado democrático de direito em que vivemos, todos se submetem, igualmente, aos ditames da lei. Submissão permanente, ainda que apenas temporariamente experimentem o poder aqueles que dirigem a Nação.

Nesse sentido, também considero descabida a tentativa de, praticamente, “criminalizar” os debates sobre *impeachment*. É certo que não há qualquer fato na investigação atual que ligue a Presidenta Dilma à corrupção na Petrobras.

E aqui faço mais um parêntese. Não a conheço pessoalmente, encontrei poucas vezes a Presidente, mas, pela sua história, faço minhas as palavras de um Senador que esteve aqui e que agora me esqueci do nome dele: não consigo ver, não consigo enxergar as digitais da Presidente nesse imbróglio todo. Não considero. E digo aqui que sou um Parlamentar de oposição, mas não consigo ver. Sempre a vi como uma técnica trabalhadeira e competente.

Entretanto, Sr. Presidente, como disse, não podemos esquecer que o *impeachment* é figura jurídica prevista em nosso ordenamento. Trata-se de indispensável e essencial mecanismo de autopreservação da soberania popular e, como disse bem o Senador Randolfe aqui, não há nenhum fato até agora que ligue a Presidente a isso, não há, nem de nenhum membro desta Casa – está-se falando que o Ministério Público vai apresentar uma lista. Mas, obviamente, se amanhã ou depois se chegasse à conclusão de que foi ligado ao Planalto, está ligado, não nos devemos assustar, porque a figura do *impeachment* acontece todos os dias e talvez hoje esteja acontecendo em alguma repartição pública, porque o *impeachment* significa impedimento, que, trocando em miúdos, é o popular afastamento.

Isso acontece com o funcionário. Eu sou funcionário público há 20 anos e cansei de ver isso acontecer nas esferas. Quando um fato liga um funcionário público, um servidor público, a qualquer deslize ou mesmo que haja apenas indícios, geralmente, sem muita cerimônia, sem muito constrangimento, afasta-se esse servidor.

Então, nós não podemos compactuar com que nós tenhamos servidores de diferentes – eu diria – classes. Nós temos servidor público, seja ele Presidente da República ou qualquer um outro, e pau que bate em Chico tem que bater em Francisco. Mas, repito, não vimos até agora fato que justifique.

Mas não temos como... Cada vez mais, a população brasileira está antenada com o debate político e, às vezes, já se adianta. E, quando começa um fato desse, já se fala em afastamento, não é verdade?

Enfim, não se trata de campanha revanchista. Também não concordo com isso de dizer que é uma campanha revanchista o terceiro tempo eleitoral. Acho que se trata de tema institucional.

Nós participamos de uma campanha em que o nosso candidato não foi eleito, e nós temos que respeitar as instituições democráticas, temos que respeitar o processo democrático, mas não podemos compactuar e dizer que está havendo uma manifestação política por parte dos partidos que não compuseram a base da Presidente Dilma; que há um levante, um golpismo ou alguma coisa nesse sentido. Não compactuo com essa ideia, até porque – vou fazer a *mea culpa* – eu acredito que, nos tempos do Presidente Lula, desde que o PT assumiu o poder, transitou em águas tranquilas, em céu de brigadeiro, sem uma oposição, vamos dizer assim, que lhe desse trabalho. E vou falar uma coisa aqui, de quem tem experiência própria, porque iniciei a política dentro do PT: se fosse o PT que estivesse neste momento, perdoe-me o palavreado aqui, mas o couro estava comendo, porque, se há uma coisa em que o PT é competente, é fazendo oposição.

Acredito, Sr. Presidente, que não há, até o presente momento, base para o *impeachment* da nossa Presidente. Mas não posso, como disse, compactuar com a abominação em tese, o tolhimento e a execração pública dessa figura que faz parte da nossa Constituição, que faz parte do nosso arranjo jurídico institucional e exerce o mais encarecido papel moralizante. Se não, daqui a pouco, vamos começar a confundir as figuras constitucionais com golpe e isso é confundir, isso não é ser honesto com a opinião pública.

Eu acredito firmemente na Justiça Federal e no Ministério Público. Creio que o antídoto da corrupção é a efetiva aplicação da lei. Portanto, acompanhamos atentamente o desenrolar da operação Lava Jato, mas não paralisemos os nossos esforços em prol da educação, da saúde, da segurança e de tantos outros temas essenciais para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo, porque, no momento em que a gente ficar nesse samba de uma nota só – “Petrobras; Petrobras; Lava Jato; Lava Jato” –, nós vamos estar com o País praticamente parado.

Eu me preocupo e até faço um apelo ao Palácio do Planalto, para que possa ter um Plano B, vamos dizer assim, porque nós já sentimos os efeitos. Em Mato Grosso, por exemplo, eu já tenho notícia de que, no principal corredor, que é a BR-364, um dos principais corredores, o avanço das obras de duplicação já começa a diminuir. Algumas empresas que estão lá, estariam arroladas nessa operação, e sabe-se lá por qual motivo as obras diminuíram a velocidade.

Isso é a preocupação de que o País pare e fique só nessa agenda. E creio que esta Casa e o próprio Executivo têm uma responsabilidade muito grande, porque nós não podemos nos esquecer de que os problemas existem em qualquer governo, mas nós temos que ver sobre o que este momento diz sobre a nossa vida como País. Nós não estamos aqui sozinhos, nós temos competidores.

O mundo hoje está mais do que competitivo. A tecnologia está numa velocidade imensa, as informações correm em uma velocidade da luz. E todos estão sabendo, o mundo inteiro está sabendo que nós estamos parados – esse grande País está parado, porque houve corrupção em uma de suas empresas.

E essa é a mensagem, Sr. Presidente, que fica aqui. E eu deixo um desafio: será que seremos capazes, como Legislativo, de fazer frente a esse embate que nos apareceu que parece que é um grande fantasma, mas que, na verdade, não é tão grande? Será que nós vamos conseguir, como Parlamentares, dar resposta a esse povo que está com alta carga tributária, que está sofrendo e que ainda tem que, ao mesmo tempo, ver sua classe política praticamente parada e tocando essa música repetitiva? Essa é a pergunta que eu deixo aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E desejo bom Carnaval a todos!

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Queria congratular-me com o meu nobre companheiro, Senador, pela contribuição que está trazendo a esta Casa, primeiro, com relação ao seu grande Estado, o qual podemos considerar como um dos maiores exportadores de grãos e carne do Brasil; e também quanto ao fato de que falta de infraestrutura e os esforços que têm sido feitos ainda não atendem à demanda do próprio Estado e dos setores produtivos.

E também gostaria de registrar que integro um bloco aqui no Senado – que tem um dos dois Senadores colegas seus, o Blairo Maggi e o nosso Wellington Fagundes –, que tem insistido nas nossas reuniões semanais e tem trazido para esta Casa os problemas que V. Ex^a, embora não sendo da área, com muita competência, traz aqui para o conhecimento não só do Senado, mas de todo o Brasil, inclusive clamando pela urgente necessidade de retomar essas obras que estão em ritmo de desaceleração.

De outra parte, o que nós esperamos, com o desenvolvimento da nossa tecnologia e da inteligência do povo do seu Estado, é que a gente venha a processar, porque nós exportamos praticamente *in natura*. É o que está acontecendo hoje no Brasil. Então, eu acho muito importante a contribuição que V. Ex^a tem trazido como um grande representante do Mato Grosso.

E, com relação às questões de natureza política, foram inteligentes as colocações feitas por V. Ex^a; comungo com elas. Nós temos que buscar dentro de um espírito do diálogo, da compreensão, do entendimento, nesta Casa da Federação de expressivos políticos, ex-governadores, ex-ministros – o que há da maior inteligência e sabedoria política está aqui nesta Casa. Que nós encontremos, por meio do diálogo, dentro de uma

discussão civilizada, que é isso que o nosso povo está a exigir, as grandes soluções para esse momento que nós atravessamos!

Parabenizo V. Ex^a.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203, COMBINADO COM O INCISO I E § 2º DO ART. 210, DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. DONIZETI NOGEIRA (PT – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do sociólogo Marcos Coimbra, intitulado: “Dois janeiros”, publicado pela revista *Carta Capital* em sua edição 836.

Em seu artigo, o sociólogo faz uma comparação entre o primeiro mês do segundo mandato de Dilma Rousseff e o mesmo período do governo Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Por fim, gostaria de fazer o registro do artigo de autoria do jornalista Mauro Santayana, intitulado: “Quanto Vale a Petrobrás”, publicado pelo *Jornal do Brasil* em 02 de fevereiro de 2015.

Em seu artigo, o jornalista faz uma reflexão sobre características da Petrobrás devem ser consideradas para medir o real valor da empresa: o preço de suas ações, suscetível aos temperamentos e interesses do mercado, ou valor intrínseco, simbólico, permanente, e intangível, e o seu papel estratégico para o desenvolvimento e o fortalecimento do Brasil.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR DONIZETI NOGUEIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- “Dois janeiros”, revista *Carta Capital*;
- “Quanto Vale a Petrobrás”, *Jornal do Brasil*.

CartaCapital

Política

Análise/Marcos Coimbra

Dois janeiros

O primeiro mês do segundo mandato de FHC foi pior. Mas ele tinha a simpatia da mídia

por Marcos Coimbra — publicado 08/02/2015 09:09

Janeiro foi um mês péssimo para o governo Dilma Rousseff. Nem é preciso enumerar as razões, da falta de chuvas à interminável agonia da Petrobras. Como se não bastassem, a presidenta enfrentou a hostilidade das esquerdas ao ministério e as malcriações da direita, que abusa de um discurso cada vez mais grosseiro. Para coroar os padecimentos, em 1º de fevereiro os deputados elegeram Eduardo Cunha presidente da Câmara.

Ruim? Com certeza, mas esse janeiro está longe de ser o pior primeiro mês de um segundo mandato presidencial em nossa história. O título continua nas mãos de Fernando Henrique Cardoso, no início de seu segundo mandato em 1999.

Para quem está impressionado com os problemas de Dilma no mês passado, a comparação com os de seu antecessor peessedebista é pedagógica. O que dizer de um mês no qual a inflação anualizada saltou de 1,78% para 20%? Do momento em que uma desvalorização não coordenada do real elevava em pouco o tempo a cotação do dólar de 1,32 para 2,16? No qual as reservas internacionais haviam se exaurido após uma tentativa maisucedida de evitar o derretimento da moeda nacional? Calcula-se que o Brasil perdeu 48 bilhões de dólares naquele período, o que torna coisa miúda os desvios até agora denunciados na Petrobras.

Janeiro de 1999 foi um mês de tanta balbúrdia na economia que o Banco Central teve três presidentes, um dos quais preso pela Polícia Federal. Ficou evidente que o governo tinha "amigos" no mercado financeiro, pois alguns bancos e corretoras receberam informações privilegiadas e amealharam uma fortuna, enquanto o resto do País pagava a conta.

Inflação explosiva, erosão do real, fuga de capitais, descontrole administrativo, suspeitas de favores, policiais a vasculhar a vida do presidente do Banco Central. Assim foi o primeiro janeiro de Fernando Henrique depois da reeleição.

FHC, óbvio, tinha uma vantagem sobre Dilma, a simpatia dos barões da mídia e, por extensão, da maioria dos jornalistas empregados nesses meios de comunicação. Por mais que se inquietassem com o vendável a vergar a economia e as denúncias de malfeitos, nada do que se vê hoje contra Dilma acontecia. Se você duvida, imagine como ela seria tratada pelas corporações midiáticas se um cenário como o de 1999 se repetisse agora.

A simpatia dos meios de comunicação pouco serviu, porém, a FHC. Todas as pesquisas feitas de janeiro de 1999 em diante mostraram quedas na popularidade e na avaliação positiva do governo. Em fevereiro daquele ano, um levantamento do Vox Populi revelou que a soma de "ótimo" e "bom" ficava em 19%, enquanto a de "ruim" e "péssimo" alcançava 47%. Em setembro, a positiva afundou a minguidos 3% e a negativa saltou para estratosféricos 65%.

Dilma, como sabemos, ostenta índices muitíssimo melhores: nas últimas pesquisas disponíveis, sua avaliação positiva estava em 42%, enquanto a negativa era quase a metade, perto de 22%. Quisera FHC obter números como esses.

Os problemas do tucano e da petista no início de seus segundos mandatos não são iguais, mas a grande diferença entre janeiro de 1999 e o deste ano é outra. Por mais que tivesse de lidar com a oposição do PT e dos setores progressistas da sociedade, ninguém discutia, a sério, o *impeachment* do tucano. Depois dos erros cometidos no primeiro mandato, FHC meteu os pés pelas mãos no início do segundo, mas nunca enfrentou a onda golpista hoje em curso.

É natural emergir o golpismo na opinião pública brasileira, a se considerar quão presentes são os elementos autoritários e antipopulares em nossa cultura política. Nenhum país, particularmente aqueles com trajetória semelhante à nossa, em que a democracia sempre foi exceção e nunca regra, está

Televisão Cultural/Flickr



O primeiro mês do segundo mandato de Dilma Rousseff ainda é melhor que o mesmo período de governo de Fernando Henrique Cardoso

O problema não é existir na sociedade a oposição tosca e ignorante típica das velhas e novas "classes médias", incapazes de entender os acontecimentos. Grave é o desembaraço com que se movimentam e se expressam lideranças políticas, empresariais e de instituições como o Judiciário, que deveriam ter compromisso com a preservação da democracia, mas, em vez disso, exibem um golpismo cada vez mais escancarado. Que saem derrotadas de uma eleição e, no dia seguinte, se põem a fazer o jogo antidemocrático.

O desafio deste começo de 2015 é saber sustar as fantasias golpistas à solta. Quem preza a democracia tem o dever de denunciá-las e combatê-las...



CartaCapital
Impressa + digital

1 ano de assinatura +
50% de desconto



Fundado em 1891

JORNAL DO BRASIL

O primeiro jornal 100%
digital do país

Quarta-feira, 11 de fevereiro de 2015

Coisas da Política

02/02 às 14h28

Quanto vale a Petrobras

Meuro Santayana

O adiamento do balanço da Petrobras do terceiro trimestre do ano passado foi um equívoco estratégico da direção da companhia, cada vez mais vulnerável à pressão que vem recebendo de todos os lados, que deveria, desde o início do processo, ter afirmado que só faria a baixa contábil dos eventuais prejuízos com a corrupção, depois que eles tivessem, um a um, sua apuração concluída, com o avanço das investigações.

A divulgação do balanço há poucos dias, sem números que não deveriam ter sido prometidos, levou a nova queda no preço das ações.

E, naturalmente, a novas reações iradas e estapafúrdias, com mais especulação sobre qual seria o valor - subjetivo, sujeito a flutuação, como o de toda empresa de capital aberto presente em bolsa - da Petrobras, e o aumento dos ataques por parte dos que pretendem aproveitar o que está ocorrendo para destruir a empresa - incluindo hienas de outros países - vide as últimas idiotices do *Financial Times* - que adorariam estraçalhar e dividir, entre baba e dentes, os eventuais despojos de uma das maiores empresas petrolíferas do mundo.

O que importa mais na Petrobras?

O valor das ações, espremido também por uma campanha que vai muito além da intenção de sanear a empresa e combater eventuais casos de corrupção e que inclui de apelos, nas redes sociais, para que consumidores deixem de abastecer seus carros nos postos BR; à aberta torcida para que "ela quebre, para acabar com o governo"; ou para que seja privatizada, de preferência, com a entrega de seu controle para estrangeiros, para que se possa - como afirmou um internauta - pagar um real por litro de gasolina, como nos EUA " ?

Para quem investe em bolsa, o valor da Petrobras se mede em dólares, ou em reais, pela cotação do momento, e muitos especuladores estão fazendo fortunas, dentro e fora do Brasil, da noite para o dia, com a flutuação dos títulos derivada, também, da campanha antinacional em curso, refletida no clima de "terrorismo" e no desejo de "jogar gasolina na fogueira", que tomou conta dos espaços mais conservadores - para não dizer golpistas, fascistas, até mesmo por conviência - da internet.

Para os patriotas, e ainda os há, graças a Deus, o que importa mais, na Petrobras, é seu valor intrínseco, simbólico, permanente, e intangível, e o seu papel estratégico para o desenvolvimento e o fortalecimento do Brasil.

Quanto vale a luta, a coragem, a determinação, daqueles que, em nossa geração, foram para as ruas e para a prisão, e apanharam de cassetete e bombas de gás, para exigir a criação de uma empresa nacional voltada para a exploração de uma das maiores riquezas econômicas e estratégicas da época, em um momento em que todos diziam que não havia petróleo no Brasil, e que, se houvesse, não teríamos, atrasados e subdesenvolvidos que "somos", condições técnicas de explorá-lo ?

Quanto vale a formação, ao longo de décadas, de uma equipe de 86.000 funcionários, trabalhadores, técnicos e engenheiros, em um dos segmentos mais complexos da atuação humana?

Quanto vale a luta, o trabalho, a coragem, a determinação daqueles, que, não tendo achado petróleo em grande quantidade em terra, foram buscá-lo no mar, batendo sucessivos recordes de poços mais profundos do planeta; criaram soluções, "know-how", conhecimento; transformaram a Petrobras na primeira referência no campo da exploração de petróleo a centenas, milhares de metros de profundidade; a dezenas, centenas de quilômetros da costa; e na mais premiada empresa da história da OTC - Offshore Technology Conferences, o "Oscar" tecnológico da exploração de petróleo em alto mar, que se realiza a cada dois anos, na cidade de Houston, no Texas, nos Estados Unidos ?

Quanto vale a luta, a coragem, a determinação, daqueles que, ao longo da história da maior empresa brasileira - condição que ultrapassa em muito, seu eventual valor de "mercado" - enfrentaram todas as ameaças à sua desnacionalização, incluindo a ignominiosa tentativa de alterar seu nome, retirando-lhe a condição de brasileira, mudando-o para "Petrobrax", durante a tragédia privatista e "entreguista" dos anos 1990 ?

Quanto vale uma companhia presente em 17 países, que provou o seu valor, na descoberta e exploração de óleo e gás, dos campos do Oriente Médio ao Mar Cáspio, da costa africana às águas norte-americanas do Golfo do México ?

Quanto vale uma empresa que reuniu à sua volta, no Brasil, uma das maiores estruturas do mundo em *Pesquisa e Desenvolvimento*, no Rio de Janeiro, trazendo para cá os principais laboratórios, fora de seus países de origem, de algumas das mais avançadas empresas do planeta?

Por que enquanto virou moda - nas redes sociais e fora da internet - mostrar desprezo, ódio e descrédito pela Petrobras, as mais importantes empresas mundiais de tecnologia seguem acreditando nela, e querem desenvolver e desbravar, junto com a maior empresa brasileira, as novas fronteiras da tecnologia de exploração de óleo e gás em águas profundas?

Por que em novembro de 2014, há apenas pouco mais de três meses, portanto, a *General Electric* inaugurou, no Rio de Janeiro, com um investimento de 1 bilhão de reais, o seu Centro Global de Inovação, junto a outras empresas que já trouxeram seus principais laboratórios para perto da Petrobras, como a *BG*, a *Schlumberger*, a *Halliburton*, a *FMC*, a *Siemens*, a *Baker Hughes*, a *Tenaris*, a *Confab*, a *EMC2* a *V&M* e a *Statoil* ?

Quanto vale o fato de a Petrobras ser a maior empresa da América Latina, e a de maior lucro em 2013 - mais de 10 bilhões de dólares - enquanto a *PEMEX* mexicana, por exemplo, teve um prejuízo de mais de 12 bilhões de dólares no mesmo período ?

Quanto vale o fato de a Petrobras ter ultrapassado, no terceiro trimestre de 2014, a *EXXON* norte-americana como a maior produtora de petróleo do mundo, entre as maiores companhias petrolíferas mundiais de capital aberto ?

É preciso tomar cuidado com a desconstrução artificial, rasteira, e odiosa, da Petrobras e com a especulação com suas potenciais perdas no âmbito da corrupção, especulação esta que não é apenas econômica, mas também política.

A PETROBRAS teve um faturamento de 305 bilhões de reais em 2013, investe mais de 100 bilhões de reais por ano, opera uma frota de 326 navios, tem 35.000 quilômetros de dutos, mais de 17 bilhões de barris em reservas, 15 refinarias e 134 plataformas de produção de gás e de petróleo.

É óbvio que uma empresa de energia com essa dimensão e complexidade, que, além dessas áreas, atua também com termoeletricidade, biodiesel, fertilizantes e etanol, só poderia lançar em balanço eventuais prejuízos com o desvio de recursos por corrupção, à medida que esses desvios ou prejuízos fossem “quantificados” sem sombra de dúvida, para depois ser - como diz o “mercado” - “precificados”, um por um, e não por atacado, com números aleatórios, multiplicados até quase o infinito, como tem ocorrido até agora.

As cifras estratosféricas (de 10 a dezenas de bilhões de reais), que contrastam com o dinheiro efetivamente descoberto e desviado para o exterior até agora, e enchem a boca de “analistas”, ao falar dos prejuízos, sem citar fatos ou documentos que as justifiquem, lembram o caso do “Mensalão”.

Naquela época, adversários dos envolvidos cansaram-se de repetir, na imprensa e fora dela, ao longo de meses a fio, tratar-se a denúncia de Roberto Jefferson, depois de ter um apaniguado filmado roubando nos Correios, de o “maior escândalo da história da República”, bordão esse que voltou a ser utilizado maciçamente, agora, no caso da Petrobras.

Em dezembro de 2014, um estudo feito pelo instituto Avante Brasil, que, com certeza não defende a “situação”, levantou os 31 maiores escândalos de corrupção dos últimos 20 anos.

Nesse estudo, o “mensalão” - o nacional, não o “mineiro” - acabou ficando em décimo-oitavo lugar no ranking, tendo envolvido menos da metade dos recursos do “trensão” tucano de São Paulo e uma parcela duzentas menor que a cifra relacionada ao escândalo do Banestado, ocorrido durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, que, em primeiríssimo lugar, envolveu, segundo o levantamento, em valores atualizados, aproximadamente 60 bilhões de reais.

E ninguém, absolutamente ninguém, que dizia ser o mensalão o maior dos escândalos da história do Brasil, tomou a iniciativa de tocar, sequer, no tema - apesar do “doleiro” do caso Petrobras, Alberto Youssef, ser o mesmo do caso Banestado - até agora.

Os problemas derivados da queda da cotação do preço internacional do petróleo não são de responsabilidade da Petrobras e afetam igualmente suas principais concorrentes.

Eles advém da decisão tomada pela Arábia Saudita de tentar quebrar a indústria de extração de óleo de xisto nos Estados Unidos, aumentando a oferta saudita e diminuindo a cotação do produto no mercado global.

Como o petróleo extraído pela Petrobras destina-se à produção de combustíveis para o próprio mercado brasileiro, que deve aumentar com a entrada em produção de novas refinarias, como a Abreu e Lima; ou para a “troca” por petróleo de outra graduação, com outros países, a empresa deverá ser menos prejudicada por esse processo.

A produção de petróleo da companhia está aumentando, e também as descobertas, que já somam várias depois da eclosão do escândalo.

E, mesmo que houvesse prejuízo - e não há - na extração de petróleo do pré-sal, que já passa de 500.000 barris por dia, ainda assim valeria a pena para o país, pelo efeito multiplicador das atividades da empresa, que garante, com a política de conteúdo nacional mínimo, milhares de empregos qualificados na construção naval, na indústria de equipamentos, na siderurgia, na metalurgia, na tecnologia.

A Petrobras foi, e é e será, com todos os seus problemas, um instrumento de fundamental importância estratégica para o desenvolvimento nacional, e especialmente para os estados onde tem maior atuação, como é o caso do Rio de Janeiro.

* Em vez de acabar com ela, como muitos gostariam, o que o Brasil precisaria é ter duas, três, quatro, cinco Petrobras.

É necessário punir os ladrões que a assaltaram ?

Ninguém duvida disso.

Mas é preciso lembrar, também, uma verdade cristalina.

A Petrobras não é apenas uma empresa.

Ela é uma Nação.

Um conceito.

Uma bandeira.

E por isso, seu valor é tão grande, incomensurável, insubstituível.

Esta é a crença que impulsiona os que a defendem.

E, sem dúvida alguma, também, a abjeta motivação que está por trás dos canalhas que pretendem destruí-la.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Não havendo mais nada a tratar e nenhum orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PT - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
PT - Paulo Paim*
PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Walde mir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

PT - 14

Angela Portela.	
Delcídio do Amaral.	
Donizeti Nogueira.	
Fátima Bezerra.	
Gleisi Hoffmann.	
Humberto Costa.	
Jorge Viana.	
José Pimentel.	
Lindbergh Farias.	
Marta Suplicy.	
Paulo Paim.	
Paulo Rocha.	
Regina Sousa.	

Walter Pinheiro.

Bloco Parlamentar Democracia Participativa - 12

PP-5 / PSB-6 / PPS-1

Ana Amélia.	PP / RS
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

PDT - 6

Acir Gurgacz.	
Cristovam Buarque.	
Lasier Martins.	
Reguffe.	
Telmário Mota.	
Zeze Perrella.	

PCdoB - 1

Vanessa Grazziotin.	
---------------------	--

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	
---------------------	--

Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
PT.	14
Bloco Parlamentar Democracia Participativa.	12
Bloco Parlamentar União e Força.	9
PDT.	6
PSOL.	1
PCdoB.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (PT-PI)
Angela Portela* (PT-RR)	Humberto Costa* (PT-PE)	Reguffe** (PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (PDT-DF)	José Pimentel* (PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (PT-TO)	Lindbergh Farias* (PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (PT-RN)	Marta Suplicy* (PT-SP)	Walter Pinheiro* (PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO**1º**Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º**João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** - VAGO**4º**Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz ⁽¹²⁾</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão ⁽¹³⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB ⁽²¹⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima ⁽¹⁹⁾</p> <p>Vice-Líder do PSDB</p> <p>Paulo Bauer ⁽²³⁾</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado ⁽³⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Participativa (PP/PSB/PPS) - 12</p> <p>Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB ⁽¹⁵⁾</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Benedito de Lira ^(14,16)</p> <p>José Medeiros ^(17,18)</p> <p>João Capiberibe ^(1,11)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira ^(14,16)</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe ^(1,11)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros ^(17,18)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB ^(7,8)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi ⁽⁶⁾</p> <p>Eduardo Amorim ⁽⁵⁾</p> <p>Marcelo Crivella ^(2,4)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor ^(7,8)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi ⁽⁶⁾</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim ⁽⁵⁾</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella ^(2,4)</p>	<p>PT - 14</p> <p>Líder</p> <p>Humberto Costa - PT ⁽²²⁾</p>	<p>PDT - 6</p> <p>Líder</p> <p>Acir Gurgacz - PDT ⁽¹⁰⁾</p> <p>Vice-Líder</p> <p>Telmário Mota ⁽⁹⁾</p>
<p>PCdoB - 1</p> <p>Líder</p> <p>Vanessa Grazziotin - PCdoB ⁽²⁰⁾</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder</p> <p>Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽²⁴⁾</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) T - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

2) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 09/07/2013

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 26/04/2011

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 25/06/2013

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 15/03/2011

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 15/03/2011

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 12/04/2011

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 01/10/2013

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 12/04/2011

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 10, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/04/2013

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 09/04/2013

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 19/04/2011

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/08/2011

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Instalação: 01/03/2011

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 29/03/2011

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 12/04/2011

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 6133031095

E-mail: csf@senado.leg.br

<p>COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS</p>

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	
PRB	VAGO ⁽³⁾
PSC	
PSOL	VAGO ⁽¹⁾
PROS	
SD	VAGO ⁽²⁾

Atualização:31/01/2015**Notas:**

1. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVLV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. Em 17.11.2014, vago em virtude de o Senador Marcelo Crivella ter comunicado sua desistência de ocupar a vaga do Partido Republicano Brasileiro ? PRB, conforme Ofício nº 042d/2014 ? GSMC, datado de 11.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
	Representante da sociedade civil organizada
	VAGO
	Pesquisador com produção científica relevante
	VAGO
	Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-) ⁽³³⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³²⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁰⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁴⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)⁽¹⁾

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dorner
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO</p>
<p>Líder da Maioria VAGO</p>
<p>Líder da Minoria VAGO</p>
<p>Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO</p>
<p>Deputado indicado pela Liderança da Minoria VAGO</p>
<p>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO</p>

SENADO FEDERAL
<p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO</p>
<p>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO</p>
<p>Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO</p>
<p>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO</p>
<p>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO</p>
<p>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO</p>

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-3520

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

**(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)**

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Atualização: 04/02/2015

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**PRESIDENTE**

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3ª SECRETÁRIA

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)

LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL**Líder do Governo**

Senador José Pimentel - PT / CE

Vice-Líderes

Senador Walter Pinheiro - PT / BA

Líder da Minoria

Deputado Pauderney Avelino - DEM / AM

Edição de hoje: 128 páginas
(O.S. 10239/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

